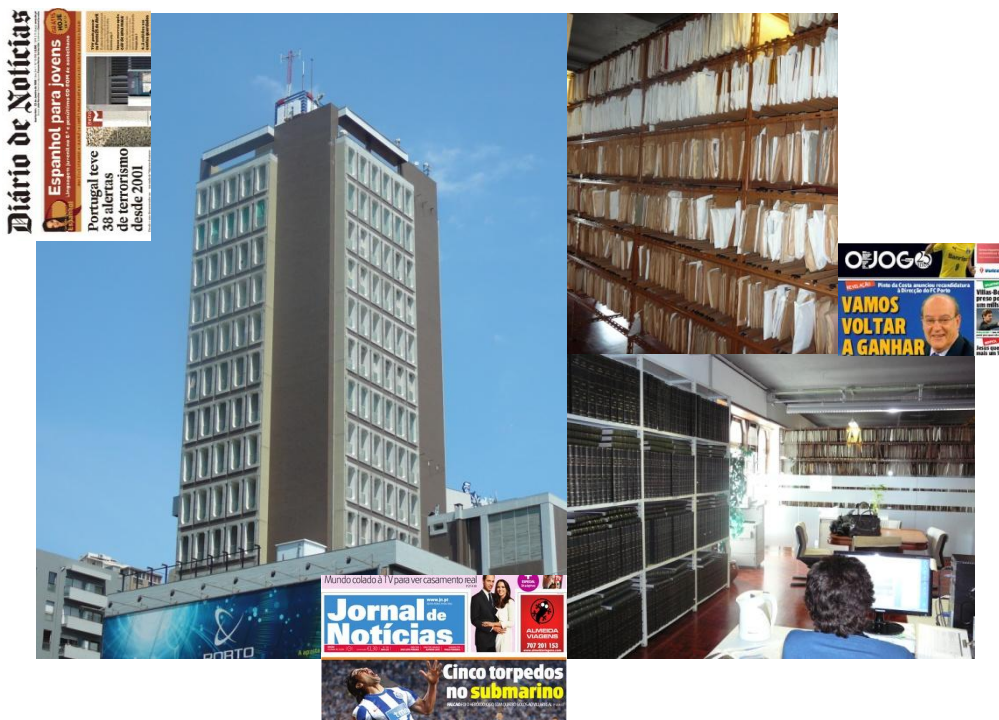


Maria José da Cruz Rodrigues

PRÁTICAS DE INDEXAÇÃO NA IMPRENSA

O Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste

Volume II



Universidade Fernando Pessoa

PORTO
2013

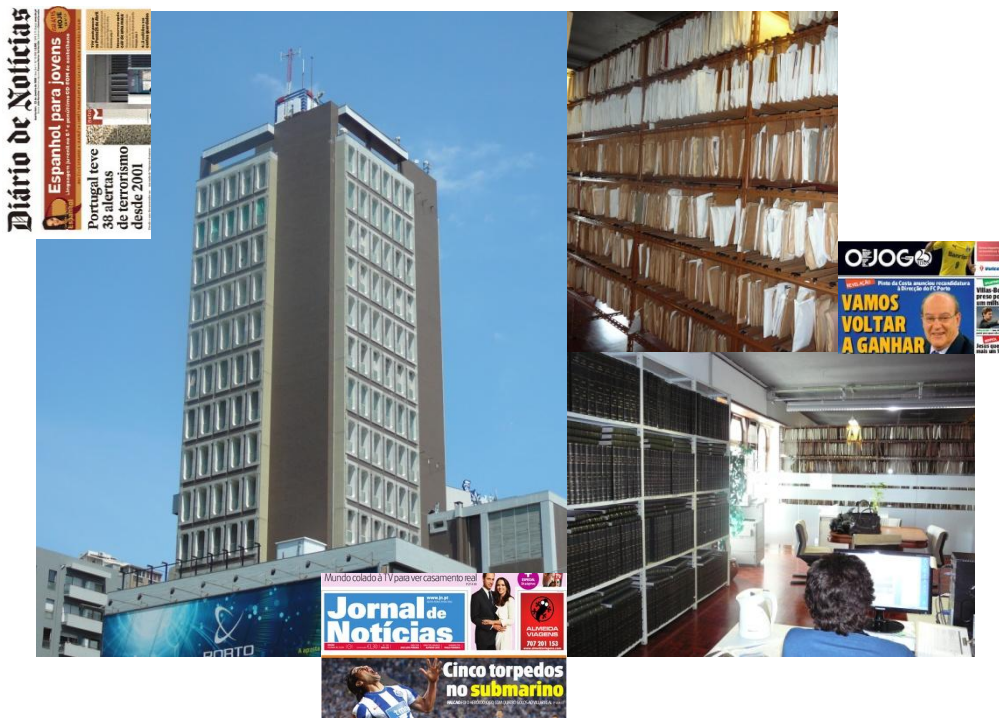
[em branco]

Maria José da Cruz Rodrigues

PRÁTICAS DE INDEXAÇÃO NA IMPRENSA

O Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste

Volume II



Universidade Fernando Pessoa

PORTO
2013



SUMÁRIO

ANEXOS.....	1
ANEXO 1 - ENTREVISTA	2
a) GUIÃO	3
b) TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA	4
ANEXO 2 - TESAUROS	11
Tesouro COMUNICAÇÃO	12
Tesouro ACTIVIDADE ECONÓMICA	16
Tesouro TRABALHO	19
ANEXO 3 - 50 DOCUMENTOS DA IMPRENSA	22
1 - O PIB varia com o Governo... ..	23
2 - Execução orçamental derrapa em 955 milhões	24
3 - Fisco ataca automóveis usados	25
4 - Economia paralela movimenta 31 mil milhões de euros por ano	26
5 - Protestar contra o inevitável	28
6 - As principais propostas do Governo de José Sócrates	29
7 - Só 16% dos portugueses acreditam em vida melhor.....	32
8 - DN.TEMA: Presidenciais americanas.....	33
9 - BES abre linha de crédito para Angola	34
10 - Preços baixam até 60% mas sem efeito na receita.....	35



11 - Aproveite o 'desespero' dos bancos por captar mais dinheiro em tempos de crise	37
12 - Certificados de aforro com juros acima da inflação	38
13 - Bolsa de Lisboa já desvalorizou 43 mil milhões desde Outubro	39
14 - Plano contra crise junta 80 fábricas	40
15 - Gigante do retalho despede mil.....	42
16 - Ministra garante contratação directa já no próximo ano lectivo.....	42
17 - Vínculo Contrato híbrido para actuais funcionários	44
18 - Artistas lançam petição para obter direitos laborais	45
19 - O que diz o Código do Trabalho sobre contratação a termo	46
20 - Administração do BCP com salário de director-geral.....	46
21 - Governo paga 80% dos salários aos trabalhadores têxteis	48
22 - Trabalhar seis dias por semana a mil euros por mês	49
23 - A crise do quórum.....	51
24 - Doença motiva metade das faltas ao trabalho.....	52
25 - "Não peçam ao IEFP que fique com desempregados com emprego"	53
26 - Portugal com 2. ^a maior subida da taxa de desemprego	54
27 - Queda de placa de betão em obra faz seis feridos.....	55
28 - Deslizamento de barreira matou dois trabalhadores	56
29 - «Prisões podem ser geridas por privados»	57
30 - "Era muito bom estar entre os mil colocados"	61
31 - Função pública com 133 reformas por dia em Março.....	62



32 - Governo avança com pré-reformas no Estado.....	63
33 - Perfil.....	64
34 - Ronaldo pode ser o mais bem pago.....	65
35 - Paris não ficou às escuras mas poupou-se um por cento de electricidade	66
36 - Dívidas podem vir a ditar extinção do Vilaverdense	67
37 - Há esperança de ver escola reaberta.....	68
38 - Portugal vencedor de 20 dos 47 europeus	69
39 - Um homem de palavra	69
40 - "Este não é o tempo das promessas fáceis"	70
41 - Arquivado inquérito interno à Polícia Municipal	72
42 - Inquérito: O que de melhor pode acontecer ao país em 2004?.....	73
43 - Jornais: espécie em vias de extinção	74
44 - Jornais.....	75
45 - 'Jornal de Notícias' mantém liderança nas audiências.....	76
46 - Especialistas mundiais debatem jornalismo digital	77
47 - Há espaço aberto para jornalismo especializado	78
48 - Jornais aumentam as vendas no Brasil.....	79
49 - Estatuto dos Jornalistas publicado	80
50 - Freeport.....	81



ANEXOS

Seguem-se os anexos da presente tese “Práticas de Indexação na Imprensa: O Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste”. São eles:

Anexo 1 – Entrevista ao Diretor do Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste.

Anexo 2 – Tesouros do Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste.

Anexo 3 – 50 Documentos da Imprensa (retirados do arquivo digital do Centro de Documentação do Grupo Controlinveste).



ANEXO 1 - ENTREVISTA

Entrevista realizada no dia 07 de junho de 2013, nas instalações do Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste, no Porto, ao Diretor do Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste, Simões Dias.

Tendo sido realizada após a observação aos procedimentos de indexação do Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste, ela tem como principal objetivo fazer contrapor as conclusões obtidas durante este estudo.

Segue-se o guião e a respetiva transcrição da entrevista.

a) GUIÃO

questões	objetivos
Qual é o público-alvo deste Arquivo?	Compreender se as opções de tratamento documental estão contextualizadas ao público-alvo.
Mas pensa essencialmente nos jornalistas ou no público fora da redação?	
Como funcionam os Arquivos do Grupo Controlinveste?	Conhecer a orgânica de funcionamento do Arquivo.
Como se integra a indexação no circuito documental? Como se processa? Quem faz?	Aferir os procedimentos implícitos da política de indexação aplicada.
Qual é o papel e a importância da indexação automática no tratamento documental deste arquivo?	Perceber o valor da indexação automática nos procedimentos da política de indexação aplicada.
Como foram construídos os Tesouros existentes?	Aprender os critérios de construção das linguagens documentais utilizadas.
Como é feita a sua gestão, nomeadamente a introdução de novos descritores ou exclusão de outros?	
Conhecer a política editorial dos diferentes jornais é um critério para indexar?	Confirmar as variáveis das práticas/política de indexação aplicadas.
No momento da indexação, existe um limite do número de descritores por documento?	
Interessa preencher vários campos relativos aos diferentes tesouros?	
A indexação de cada conteúdo é ajustada às secções físicas/intelectuais do jornal?	
No momento da indexação, quais são os elementos textuais ou estruturais que são analisados para a eleição dos descritores?	
As notícias de índole regional têm o mesmo tratamento no momento da indexação?	
E quanto ao Desporto? No futebol, não há tendência em eleger descritores mais pormenorizados, como por exemplo, nomes de jogadores, ao contrário de outras modalidades?	
Relativamente às fotografias, o que interessa indexar? E a propósito deste assunto, em que circunstância são utilizados os infraconceitos?	Perceber a utilidade dos infraconceitos na indexação da fotografia.
No momento da indexação, existe a preocupação de legado histórico?	Compreender a missão do Arquivo e o seu papel social.
Por fim, um arquivo deve ser rentável?	



b) TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Qual é o público-alvo deste Arquivo?

Os leitores dos nossos meios, seja digital ou não. O universo de leitores é tão grande que acabámos por alcançar um mercado inteiro sem grande dificuldade.

Mas pensa essencialmente nos jornalistas ou no público fora da redação?

Em todos. Só há um que há uma grande dificuldade, que é o dos meios académicos.

Como funcionam os Arquivos do Grupo Controlinveste?

Nós temos de ver o mundo da comunicação em duas vertentes: por um lado temos toda a parte digital e, por outro lado, temos a parte papel. No meio disto tudo temos o público em geral e a maneira como consulta todo este espólio. Um mesmo jornal que entre num centro de documentação tem de estar preparado para responder aos dois mundos. Da parte da redação, de quem produz os conteúdos, tem de haver a preocupação de, antes de entrar, quando se produz textos, utilizar determinadas TAGS, tags estas que servem muito para todos os suportes digitais, seja para a notícia do jornal nossos sites, seja para os *ipad's* e outros meios do género. Esta parte é única e exclusivamente válida para o suporte digital. Depois temos a parte do papel, que tem alguma indexação que é feita de acordo com o papel, particularmente a data, nome do meio e secção. Isto são coisas que, quando entra no arquivo, nós herdamos tanto tags que são válidas para o digital, como herdámos um conjunto de informações que são válidas para o papel.

Depois de estar no centro de documentação, estas tags, que são combinadas e escolhidas pela redação e que nos dão conhecimento, podem dar o nome que quiserem de acordo com o critério com que estão a escrever a notícia, serão depois mapeadas para os tesouros que utilizamos. Isto vai permitir que parte da informação, quando entra no arquivo, já esteja indexada. Esta indexação automática depois é confirmada pelos arquivistas.



Como se integra a indexação no circuito documental? Como se processa? Quem faz?

O circuito começa nos sistemas editoriais, que são os *Milenium*. Os sistemas de Arquivo são os *Demos*. Quando o jornal fecha, por volta das 0 horas, o Milenium envia automaticamente toda a publicação para a base de dados do Arquivo. Aqui está indexado pelo texto livre, por regiões e por secções. Estando indexado desta forma, vai permitir que sobre o que está na base de dados antes de indexar, é possível construir determinado tipo de conteúdos, que ficam logo de imediato disponíveis para o mercado, documentos com base na pesquisa em texto livre. Depois das 08h30, quando os documentalistas começam a trabalhar, é feita uma indexação mais fina, confirmando se está tudo direito, não vá aparecer um texto de desporto, por erro, no nacional, ou outro de economia em política, por exemplo. Depois, sim, será feita uma indexação com base nos nossos tesouros, utilizando não só a parte temática como a onomástica, geográfica mais fina. Esta parte textual tem de ficar pronta por volta das 12h, para ter matérias disponíveis para o mercado, como por exemplo para empresas como a Mercedes ou Salvador Caetano. Na parte de secções, por exemplo para as revistas cor-de-rosa, tudo o que é útil para este tipo de revistas e que esteja disperso nas diversas secções é recuperado. À medida que o mercado foi evoluindo, com novos clientes, foram sendo afinados esses critérios para atender a essas necessidades, definindo critérios para tornar disponíveis os nossos conteúdos. Tudo o que seja texto fica disponível em 12h. A parte da tarde fica reservada ao tratamento de fotografias. Diariamente, as fotografias entram no DAM. O que ficou estabelecido é que tudo o que seja de domínio público fica logo disponível para o mercado, ou seja, tudo o que seja comum para todas as publicações, como por exemplo um acidente, uma inauguração. Contudo, cada jornal tem as suas matérias específicas, como uma entrevista. Então esse conteúdo só estará disponível 2 semanas depois, até lá fica só reservada ao próprio jornal. Por exemplo, uma reportagem à Índia para a Revista Volta ao Mundo, esse conteúdo fotográfico só fica disponível 1 ano depois. Os fotógrafos ao colocar as fotos nas diversas pastas de contribuição, estabelecem esses critérios de disponibilidade. Também na parte da tarde há a correção dos erros ortográficos, refunde-se tudo o que é descrição, e indexa-se a parte temática, que é de acordo com o texto. Outro aspeto muito importante é o controlo dos direitos de autor. Esta questão não se coloca na parte do texto, pois ele é produzido pelos



profissionais do jornal, sendo conteúdos do jornal e não das pessoas. Já com a fotografia é diferente. Se forem autores da casa, estabelecem-se contratos, uns permitem a disponibilidade, outros não. Enfim, tudo isso é colocado na fotografia. De tal maneira que, da parte da tarde, quando as fotografias já estiverem todas indexadas, o arquivo sabe quando estarão disponíveis para o mercado. O que ainda não está feito, porque não houve ainda necessidade, é estabelecer uma data limite final de disponibilidade. Assim, as fotografias ficam acessíveis para sempre.

Qual é o papel e a importância da indexação automática no tratamento documental deste arquivo?

A Indexação automática não é viável. Já foram feitos testes, com a introdução de algoritmos, mas sem resultados. Ela é feita inicialmente, mas depois os documentalistas terão de a validar e verificar.

Como foram construídos os Tesouros existentes?

Havia dois centros de documentação, um em Lisboa e outro no Porto. Os programas eram os mesmos mas as bases de dados eram diferentes. Em Lisboa o Centro de documentação do DN, 24 horas/Tal & Qual e Revistas. Cada um deles tinha o seu repositório. No Porto era o Jornal de Notícias e O Jogo. Com a criação do Grupo Controlinveste, juntou-se tudo isto e como eram dois centros de documentação, os critérios de indexação eram diferenciados. Sobretudo porque o 24 Horas, apesar de ser um jornal cujo repositório estava em Lisboa, a indexação era feita pelo Centro de Documentação do Porto, isto porque apresentava características comuns às do JN, pois há uma grande proximidade de matérias que são tratadas diariamente, nomeadamente criminalidade, etc. Aqui o critério relacionava-se, essencialmente, com o tipo de leitor e com o tipo de redação, que tinha um grau de exigência talvez mais fino do que o do DN, que abordava matérias de índole nacional. Com a fusão dos dois arquivos, foi construído um só repositório. E neste caso, não foi só migrar e juntar as coisas, foi preciso construir um tesouro, algo fundamental para depois conseguir recuperar. Houve a fusão dos dois tesouros, cuja migração está agora a chegar ao fim, faltam 200.000 documentos. Aquilo que agora há é um tesouro que é o somatório dos outros dois, isto é, os termos que são comuns ficaram a ser um só termo, o que não é comum passou a ser



repetição no tesouros. Inclusivamente, critérios de utilização de termos no plural e singular e, também, apresentação em caixas altas, provocou logo à partida uma duplicação de termos. Agora aqueles que sejam considerados o mesmo conceito serão transformados num só, criando, se necessário, sinónimos e relações entre termos.

Como é feita a sua gestão, nomeadamente a introdução de novos descritores ou exclusão de outros?

Qualquer documentalista tem possibilidade de propor seja o que for. Depois, sou eu que aprovo ou não, visto ter a visão de todos os tesouros existentes. O tesouro é uma ferramenta que serve para filtrar informação, enquanto tal não pode qualquer TAG (termo) entrar no tesouro. O limite, na parte temática, situa-se entre as 2500 e as 4000 entradas. Não é o facto de um tema ser falado uma vez que irá ser incluído no tesouro. Há-que ter um pouco de conhecimento dos jornais e das matérias para se poder decidir se um termo proposto irá para um tesouro temático ou não. Há-que ter muito cuidado. Na parte das Personalidades, o facto de uma pessoa hoje aparecer por qualquer motivo, tal não justifique ser incluída no tesouro onomástico. Poderá mesmo nunca aparecer. Há que ter muito cuidado na forma como se define a criação/introdução de termos.

Conhecer a política editorial dos diferentes jornais é um critério para indexar?

Os jornais do Grupo Controlinveste, sim, é essencial. Os jornais desportivos diferem dos mais generalistas, como o DN, enquanto que o JN existe a preocupação de indexá-lo por localidades, com o DN já é mais a parte temática. Com O Jogo, é mais a parte do Desporto e não o que se passa nesta ou naquela localidade.

No momento da indexação, existe um limite do número de descritores por documento?

Obrigatório, não. Há coisas que não são indexadas sequer.



Interessa preencher vários campos relativos aos diferentes tesouros?

Não há obrigatoriedade. Imaginemos alguém que surge várias vezes, poderá não ir para o tesouro. Por exemplo, se surgir um sem-abrigo a cometer delitos diariamente, não irá o nome dele para o tesouros mas sim o que ele fez. Tudo isto depende do bom senso dos documentalistas. Estamos a falar de um meio de comunicação... uma biblioteca de uma universidade, por exemplo, tem matérias obrigatórias. Aqui não estamos a falar disso, mas sim informação que aparece agora e só depois surge anos depois. Temos de ter cuidado com o volume de informação que diariamente entra aqui.

A indexação de cada conteúdo é ajustada às secções físicas/intelectuais do jornal?

Temos de olhar para isto num todo. Podemos ter o mesmo assunto que é tratado de uma forma mais generalista por um e de outra forma menos generalista por outro. É necessário, com a mesma indexação, tratar um assunto que é abordado no DN de uma forma lata e o no JN de uma forma menos lata. As secções dos jornais são tal e mais nada. Podem chamar o que lhes apetecer, por exemplo “Atual” não é nada. Como secção não vale nada, vale quando a informação é mapeada para o tesouros. Por exemplo, hoje joga a seleção de futebol e para o jornal não é desporto, é atualidade, para o Arquivo é Desporto.

No momento da indexação, quais são os elementos textuais ou estruturais que são analisados para a eleição dos descritores?

É o texto todo. Por exemplo, um título como “Olé, olé” não serve de nada. O que interessa é o conjunto do texto. Não é suficiente olhar para o título apenas. É preferível ler rapidamente um texto em diagonal do que estar a parar no título.

As notícias de índole regional têm o mesmo tratamento no momento da indexação?

Têm de ter. Quando se pesquisa em Tesouros alguma coisa ligado ao Ambiente, tem de se ter textos genéricos e aqueles ligados a diferentes regiões e localidades.



E quanto ao Desporto? No futebol, não há tendência em eleger descritores mais pormenorizados, como por exemplo, nomes de jogadores, ao contrário de outras modalidades?

É claro que não se indexa o nome de um jogador de um campeonato distrital, ao contrário do que acontece com os da 1ª e 2ª Liga. Temos o exemplo do jogador “Bebé” que foi do Freamunde para o Manchester. Nessa altura ninguém sabia quem ele era, houve necessidade de se fazer uma pesquisa. Portanto, há um conjunto de certas coisas para eleger descritores e indexar. O grau da importância e da relevância é o conjunto de várias coisas, temáticos, geográficos, personalidades. O que acontece no nosso país é muito mais importante do que ocorre noutro país.

Relativamente às fotografias, o que interessa indexar? E a propósito deste assunto, em que circunstância são utilizados os infraconceitos?

Os infraconceitos foram criados porque nos dão jeito. Em qualquer texto sobre uma pessoa, interessa recuperar o que se diz sobre ela, dados que dizem respeito à biografia da pessoa, entrevistas em que a pessoa fala sobre algo ou frases da pessoa. Assim, a um nome de uma pessoa pode ser associada uma entrevista, uma frase, dados biográficos, etc. Isto no texto. Na fotografia começa a ser mais complexo, interessa recuperar determinados pormenores nas fotografias que para nós são importantes. Se precisarmos para uma notícia de um julgamento, da fachada de um tribunal, interessa procurar uma fachada especificamente. Há determinados pormenores que conseguimos recuperar mais facilmente ao indexar com infraconceitos, como por exemplo, corpo inteiro, cara, normalmente aspetos menos habituais mas que precisamos deles. Um que estamos a utilizar muito é o “genérica”. O que é uma foto genérica? É aquela que pode ser usada para circunstâncias semelhantes sem que identifique nada em concreto. Por exemplo, uma urgência de um hospital em que nada há que especifique qual é.

No momento da indexação, existe a preocupação de legado histórico?

Claro que existe essa preocupação. Este Arquivo é para ser usado hoje e amanhã. Agora, se tal é conseguido, não faço a mínima ideia! Mas essa preocupação existe sempre. Desde o momento que não se fuja da realidade, é possível cumprir essa missão.



O problema dos arquivos é que cada um arquiva de uma forma, tentam defender uma profissão de documentalista. Em vez de se tentar guardar bem os segredos de um arquivo, esses mesmos segredos deverão revelados, abertos a quem não os conhece.

Por fim, um arquivo deve ser rentável?

Um Arquivo é uma unidade de negócio, seja privado ou público, tão rentável quanto possível. Não entendo como é que ainda há arquivos que não se preocupam em rentabilizar o espólio que têm. Há sempre um prejuízo que terá de ser suportado, mas quanto menor mais fácil será. Isto não é para dar lucro, é para não dar prejuízo.

Muito obrigada!



ANEXO 2 - TESAUROS



Tesouro COMUNICAÇÃO

TT COMUNICAÇÃO

TG COMUNICAÇÃO EM GRUPO

- TE CONFERÊNCIA
- TE CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

TG DOCUMENTAÇÃO UF:DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA, DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- TE ANÁLISE DA INFORMAÇÃO UF:ANÁLISE DE DADOS, ANÁLISE DOCUMENTAL
- TE AQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS
 - TE1 DIFUSÃO SELECTIVA DA INFORMAÇÃO
- TE ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS
- TE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO
- TE FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS UF:COMUNICAÇÃO DE DOCUMENTOS, COMUNICAÇÃO DE TEXTOS, EMPRÉSTIMO DE DOCUMENTOS, FOTOCÓPIA DE DOCUMENTOS, TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS
- TE GESTÃO DE DOCUMENTO UF:TÉCNICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
 - TE1 GED UF:GESTÃO ELECTRÓNICA DE DADOS, GESTÃO ELECTRÓNICA DE DOCUMENTOS, PROCESSAMENTO ELECTRÓNICO DE DADOS
 - TE2 DIGITALIZAÇÃO
 - TE2 OCR UF:LEITURA ÓPTICA DE CARACTERES, RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES
- TE PESQUISA DOCUMENTAL
- TE REGISTO DE DOCUMENTO

TG DOCUMENTO

- TE ACTA DE REUNIÃO
- TE ACTO PONTIFÍCIO UF:BULA PONTIFICAL, ENCÍCLICA
- TE ANUÁRIO UF:ALMANAQUE, ANUÁRIO OFICIAL
- TE ATLAS UF:CARTA GEOGRÁFICA
- TE AUTOBIOGRAFIA
- TE BIOGRAFIA
- TE CITAÇÃO
- TE COMENTARIO DA LEI
- TE COMUNICADO DE IMPRENSA UF:COMUNICAÇÃO À IMPRENSA, DECLARAÇÃO À IMPRENSA, PRESS RELEASE
- TE CORRESPONDÊNCIA UF:CARTA, EPISTOLÁRIO
 - TE1 CORRESPONDÊNCIA ANÓNIMA UF:CARTA ANÓNIMA, CARTAS ANÓNIMAS
- TE CRONOLOGIA
- TE DICIONÁRIO UF:LÉXICO
- TE DISCURSO
 - TE1 DECLARAÇÃO PÚBLICA
- TE DOCUMENTO AUDIOVISUAL
- TE DOCUMENTO ELECTRÓNICO
- TE DOCUMENTO OFICIAL UF:PUBLICAÇÃO OFICIAL
 - TE1 DIÁRIO DA REPÚBLICA UF:DIÁRIOS DA REPÚBLICA, JORNAL OFICIAL
 - TE1 DOCUMENTO PARLAMENTAR
 - TE1 JORNAL OFICIAL CE
- TE DOCUMENTO SECRETO
- TE ENCICLOPÉDIA
- TE ESTUDO COMPARATIVO
- TE ESTUDO DE CASOS
- TE FORMULÁRIO UF:IMPRESSO
- TE GUIA DE INFORMAÇÃO UF:MANUAL DE INFORMAÇÃO, MANUAL DO UTILIZADOR
 - TE1 GUIA TURÍSTICO
- TE INSTRUMENTO DOCUMENTAL
 - TE1 BIBLIOGRAFIA UF:BIBLIOGRAFIA NACIONAL, DOCUMENTO SECUNDÁRIO, ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
- TE1 CATÁLOGO
- TE1 REPERTÓRIO UF:LISTA
- TE1 TESAURO UF:THESAURUS
- TE JORNAL UF:JORNAIS
 - TE1 TIRAGENS
- TE LIVRO UF:LIVROS
- TE MANIFESTO
- TE MANUSCRITO
- TE MICROFORMA UF:MICROCÓPIA, MICROFICHA, MICROFILME, MICROFOTOGRAFIA
- TE PUBLICAÇÃO
 - TE1 PUBLICAÇÃO COMUNITARIA
- TE PUBLICAÇÃO PERIÓDICA UF:PERIÓDICO
- TE RELATÓRIO
 - TE1 RELATÓRIO DE ACTIVIDADE UF:RELATÓRIO ANUAL

- TE1 RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO
- TE TESE
- TG INDÚSTRIA DA COMUNICAÇÃO**
 - TE EDIÇÃO UF:DIFUSÃO DAS PUBLICAÇÕES, INDÚSTRIA DA EDIÇÃO
 - TE1 DEPÓSITO LEGAL
 - TE1 EDIÇÃO ELECTRÓNICA
 - TE1 EDITORA UF:EDITOR
 - TE INDÚSTRIA AUDIOVISUAL
 - TE INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA UF:CINEMATOGRAFIA, DISTRIBUIÇÃO CINEMATOGRÁFICA, DISTRIBUIÇÃO DE FILMES, INDÚSTRIA DO CINEMA, PELÍCULA CINEMATOGRÁFICA
 - TE1 PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA UF:FILME CINEMATOGRÁFICO
 - TE INDÚSTRIA DAS TELECOMUNICAÇÕES
 - TE INDÚSTRIA DO LIVRO UF:ENCADERNAÇÃO
 - TE1 ALFARRABISTA
 - TE1 INDÚSTRIA GRÁFICA UF:FOTOCOMPOSIÇÃO, IMPRESSÃO GRÁFICA, OFFSET, TIPOGRAFIA
 - TE INDÚSTRIA DOS PROGRAMAS
 - TE1 PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
 - TE2 CO-PRODUÇÃO AUDIOVISUAL UF:CO-PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA, CO-PRODUÇÃO TELEVISIVA
 - TE1 PROGRAMA AUDIOVISUAL UF:EMIÇÃO DE TELEVISÃO
 - TE2 PROGRAMA DE RADIODIFUSÃO
 - TE1 PROGRAMA DE TELEVISÃO
 - TE2 GATO FEDORENTO
 - TE LIVRARIA
 - TE PROFISSIONAL DA COMUNICAÇÃO
 - TE1 ASSESSOR DE IMPRENSA
 - TE1 JORNALISTA UF:JORNALISTAS
 - TE2 ESTATUTO DO JORNALISTA UF:ESTATUTO DOS JORNALISTAS
 - TE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO UF:TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO
 - TG INFORMAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO**
 - TE INFORMAÇÃO UF:INFORMAÇÃO TÉCNICA, MEIOS DE INFORMAÇÃO
 - TE1 CONSULTA DA INFORMAÇÃO
 - TE1 FONTE DE INFORMAÇÃO
 - TE1 PERMUTA DE INFORMAÇÃO UF:TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO
 - TE1 PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO UF:ARQUIVISTA, BIBLIOTECÁRIO, DOCUMENTALISTA, INTÉRPRETE, TERMINÓLOGO, TRADUTOR
 - TE1 REDE DE INFORMAÇÃO
 - TE2 AUTO-ESTRADA DA INFORMAÇÃO UF:AUTO-ESTRADA ELECTRÓNICA
 - TE1 SISTEMA DE INFORMAÇÃO UF:SISTEMA AUTOMATIZADO DE INFORMAÇÃO, SISTEMA EM LINHA
 - TE1 SUPORTE DE INFORMAÇÃO
 - TE POLÍTICA DE INFORMAÇÃO
 - TE1 ACESSO À INFORMAÇÃO UF:CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO, INFORMAÇÃO DO PÚBLICO
 - TE2 CONFIDENCIALIDADE UF:INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL
 - TE3 SEGREDO DE ESTADO
 - TE2 DIFUSÃO RESTRITA
 - TE1 CENTRALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO UF:DESCENTRALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO, INFORMAÇÃO CENTRALIZADA, INFORMAÇÃO DESCENTRALIZADA
 - TE1 DIREITO DA INFORMAÇÃO UF:DIREITO DE RESPOSTA, LEI DA IMPRENSA
 - TE1 INDÚSTRIA DA INFORMAÇÃO
 - TE1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
 - TE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO UF:TRATAMENTO COMPUTORIZADO
 - TE1 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL UF:AJUDA À DECISÃO, SISTEMA INTELIGENTE
 - TE1 INTELIGÊNCIA ECONÓMICA UF:INTELIGÊNCIA COMPETITIVA
 - TE1 INTERPRETAÇÃO
 - TE1 TERMINOLOGIA
 - TE1 TRADUÇÃO
 - TG INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS**
 - TE CRIMINALIDADE INFORMÁTICA UF:BURLA INFORMÁTICA, CRIMES INFORMÁTICOS
 - TE1 CLONAGEM DE CARTÃO BANCÁRIO
 - TE1 PIRATARIA INFORMÁTICA
 - TE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO UF:HARDWARE
 - TE1 COMPUTADOR
 - TE INFORMÁTICA
 - TE1 PROFISSIONAL DA INFORMÁTICA UF:ANALISTA DE SISTEMAS, CODIFICADOR, ENGENHEIRO DE SISTEMAS, INFORMÁTICO, PROGRAMADOR
 - TE1 REALIDADE VIRTUAL
 - TE PROCESSAMENTO DE DADOS UF:PROCESSAMENTO INFORMÁTICO, TRATAMENTO DE DADOS, TRATAMENTO DE IMAGEM, TRATAMENTO DOS DADOS, TRATAMENTO ELECTRÓNICO DOS DADOS
 - TE1 BASE DE DADOS UF:BANCO DE DADOS

TE1 DADOS PESSOAIS
TE1 LEI DE PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS
TE1 PROTECÇÃO DOS DADOS UF:SEGURANÇA INFORMÁTICA
TE1 RECOLHA DE DADOS
TE1 REGISTO DE DADOS
TE SISTEMA INFORMÁTICO
TE1 INFORMATIZAÇÃO
TE1 REDE INFORMÁTICA
TE2 REDE LOCAL
TE2 TERMINAL
TE1 UTILIZADOR INFORMÁTICO
TE SOFTWARE UF:CONCEPÇÃO DE SOFTWARE, INDÚSTRIA DO SOFTWARE, PROGRAMAÇÃO
INFORMÁTICA, PROGRAMA DE COMPUTADOR, SUPORTE LÓGICO
TE1 VÍRUS INFORMÁTICO

TG MATERIAL AUDIOVISUAL

TE APARELHO DE GRAVAÇÃO UF:CÂMARA VÍDEO
TE APARELHO DE RÁDIO
TE APARELHO DE TELEVISÃO UF:TELEVISOR
TE APARELHO REPRODUTOR DE SOM
TE SUPORTE DE GRAVAÇÃO
TE SUPORTE GRAVADO
TE1 CASSETE AUDIO
TE1 CD
TE1 DISCO
TE1 DVD
TE1 VIDEOCASSETE
TE1 VIDEODISCO

TG MEIOS DE COMUNICAÇÃO

TE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL UF:MASS MEDIA, MEDIA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSAS
TE1 ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL UF:AACS
TE1 ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL UF:ERC
TE1 ESTATUTO EDITORIAL
TE1 IMPRENSA
TE2 AGÊNCIA DE NOTÍCIAS
TE2 EMPRESA JORNALÍSTICA
TE2 IMPRENSA DESPORTIVA
TE2 IMPRENSA DIGITAL UF:JORNALIS ELECTRÓNICOS, JORNAL ELECTRÓNICO
TE2 IMPRENSA ECONÓMICA
TE2 IMPRENSA ESTRANGEIRA
TE2 IMPRENSA FEMININA
TE2 IMPRENSA GRATUITA
TE2 IMPRENSA INFANTIL
TE2 IMPRENSA MASCULINA
TE2 IMPRENSA MUSICAL
TE2 IMPRENSA POLÍTICA
TE2 IMPRENSA REGIONAL
TE2 IMPRENSA RELIGIOSA
TE2 PRÉMIOS DE IMPRENSA
TE2 REVISTAS
TE1 JORNALISMO
TE2 PRÉMIO DE JORNALISMO UF:PRÉMIOS DE JORNALISMO
TE1 RADIODIFUSÃO
TE2 RÁDIOS LOCAIS
TE2 RÁDIOS PIRATA
TE1 TELEVISÃO
TE2 ESTAÇÃO DE TELEVISÃO
TE3 QUINTO CANAL UF:5º CANAL
TE3 RTP
TE3 SIC
TE3 SIC MULHER
TE3 SIC NOTÍCIAS
TE3 TVI
TE2 LEI DA TELEVISÃO
TE2 PRÉMIOS DE TELEVISÃO
TE3 EMMY
TE2 TELEVISÃO DIGITAL UF:TV DIGITAL
TE3 TELEVISÃO DIGITAL POR SATÉLITE UF:HDTV, TV DE ALTA DEFINIÇÃO
TE3 TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE UF:TDT
TE2 TELEVISÃO POR CABO
TE2 TRANSMISSÕES DESPORTIVAS



TG POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO UF:DESENVOLVIMENTO DAS COMUNICAÇÕES

- TE COMUNICAÇÃO DE MASSAS
- TE CONTROLO DA COMUNICAÇÃO
 - TE1 CENSURA
 - TE1 MONOPÓLIO DA INFORMAÇÃO
- TE POLÍTICA DO AUDIOVISUAL UF:COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL
 - TE1 LIVRE CIRCULAÇÃO DE PROGRAMAS UF:LIVRE RECEPÇÃO DE EMISSÕES
 - TE1 PIRATARIA AUDIOVISUAL
 - TE1 TARIFA DAS TRANSMISSÕES UF:TARIFA DAS COMUNICAÇÕES

TG SISTEMA DE COMUNICAÇÃO

- TE CORREIOS UF:CORREIO, ENCOMENDA, ENCOMENDA POSTAL
- TE TELECOMUNICAÇÃO UF:TECNOLOGIA DAS TELECOMUNICAÇÕES, TELECOMUNICAÇÕES
 - TE1 COMUNICAÇÃO POR SATÉLITE UF:SATÉLITE DE COMUNICAÇÃO DIRECTA, SATÉLITE DE COMUNICAÇÕES, SATÉLITE EUROPEU DE COMUNICAÇÃO
 - TE1 CORREIO ELECTRÓNICO UF:TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DA INFORMAÇÃO
 - TE1 FAX UF:FAC-SÍMILE, TELECÓPIA, TELEFAX
 - TE1 INTERNET UF:WEB
 - TE2 BLOGUE UF:BLOGOSFERA, WEBLOG
 - TE2 INTERNET DE BANDA LARGA
 - TE2 SÍTIO INTERNET UF:PÁGINA WEB, SÍTIO DA WEB
 - TE1 MATERIAL DE TELECOMUNICAÇÕES UF:CABO COAXIAL, CABO DE TELECOMUNICAÇÕES, CABO TELEFÓNICO, FIBRA ÓPTICA
 - TE2 ANTENA PARABÓLICA
 - TE2 MODEM
 - TE2 TELECOMUNICAÇÃO SEM FIOS UF:EMISSOR, RADIOTELEFONE, TELECHAMADA, TRUNKING
 - TE1 REGULAMENTAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES
 - TE1 TELECONFERÊNCIA
 - TE1 TELEFONE UF:CENTRAL TELEFÓNICA, EQUIPAMENTO TELEFÓNICO, MATERIAL TELEFÓNICO, REDE TELEFÓNICA
 - TE2 TELEMÓVEL UF:GSM, TELEFONE MÓVEL, TELEFONE PORTÁTIL
 - TE1 VIDEOCOMUNICAÇÃO UF:VIDEOCONFERÊNCIA
 - TE2 VIDEOVIGILÂNCIA

TG SISTEMA DOCUMENTAL

- TE BEDETECA
- TE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS
 - TE1 ARQUIVO
 - TE2 ARQUIVO DISTRITAL
 - TE1 BIBLIOTECA CIENTÍFICA
 - TE1 BIBLIOTECA ITINERANTE
 - TE1 BIBLIOTECA JUVENIL
 - TE1 BIBLIOTECA MUNICIPAL
 - TE1 BIBLIOTECA NACIONAL
 - TE1 BIBLIOTECA PARLAMENTAR
 - TE1 BIBLIOTECA PÚBLICA
 - TE2 REDE DE LEITURA PÚBLICA
 - TE1 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
 - TE1 BIBLIOTECA VIRTUAL UF:CIBERBIBLIOTECA
- TE CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO UF:SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
- TE DISCOTECA
- TE LUDOTECA
- TE MEDIATECA
- TE UTILIZADOR DA INFORMAÇÃO

Tesouro ACTIVIDADE ECONÓMICA

TT ACTIVIDADE ECONÓMICA

TG ANÁLISE ECONÓMICA UF:ANÁLISE DE ACTIVIDADE, AVALIAÇÃO ECONÓMICA, ESTUDO ECONÓMICO
TE ESTATÍSTICA UF:ANÁLISE ESTATÍSTICA, CONTROLO ESTATÍSTICO, DADO ESTATÍSTICO,
INQUÉRITO ESTATÍSTICO

TE1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
TE1 ESTATÍSTICAS COMUNITARIAS
TE1 ESTATÍSTICAS ECONÓMICAS
TE1 ESTATÍSTICAS INTERNACIONAIS
TE1 ESTATÍSTICAS NACIONAIS
TE1 ESTATÍSTICAS OFICIAIS
TE1 ESTATÍSTICAS REGIONAIS
TE1 MÉTODO ESTATÍSTICO
TE1 NOMENCLATURA
TE1 RÁCIO
TE1 RECENSEAMENTO
TE1 SONDAÇÃO UF:SONDAGENS

TE MACROECONOMIA
TE MICROECONOMIA

TG CONTABILIDADE NACIONAL UF:CONTAS NACIONAIS

TE DESPESA NACIONAL
TE PRODUTO INTERNO BRUTO UF:PIB
TE RENDIMENTO
TE1 DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA
TE1 EMPOBRECIMENTO
TE1 NÍVEL DE VIDA
TE1 ORÇAMENTO FAMILIAR
TE1 PODER DE COMPRA
TE1 POUPANÇA
TE1 RENDIMENTO BAIXO
TE1 RENDIMENTO FAMILIAR
TE1 RIQUEZA UF:FORTUNA

TG CRESCIMENTO ECONÓMICO UF:EXPANSÃO ECONÓMICA, TAXA DE CRESCIMENTO

TE CICLO ECONÓMICO
TE1 ESTABILIZAÇÃO ECONÓMICA UF:ESTABILIDADE ECONÓMICA
TE1 ESTAGNAÇÃO ECONÓMICA UF:ECONOMIA ESTACIONÁRIA
TE1 INFLAÇÃO UF:ESTAGFLAÇÃO, LUTA CONTRA A INFLAÇÃO, TAXA DE INFLAÇÃO
TE1 RECESSÃO ECONÓMICA UF:CRISE ECONÓMICA, DEPRESSÃO ECONÓMICA,
DETERIORAÇÃO DA ECONOMIA
TE1 RETOMA ECONÓMICA
TE CONDIÇÕES ECONÓMICAS
TE1 CUSTO DE VIDA UF:ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA
TE1 SITUAÇÃO ECONÓMICA
TE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
TE1 GRUPO DOS 77
TE1 PAÍS INDUSTRIALIZADO UF:PAÍS DESENVOLVIDO, PAÍS RICO
TE1 PAÍS MENOS DESENVOLVIDO
TE ESTRUTURA ECONÓMICA
TE1 ECONOMIA
TE2 ECONOMIA INTERNACIONAL UF:ECONOMIA MUNDIAL
TE2 ECONOMIA NACIONAL
TE3 PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS E SECTORES DEPRIMIDOS
TE2 ECONOMIA PARALELA UF:CONTRA-ECONOMIA, ECONOMIA EXTERIOR AO
MERCADO, ECONOMIA IMERSA, ECONOMIA INVISÍVEL, ECONOMIA SUBTERRÂNEA
TE2 ECONOMIA SOCIAL UF:ECONOMIA SOLIDÁRIA
TE POLÍTICA DA ECONOMIA
TE1 APOIO ECONÓMICO
TE2 AJUDA À EXPORTAÇÃO
TE2 AJUDA À INDÚSTRIA
TE2 AJUDA À MODERNIZAÇÃO
TE3 PROGRAMA DE INCENTIVOS À MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA

UF:PRIME

TE2 AJUDA AO EMPREGO
TE2 AJUDA AO ESCOAMENTO
TE2 AJUDA AO INVESTIMENTO
TE2 AJUDA À PRODUÇÃO
TE2 AJUDA À RECONVERSÃO
TE2 AJUDA À REESTRUTURAÇÃO
TE2 AJUDA ÀS EMPRESAS
TE3 AJUDA À MODERNIZAÇÃO DE EMPRESAS



TE3AJUDA À RECONVERSÃO DE EMPRESAS
TE3 PROJECTOS DE POTENCIAL INTERESSE ECONÓMICO UF:PIN
TE2 AJUDA COMUNITARIA
TE3 AUXILIO CECA
TE2 AJUDA REGIONAL
TE2 AJUDA SECTORIAL
TE2 AUXILIO ESTATAL
TE1 PLANEAMENTO ECONOMICO
TE1 POLÍTICA ECONÓMICA UF:ORIENTAÇÃO ECONÓMICA
TE2 CONVERGENCIA ECONOMICA UF:CONVERGÊNCIA DAS ECONOMIAS,
HARMONIZAÇÃO ECONÓMICA
TE3 CRITERIO DE CONVERGENCIA
TE2 DEFLAÇÃO UF:POLÍTICA DEFLACIONISTA
TE2 INTEGRAÇÃO ECONOMICA
TE3 GLOBALIZAÇÃO UF:INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA,
MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA
TE2 LIBERALISMO ECONOMICO
TE2 POLÍTICA CONJUNTURAL
TE3 PLANO ANTICRISE
TE2 POLÍTICA DE AUSTERIDADE
TE2 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO UF:ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO,
POLÍTICA DE CRESCIMENTO
TE3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL UF:BIOECONOMIA,
DESENVOLVIMENTO DURÁVEL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO, DESENVOLVIMENTO VIÁVEL,
ECODESENVOLVIMENTO
TE4 CIMEIRA DA TERRA
TE5 AGENDA 21
TE3 PRIORIDADE ECONOMICA
TE2 POLÍTICA DE INTERVENÇÃO UF:INTERVENÇÃO DO ESTADO,
INTERVENCIONISMO
TE3 POLÍTICA DE APOIO
TE2 POLÍTICA DE RENDIMENTOS
TE3 ESTABILIZAÇÃO DE RENDIMENTOS
TE3 GARANTIA DE RENDIMENTO UF:GARANTIA DE RECURSOS MÍNIMOS
TE2 POLÍTICA ESTRUTURAL UF:POLÍTICA SECTORIAL
TE3 AJUSTAMENTO ESTRUTURAL UF:REFORMA ESTRUTURAL
TE2 PROTECCIONISMO
TE2 RECONVERSAO ECONOMICA UF:CONVERSÃO ECONÓMICA
TE2 RELANÇAMENTO ECONOMICO
TE1 REGIÕES E POLÍTICA REGIONAL
TE2 POLÍTICA REGIONAL
TE3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL
TE3 DESENVOLVIMENTO RURAL
TE3 INTEGRAÇÃO REGIONAL
TE3 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
TE4 PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA UF:POOC
TE5 PROGRAMA FINISTERRA
TE4 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
UF:PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, PROT
TE4 PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO
TE3 POLÍTICA REGIONAL COMUNITARIA
TE4 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
TE5 PIM UF:PROGRAMA INTEGRADO MEDITERRANICO
TE3 PROGRAMA OPERACIONAL UF:PROGRAMA OPERACIONAL DE
ECONOMIA
TE3 QUADRO COMUNITARIO DE APOIO UF:QCA, QUADRO DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO NACIONAL
TE1 REGIAO ECONÓMICA UF:ESPAÇO ECONÓMICO, ZONA ECONÓMICA
TE2 REGIAO DE DESENVOLVIMENTO UF:ZONA DE DESENVOLVIMENTO
TE2 REGIAO DESFAVORECIDA UF:REGIÃO COM ATRASO DE DESENVOLVIMENTO,
REGIÃO SUBDESENVOLVIDA, ZONA DESFAVORECIDA
TE2 REGIAO FRONTEIRIÇA UF:ZONA FRONTEIRIÇA
TE2 REGIAO INDUSTRIAL UF:ZONA INDUSTRIAL
TE2 REGIAO INSULAR
TE2 REGIAO LITORAL
TE2 REGIAO PERIFERICA UF:REGIÃO ULTRAPERIFÉRICA
TE2 REGIAO PRIORITARIA UF:ZONA PRIORITÁRIA
TE2 REGIAO RURAL
TE3 REGIAO AGRICOLA
TE3 REGIAO MONTANHOSA
TE2 REGIÃO TURÍSTICA UF:ZONA TURÍSTICA
TE3 CIRCUITO TURÍSTICO UF:CIRCUITOS TURÍSTICOS
TE2 REGIAO EUROPEIA

PRÁTICAS DE INDEXAÇÃO NA IMPRENSA
O Arquivo e Centro de Documentação do Grupo Controlinveste

Maria José Rodrigues



TE3 ARCO ATLANTICO UF:FAIXA ATLÂNTICA
TE3 BACIA DO RENO
TE3 REGIAO ALPINA UF:ALPES
TE3 REGIAO MEDITERRANICA



Tesouro TRABALHO

TT TRABALHO

TG ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL

- TE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL UF:GESTÃO DO PESSOAL, GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS
- TE1 AVALIAÇÃO DO PESSOAL UF:APRECIÇÃO PROFISSIONAL, AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO, AVALIAÇÃO DOS MÉRITOS PROFISSIONAIS
- TE1 CARREIRA PROFISSIONAL
 - TE2 ANTIGUIDADE UF:ANTIGUIDADE NA PROFISSÃO, ANTIGUIDADE PROFISSIONAL
 - TE2 PROMOÇÃO PROFISSIONAL UF:DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA
- TE1 CONCURSO ADMINISTRATIVO UF:CONCURSO DE RECRUTAMENTO
- TE1 CONTRATO DE TRABALHO UF:CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO, CONTRATOS DE TRABALHO, CONTRATOS INDIVIDUAIS DE TRABALHO
- TE1 PESSOAL
- TE1 RECRUTAMENTO UF:ADMISSÃO DE PESSOAL

TG POLÍTICA SALARIAL

- TE AJUSTAMENTO SALARIAL UF:ACERTO DOS SALÁRIOS, ACTUALIZAÇÃO SALARIAL, AUMENTO DE SALÁRIOS, AUMENTOS SALARIAIS, REVISÃO SALARIAL
- TE CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS UF:BLOQUEIO DOS SALÁRIOS
- TE FIXAÇÃO DE SALÁRIO UF:ADAPTAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES, ADAPTAÇÃO DOS SALÁRIOS, TAXA SALARIAL
- TE IGUALDADE DAS REMUNERAÇÕES UF:DIFERENÇA SALARIAL, FOSSO SALARIAL, IGUALDADE DE SALÁRIOS
- TE REDUÇÃO DOS SALÁRIOS UF:BAIXA DOS SALÁRIOS
- TE SALÁRIO MÍNIMO UF:SALÁRIO GARANTIDO, SALÁRIO MÍNIMO GARANTIDO
- TE SALÁRIOS EM ATRASO

TG REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

- TE AJUDAS DE CUSTO UF:DESPESAS DE DESLOCAÇÃO, DESPESAS DE MISSÃO, DESPESAS DE VIAGEM, SUBSÍDIO DE TRANSFERÊNCIA
- TE PRÉMIO SALARIAL UF:BONIFICAÇÃO SALARIAL, DÉCIMO TERCEIRO MÊS, PRÉMIO DE ANTIGUIDADE, PRÉMIO DE DESEMPENHO
- TE RENDIMENTO COMPLEMENTAR UF:RENDIMENTO ACESSÓRIO, RENDIMENTO SUPLEMENTAR
- TE RENDIMENTO NÃO SALARIAL UF:HONORÁRIOS, QUOTAS-PARTES
- TE SALÁRIO UF:REMUNERAÇÃO, SALÁRIOS, VENCIMENTO
- TE1 RETENÇÃO NA FONTE
- TE1 SALÁRIO À PEÇA UF:REMUNERAÇÃO AO RENDIMENTO, REMUNERAÇÃO À TAREFA
- TE1 SALÁRIO BAIXO
- TE1 SALÁRIO HORÁRIO UF:SALÁRIO POR HORA
- TE VANTAGEM ACESSÓRIA UF:BENEFÍCIOS AOS TRABALHADORES, PRIVILÉGIOS ACESSÓRIOS

TG CONDIÇÕES DE TRABALHO

- TE ABSENTISMO
- TE AMBIENTE DE TRABALHO UF:AMBIENTE PROFISSIONAL
- TE LOCAL DE TRABALHO
- TE SEGURANÇA NO TRABALHO UF:RISCOS PROFISSIONAIS, SEGURANÇA DO TRABALHADOR, SEGURANÇA NO LOCAL DE TRABALHO
- TE1 ACIDENTE DE TRABALHO UF:ACIDENTES DE TRABALHO
- TE2ACIDENTE DE TRABALHO EM FÁBRICAS
- TE2 ACIDENTE DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL
 - TE3 QUEDA DE ANDAIMES
 - TE3 QUEDA DE GRUAS
- TE2 ACIDENTES COM GRUAS
- TE2 ACIDENTES DE TRABALHO EM MINAS
- TE2 ACIDENTES DE TRABALHO EM PEDREIRAS
- TE2 ACIDENTES DE TRABALHO NA AGRICULTURA
- TE2 ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL
- TE2 ACIDENTES DE TRABALHO NAS OBRAS PÚBLICAS
- TE2 SOTERRADOS UF:SOTERRADO
- TE1 DOENÇA PROFISSIONAL
- TE1 MEDICINA DO TRABALHO
- TE1 SAÚDE E HIGIENE NO TRABALHO
- TE1 TÁXI SEGURO

TG EMPREGO

- TE ACTIVIDADE NAO ASSALARIADA
- TE CESSAÇÃO DE EMPREGO
- TE1 CONDIÇÃO DE REFORMA UF:IDADE DA REFORMA
- TE1 DESPEDIMENTO UF:DESPEDIMENTOS
- TE2 DESPEDIMENTO COLECTIVO UF:DESPEDIMENTOS COLECTIVOS
- TE2 INDEMNIZAÇÃO POR DESPEDIMENTO



TE1 REFORMA ANTECIPADA UF:PRÉ-REFORMA, REFORMA FLEXÍVEL, REFORMA PROGRESSIVA, REFORMAS ANTECIPADAS, REFORMA VOLUNTÁRIA
TE1 REFORMADO UF:APOSENTADO, APOSENTADOS, REFORMADOS
TE1 REFORMAS COMPULSIVAS
TE1 SUPRESSÃO DE POSTO DE TRABALHO UF:DIMINUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO,
REDUÇÃO DO PESSOAL
TE DESEMPREGO
TE1 DESEMPREGO DE JOVENS
TE1 DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO
TE1 DESEMPREGO DE MULHERES
TE1 DESEMPREGO DOS TRABALHADORES MIGRANTES
TE1 DESEMPREGO ESTRUTURAL
TE1 DESEMPREGO SAZONAL
TE1 TAXA DE DESEMPREGO
TE DUPLO EMPREGO UF:ACTIVIDADE COMPLEMENTAR
TE FORMAÇÃO PROFISSIONAL UF:ACÇÃO DE FORMAÇÃO, ACÇÕES DE FORMAÇÃO, FORMAÇÃO À DISTÂNCIA, FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, FORMAÇÃO PRÉ-PROFISSIONAL
TE1 APRENDIZAGEM PROFISSIONAL
TE1 ESTÁGIO DE FORMAÇÃO UF:ESTAGIÁRIO, ESTÁGIO, ESTÁGIO EM EMPRESA
TE1 FORMAÇÃO EM SERVIÇO UF:APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, CONTRATO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, FORMAÇÃO DO PESSOAL
TE POLÍTICA DE EMPREGO UF:POLÍTICA DE TRABALHO
TE1 ACESSO À PROFISSAO
TE1 CENTROS DE EMPREGO MÓVEIS
TE1 COMBATE AO DESEMPREGO
TE1 CRIAÇÃO DE EMPREGO UF:FOMENTO DO EMPREGO, PROMOÇÃO DO EMPREGO
TE1 INSERÇÃO PROFISSIONAL UF:ENTRADA NA VIDA ACTIVA
TE2 REINserÇÃO PROFISSIONAL UF:INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL, REINTEGRAÇÃO
PROFISSIONAL
TE1 PLANO NACIONAL DE EMPREGO
TE1 POLÍTICA COMUNITÁRIA DO EMPREGO
TE2 ESTRATÉGIA EUROPEIA DE EMPREGO
TE2 LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES
TE2 LIVRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TE2 RECONHECIMENTO DAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS
UF:CORRESPONDÊNCIA DAS QUALIFICAÇÕES
TE1 SEGURANÇA DO EMPREGO
TE PROFISSÕES
TE TELETRABALHO UF:TRABALHO À DISTÂNCIA
TE TRABALHO A TEMPO COMPLETO UF:EMPREGO A TEMPO INTEIRO, EMPREGO PERMANENTE, TRABALHO A TEMPO INTEIRO
TE TRABALHO A TEMPO PARCIAL
TE TRABALHO DOS JOVENS
TE TRABALHO FEMININO UF:ACTIVIDADE FEMININA, MULHERES TRABALHADORAS, TRABALHO DAS MULHERES
TE TRABALHO ILEGAL UF:TRABALHO CLANDESTINO
TE TRABALHO INFANTIL
TE TRABALHO NO DOMICILIO
TE TRABALHO SAZONAL
TE TRABALHO TEMPORÁRIO UF:AGENTE TEMPORÁRIO, CONTRATO A PRAZO, EMPREGO TEMPORÁRIO, TRABALHADOR TEMPORÁRIO
TE TRABALHO VOLUNTÁRIO UF:ACTIVIDADE NÃO REMUNERADA
TG MERCADO DE TRABALHO
TE ESTATUTO PROFISSIONAL
TE1 ARTESÃO
TE1 PROFISSAO LIBERAL
TE1 TRABALHADOR INDEPENDENTE
TE MÃO DE OBRA
TE1 JOVEM TRABALHADOR
TE1 POPULAÇÃO ACTIVA
TE2 DESEMPREGADO
TE1 POPULAÇÃO NAO ACTIVA
TE1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
TE1 TRABALHADOR CLANDESTINO UF:TRÁFICO DE MÃO-DE-OBRA
TE1 TRABALHADOR DEFICIENTE
TE1 TRABALHADOR MIGRANTE
TE1 TRABALHADOR SAZONAL
TE MERCADO DO TRABALHO
TE1 ACESSO AO EMPREGO
TE1 EMPREGADOR
TE1 EMPRESA DE TRABALHO TEMPORARIO
TE1 ESTATISTICA DO EMPREGO
TE1 EXPERIENCIA PROFISSIONAL

TE1 MOBILIDADE DO TRABALHADOR UF:MOBILIDADE DA MÃO-DE-OBRA, MOBILIDADE DO PESSOAL, TROCA DE TRABALHADORES
TE1 NECESSIDADE DE MAO DE OBRA
TE2 ESCASSEZ DE MAO DE OBRA
TE1 NOVAS FORMAS DE EMPREGO

TE1 OFERTA DE EMPREGO
TE1 PRIMEIRO EMPREGO
TE1 PROCURA DE EMPREGO

TE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
TE1 DURAÇÃO DO TRABALHO UF:TEMPO DE TRABALHO
TE2 HORA EXTRAORDINÁRIA
TE1 HORÁRIO DE TRABALHO
TE1 HORÁRIO FLEXÍVEL UF:HORÁRIO MÓVEL, HORÁRIO VARIÁVEL
TE1 TEMPO DE DESCANSO UF:DESCANSO DIÁRIO
TE2 DESCANSO SEMANAL UF:FOLGA SEMANAL
TE2 DIA FERIADO UF:DIA DE DESCANSO
TE2 LICENÇA SEM VENCIMENTO UF:LICENÇA DE CONVENIÊNCIA PESSOAL
TE2 TRABALHO EXTRAORDINÁRIO UF:TRABALHO DOMINICAL, TRABALHO EM DIAS DE DESCANSO, TRABALHO EM DIAS FERIADOS
TE2 TRABALHO NOCTURNO
TE2 TRABALHO POR TURNOS UF:TRABALHO SEM INTERRUPÇÃO

TE1 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO
TE1 TRABALHO DE EQUIPA UF:TRABALHO EM GRUPO
TE1 TRABALHO EM CADEIA

TE RELAÇÕES LABORAIS E DIREITO DO TRABALHO
TE1 DIREITO DO TRABALHO UF:DIREITOS DO TRABALHADOR, LEGISLAÇÃO DO TRABALHO
TE2 CÓDIGO DO TRABALHO
TE2 DIREITO À GREVE
TE2 DIREITOS SINDICAIS
TE2 INSPECÇÃO DO TRABALHO
TE2 LIBERDADE DE TRABALHO
TE2 NORMA LABORAL UF:NORMA SOBRE O TRABALHO
TE2 SEGREDO PROFISSIONAL

TE1 ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL
TE2 ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL
TE2 CORPORATIVISMO UF:CONFEDERAÇÕES PROFISSIONAIS, CORPORAÇÕES
TE2 DEONTOLOGIA PROFISSIONAL UF:DEONTOLOGIA
TE2 ORDEM PROFISSIONAL UF:ORDENS PROFISSIONAIS
TE3 ORDEM DOS ADVOGADOS
TE3 ORDEM DOS ARQUITECTOS
TE3 ORDEM DOS ENFERMEIROS
TE3 ORDEM DOS ENGENHEIROS
TE3 ORDEM DOS FARMACÊUTICOS
TE3 ORDEM DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS
TE3 ORDEM DOS NOTÁRIOS
TE3 ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

TE1 RELAÇÕES DE TRABALHO UF:RELAÇÕES PROFISSIONAIS
TE2 ACORDO COLECTIVO
TE2 CONFLITO LABORAL UF:CONFLITOS LABORAIS
TE3 GREVE UF:GREVE GERAL, GREVES
TE3 LOCKOUT
TE3 REQUISIÇÃO DE TRABALHADORES
TE2 CONTRATO COLECTIVO UF:CONTRATOS COLECTIVOS
TE2 DIÁLOGO SOCIAL UF:CONCERTAÇÃO SOCIAL
TE2 NEGOCIAÇÃO COLECTIVA
TE2 PARCEIRO SOCIAL
TE3 ORGANIZAÇÃO PATRONAL
TE3 CONFEDERAÇÃO PATRONAL UF:CONFEDERAÇÕES PATRONAIS
TE3 SINDICATO UF:FEDERAÇÃO SINDICAL, ORGANIZAÇÃO SINDICAL,

SINDICALISMO, SINDICATOS
TE4 CONFEDERAÇÃO SINDICAL UF:CONFEDERAÇÕES SINDICAIS
TE4 PRIMEIRO DE MAIO
TE3 SINDICATO DE FUNCIONARIOS PUBLICOS
TE2 PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES UF:DEMOCRACIA NA EMPRESA
TE3 AUTOGESTÃO UF:AUTOGESTÃO OPERÁRIA
TE3 PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NOS LUCROS DA EMPRESA

UF:PARTICIPAÇÃO NOS BENEFÍCIOS
TE2 REPRESENTAÇÃO DO PESSOAL UF:REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES
TE3 COMISSÃO DE TRABALHADORES UF:DELEGADO DO PESSOAL,
REPRESENTANTE DO PESSOAL, REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES
TE3 ELEIÇÃO SINDICAL
TE3 REPRESENTANTE SINDICAL UF:DELEGADO SINDICAL



ANEXO 3 - 50 DOCUMENTOS DA IMPRENSA

Transcrições de documentos do arquivo digital do Arquivo e Centro de Documentação e das respetivas fichas.



1 - O PIB varia com o Governo...

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 13/03/2006

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: O PIB varia com o Governo...

Pós-Título:

Autor: LUÍS DELGADO

Texto: Eu adoro, confesso, a forma como políticos, economistas e outros responsáveis manipulam mediaticamente as contas e os resultados nacionais. É uma capacidade incomensurável, que varia de governo para governo, de instituição para instituição, de partido para partido, e até de órgão de comunicação social para órgão de comunicação social.

Na sexta-feira, o INE divulgou as primeiras estimativas para o encerramento das contas nacionais, e a verificação, inegável, é que o PIB de 2005, quando comparado com o de 2004, baixou o extraordinário número de 0,8 por cento - de 1,1 para 0,3 -, e só não entrou em recessão pelo consumo verificado no quatro trimestre. Quanto a este facto não há duas leituras.

Ora bem: em 2004, quando Portugal passou um por cento de crescimento, não faltaram análises catastróficas, longos discursos sobre a imensa crise nacional, a falta de visão e perspectivas do Governo em gestão, e o afundamento nacional irreversível em relação à Europa.

Foram discursos dramáticos, análises virulentas, sentenças sem recurso e explicações sem contraditório.

Quem não se lembra dos discursos inflamados na AR do PS, CDU e Bloco de Esquerda, ajudados por uns tantos responsáveis, de instituições que deveriam ser independentes, e por autoproclamados sábios.

Na verdade, Portugal, em 2004, até tinha crescido acima de alguns dos maiores países da União, mas isso não era mérito do País nem força da iniciativa privada e pública. Não, isso era estagnação, pré-recessão, crise e coisas afins. A isto, como convém, juntava-se o défice excessivo - que se mantém - e na sopa que fervia tudo era péssimo, mau, e com um triste fim. Pois...

Veio o Governo socialista e o País, que ainda é o mesmo, teve um recuo substancial, inesperado e inaceitável no seu crescimento, que nada tem a ver com as medidas para controlar e baixar o défice público.

Em condições normais, como está a acontecer na Alemanha, por exemplo, a ideia básica, perante o crescimento de 1,1 por cento em 2004, era a de que o país manteria ou aumentaria a riqueza interna, mesmo que as contas do Estado continuassem desequilibradas por mais alguns anos.

Tanto assim era que o Governo, com uma revisão orçamental, e o Banco de Portugal estimavam crescimentos paralelos ou superiores. Isto só confirma que o PIB nada tem a ver com o défice, embora, naturalmente, contas certas num caso ajudarão sempre no outro. Mas são dados independentes, como se verificou ao longo de décadas em Portugal. Ou noutros países, o principal dos quais, pela assimetria, são os EUA.

Agora, com a vergonha de um míseros 0,3 por cento, ainda há quem diga que o número é razoável, indiciador de um bom desempenho e sinal de uma viragem nos próximos tempos. Para disfarçar a magreza do resultado, a todos os títulos inaceitável e incompreensível, o Governo e o Banco de Portugal garantem que não vão, para já, rever as suas previsões de crescimento para este ano, que num caso são uma perfeita miragem - 1,1 para o Governo - e no outro, o Banco de Portugal, 0,8 por cento.

Convenhamos que já ninguém vai ao engano: daqui a uns meses, ou semanas, quando os portugueses se esquecerem deste resultado, as previsões mudam, para baixo, e poucos darão pela diferença.

E o mais espantoso, tirando o caso do PP, embora muito timidamente, é que a oposição, particularmente o PSD, não consegue criar a mesma dinâmica de responsabilização que era gerada pelo PS e restantes partidos, quando se tratou de avaliar, criticar e martirizar o antigo Governo de coligação.

Assim, sem oposição credível, Sócrates pode descansar, cortar, despedir, reduzir e arrasar sem que uma voz se levante, ou um coro de protestos se agigante. Até ao dia em que o País tem as contas certas, mas está "encerrado"...

Sem oposição credível, Sócrates pode descansar, cortar, despedir, reduzir e arrasar sem que uma voz se levante, ou um coro de protestos se agigante. Até ao dia em que o país tem as contas certas, mas está 'encerrado'...

Legenda:



Rubrica:

Temas: CONTABILIDADE NACIONAL
PRODUTO INTERNO BRUTO
XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA

Tipo de Notícia: OPINIÃO

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: OPINIÃO

Página: 9

2 - Execução orçamental derrapa em 955 milhões

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 21/04/2009

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Contas do Estado. As despesas superaram em 2,3 mil milhões de euros as receitas fiscais. Resultado, o défice do subsector Estado triplicou nos primeiros três meses do ano em relação a igual período do ano passado. Com a recessão económica, em IVA, o Estado já perdeu 722,1 milhões de euros em relação ao orçamentado em Janeiro deste ano

Título: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DERRAPA EM 955 MILHÕES

Pós-Título:

Autor: RUDOLFO REBÊLO

Texto: Com a crise económica, o Governo perdeu em receitas fiscais 955,3 milhões de euros nos primeiros três meses do ano em relação ao previsto no orçamento para 2009. É a recessão económica a atrapalhar as contas do Estado. As despesas estatais - em salários dos funcionários públicos, juros com empréstimos, transferências para a saúde, ensino e investimento - superaram as receitas em impostos em 2355,8 milhões de euros. Ou seja, o défice do Estado (apenas no subsector), apurado nos primeiros três meses do ano, triplicou em relação a igual período do ano passado.

Receita

É na receita que está o "calcanhar de Aquiles" do orçamento desenhado em Janeiro e que ameaça, a meio do ano, um tropeção nas contas.

Contas feitas, entre Janeiro e Março, o Governo perdeu 955,3 milhões de euros, dos quais 936,7 milhões de euros em impostos indirectos. Mas, vamos a contas e comecemos pelos impostos directos.

Em IRS, apesar do desemprego, a receita aumentou 2,7%. Mas, já no imposto sobre lucros (IRC), a queda foi de 32,5%. Neste imposto, o ministério explica que espera, "em particular", o resultado da autoliquidação a efectuar em Maio" e dos pagamentos por conta em "Julho, Setembro e Dezembro".

Mas a arrecadação anual do IVA, o imposto mais dependente dos gastos das famílias, empresas e Estado, está comprometida. Os portugueses, com receio do desemprego e da crise travaram o consumo nos primeiros três meses. É aqui que o orçamento para este ano, desenhado em Janeiro (OE suplementar) regista um enorme "rombo". É que, para todo o ano, Teixeira dos Santos contabilizou uma perda de 0,4% em receita de IVA em relação a 2008. Mas, no final de Março, a receita cobrada já era 20,3% inferior à registada no mesmo período do ano passado. Ou seja, neste imposto já faltam 722,1 milhões de euros.



O Imposto sobre Veículos (ISV) aumentou em Janeiro e, nesse mesmo mês, o Governo contabilizou uma expectativa de um acréscimo de 6,7% na receita. Está a perder 74,8 milhões de euros.

Despesa

Em três meses, o Estado (subsector) gastou 10,3 mil milhões de euros, mais 4,9% em relação a igual período do ano. O Governo, na nota ontem divulgada no final do dia, justificava o aumento da despesa por razões de metodologia contabilística e pelo pagamento de dívidas a "credores privados", no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado" e no investimento com forças policiais. As despesas com o pessoal aumentaram 0,2%. O investimento do Estado, (incluindo transferências) cresceu abaixo da despesa total: apenas 3,5%. C

Legenda: A arrecadação do IVA, mais dependente dos gastos das famílias, está comprometida

Rubrica:

Temas: CONTABILIDADE NACIONAL

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: ACTUAL 1

BOLSA

Página: 2

3 - Fisco ataca automóveis usados

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 30/06/2006

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Comércio de carros

Título: Fisco ataca automóveis usados

Pós-Título: Crise obriga a recorrer a expedientes para garantir vendas

Apreendidos 40 veículos. GNR agredido durante operação

Autor: LUCÍLIA TIAGO

PAULO FERREIRA

ARMANDO FONSECA JÚNIOR

Texto: OFisco lançou, anteontem, em conjunto com outros organismos de inspecção e com a Brigada Fiscal da GNR, uma operação de fiscalização de 45 stands de automóveis usados no distrito do Porto. Além de 40 veículos apreendidos (de entre 750 controlados), foram encontradas matrículas falsificadas e notada a ausência de documentos e registos contabilísticos. Durante os controlos, os ânimos aqueceram, ao ponto de um GNR ter sido agredido, necessitando de tratamento hospitalar. Os dois agressores, de um stand da zona de Valongo, foram ontem presentes a tribunal, regressando a casa com termo de identidade e residência.

A operação, denominada "Roda livre", visou um sector a que as autoridades têm dedicado atenção, por se tratar de uma área de negócio susceptível de promover fuga ao Fisco (em termos de IA e IVA e de impostos sobre o rendimento) e às contribuições para a Segurança Social.



Fontes do sector ouvidas pelo JN assinalam que a tendência para este tipo de stands cometerem ilegalidades e recorrem a expedientes vários anda a par com a crise de vendas (ver texto na página ao lado). Também por isso, o Fisco tem dedicado mais atenção a este negócio.

Mais stands ilegais

Apesar da queda das vendas e das dificuldades daí resultantes, a verdade é que tem vindo a crescer, de acordo com as mesmas fontes, o número de stands de carros usados ilegais. "Esse facto é público e notório", referiu um especialista do ramo.

As associações ligadas ao ramo automóvel não quiseram comentar esta operação em concreto, por desconhecerem os seus contornos, mas todos os responsáveis associativos contactados pelo JN foram unânimes em considerar que o comércio clandestino tem de ser fiscalizado e combatido e que já por várias vezes têm pedido a intervenção das autoridades, apesar de se queixarem de esta fiscalização nem sempre ser tão articulada quanto seria desejável.

"Há grandes e graves problemas com a venda de carros usados", disse, ao JN, Ferreira Nunes, presidente da Anecra (Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel), precisando que "o sector automóvel não passa ao lado de uma inquinação de comportamentos que atravessa a sociedade portuguesa".

Quem fiscaliza?

Para Ferreira Nunes, coloca-se ainda a questão de saber quem deve fiscalizar toda esta realidade. É que, lembra, "a ASAE (Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica) tem feito grandes 'raids' no sector, mas são as autarquias que concedem licenças de utilização de estabelecimentos onde se pratica uma actividade que muitas vezes não está devidamente regulamentada". A Anecra contabiliza entre 10 mil a 12 mil os stands legais, mas avisa que os clandestinos vão continuar a florescer, se a fiscalização não for mais apertada.

Numa operação coordenada entre os órgãos da Administração Tributária, da Brigada Fiscal da GNR, do Departamento de Fiscalização da Segurança Social e da Inspeção Geral do Trabalho, foram ainda identificados uma centena de trabalhadores, tendo as autoridades verificado a existência de outras situações irregulares, concretamente a existência de gerentes e de funcionários não registados.

Recorde-se que, em Março, a ASAE verificou 650 stands de usados e novos, numa acção a nível nacional, tendo instaurado mais de 263 processos de contra-ordenação. Neste controlo estiveram em verificação a existência ou não de informações sobre o preço e características dos carros.

Associação do sector teme que continuem a florescer stands ilegais, se a fiscalização não apertar

Legenda: Número de stands que vende automóveis usados tem vindo a crescer nos últimos anos um pouco por todo o país

Rubrica:

Temas: DELITO FISCAL
ECONOMIA PARALELA
CRIMES CONTRA AGENTES DA AUTORIDADE

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: PORTO

Secção: PRIMEIRO PLANO

Página: 2

4 - Economia paralela movimentada 31 mil milhões de euros por ano

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 01/08/2005



Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: Economia paralela movimentada 31 mil milhões de euros por ano

Pós-Título: Verbas da economia subterrânea correspondem a 22% do PIB português

Autor: DIANA MENDES

Texto: A economia paralela retira anualmente 30,8 mil milhões de euros aos cofres do Estado, representando já 22% do PIB português, de acordo com o Gabinete de Estudos Económicos do Banco de Portugal. A fraude comercial é apenas uma pequena parcela desta soma, mas José Figueiredo, subdirector da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), sublinha que é notório o seu crescimento. Só no ano passado foram apreendidos 11 milhões de euros em mercadorias.

Os números reflectem um peso cada vez maior de actos que envolvem a fuga aos impostos, as contas em Itália e Espanha não se afastam das portuguesas (26% e 22,4% respectivamente). Apesar deste cenário, José Figueiredo considera que Portugal "não é um país muito lucrativo para o traficante, porque é pouco rentável. O volume das nossas acções ainda não cai nessa configuração de contrabando". No caso do tabaco, por exemplo, Portugal é sobretudo um local de passagem. "Frequentemente, os contentores destinam-se a Espanha e ao Norte da Europa, onde os impostos são cinco vezes superiores aos nossos." Apesar de as acções que envolvem o tabaco nem sempre resultarem em apreensões, "quando aparecem têm grande volume", diz o responsável.

Num artigo que escreveu para a revista *Alfândega*, José Figueiredo só considera que existe tráfico no caso das bebidas com mais de 22% de álcool. Não é fácil estimar quando se perde por ano com estes produtos. Resta sublinhar que cada contentor apreendido equivale a 55 mil euros de impostos para perceber o seu impacto económico.

A rotulagem é umas das soluções que a DGAIEC tem procurado introduzir desde 2003. "Em Outubro deste ano, todas as introduções ao consumo tiveram de ter um novo selo, mais difícil de copiar; e entre Abril e Junho deste ano tivemos de rotular todos os restantes." No total, foram colocados entre três a quatro milhões de selos. José Figueiredo ressaltou a importância desta medida, já que o selo não é facilmente reproduzível. "O imposto terá de ser pago."

TÊXTEIS E COMBUSTÍVEIS. A contrafacção já representa 5% a 7% do comércio mundial e é responsável pela perda de 200 mil postos de trabalho. Em Portugal, entre 2003 e 2005, foram apreendidos sete milhões de euros em produtos contrafeitos. Só no primeiro semestre de 2005 as apreensões totalizaram mais de dois milhões de euros. José Figueiredo refere precisamente que "o volume de mercadorias apreendidas é cada vez maior". Tal como o dumping (prática de preços abaixo do custo), a origem deste tipo de produtos "é quase sempre a mesma: China, Índia, países com mão-de-obra barata", frisou.

No caso dos combustíveis, o grosso dos problemas relaciona-se com o gasóleo agrícola, utilizado para fins rodoviários, ou com a produção de gasóleo falsificado. Questionado sobre as implicações da alta do petróleo, o responsável afirma "quanto maior for o diferencial de preços, mais apetência há para a fraude. Mas tencionamos desenvolver mais e melhores acções".

Legenda: ILÍCITOS. Têxteis asiáticos constituem o grosso dos artigos contrafeitos

Rubrica:

Temas: ECONOMIA PARALELA

FRAUDE

INDÚSTRIA TÊXTIL

COMBUSTÍVEL

Localidades:

Pessoas: JOSÉ FIGUEIREDO

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DN NEGÓCIOS

Edição: LISBOA

Secção: NEGÓCIOS

Página: 9

5 - Protestar contra o inevitável

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 30/09/2005
Fonte:
Dossier:

Antetítulo:
Título: Protestar contra o inevitável
Pós-Título:
Autor: JORGE COELHO

Texto: Portugal tem vivido tempos de alguma agitação social. Nestes dias registam-se algumas greves e manifestações e para as próximas semanas estão igualmente convocadas outras formas de protesto.

O primeiro-ministro já disse que a sua governação não vai ser influenciada por estes protestos e vai prosseguir as medidas que o Executivo está a tomar.

Em primeiro lugar devo sublinhar o direito que todos têm em relação às manifestações de descontentamento. Esta perspectiva geral já não se aplica ao respeito que merecem todos os protestos que têm sido realizados. Em alguns casos, perdeu a democracia - e, em particular, organizações que deveriam ter em conta o estatuto dos profissionais que representam.

A questão de fundo que, no meu entender, se coloca tem a ver com o seguinte: o País encontra-se numa situação económica difícil e em particular as contas do Estado. É quase unânime que o Estado tem de cortar nas despesas.

O problema é quando se avança. Se for com os "outros tudo bem. Quando me atinge, é injusto." Esta é uma situação banal na nossa sociedade (e talvez em todas as outras).

Não é aliás de estranhar que, no passado recente, Portugal tenha tido governos "fortes", assentes em maiorias absolutas, mas, por exemplo, nunca houve a coragem de tomar medidas profundas na administração pública. Foi sempre uma "reforma" adiada. Compreende-se porquê e em particular com o receio das consequências a nível eleitoral.

Este Governo decidiu avançar com as medidas que considera necessárias nessas áreas. Em vésperas de eleições. Teve a coragem de decidir e de fazer aquilo que os outros nem sequer tentaram. Alguns especialistas até afirmam que muitas destas iniciativas pecam por defeito.

Concordo que algumas das decisões são polémicas, controversas e que até necessitavam de melhor explicação. O que não entendo é como algumas forças políticas e organizações criticam o que este Governo está a fazer quando, no passado, consideravam essencial avançar com estas reformas.

Quero aqui referir o despudor do líder do PSD, que, como membro de um Governo da maioria anterior, é co-responsável do estado em que o País se encontra, e agora, lavando as mãos do assunto, por causa de uns votos, discursa todos os dias com uma linguagem mais própria de um sindicalista. Pode ganhar uns votos, é certo, mas o que não ganha com certeza é a credibilidade para ser levado a sério como candidato alternativo a primeiro-ministro.

Mas, neste equilíbrio difícil entre a necessidade de serem tomadas medidas e o descontentamento que é gerado, quero elogiar o comportamento exemplar do Presidente da República. Não hesita em subscrever algumas dessas decisões difíceis e, por outro lado, tenta intermediar alguns conflitos, designadamente em áreas essenciais do Estado. Com discrição e com efeitos positivos para todas as partes.

REFERENDO. A Assembleia da República aprovou uma proposta para a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG). Mais uma promessa eleitoral do PS que se cumpre.

Ficará agora ao critério do Presidente da República a decisão final. Se está de acordo com a proposta e, caso a resposta seja afirmativa, qual a melhor data. Deve ser uma decisão livre de constrangimentos partidários.

Quanto à questão de fundo, julgo que a nossa sociedade já atingiu uma grande maturidade para discutir de forma séria e construtiva este problema.

Trata-se de uma questão de consciência e, por isso mesmo, deve ser discutida sem dogmas e no máximo respeito pelas convicções de cada um.



Ao mesmo tempo, numa altura em que se regista uma grande indiferença dos cidadãos em relação à "coisa pública", todos devem apelar a uma grande participação e evitar cair em extremismos, linguagens radicais e verdades absolutas.

É urgente ser tomada uma decisão para se colocar uma "pedra no assunto", mas temos igualmente de aprender com as experiências passadas para que não seja maior o afastamento da sociedade portuguesa nas tomadas de decisão.

Legenda:

Rubrica:

Temas: POLÍTICA DE AUSTERIDADE
XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: OPINIÃO

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

Secção: EDITORIAL

Página: 4

6 - As principais propostas do Governo de José Sócrates

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 04/06/2005

Fonte:

Dossier: OS DIAS DIFICEIS DE JOSE SOCRATES

Antetítulo:

Título: As principais propostas do Governo de José Sócrates

Pós-Título: Administração Pública e Segurança Social

Autor: CARLA AGUIAR

Texto: Convergência

A partir de 1 de Janeiro de 2006, todos os funcionários que entrarem para a Administração Pública passam a descontar directamente para a Segurança Social (20% já estão neste regime), com os mesmos direitos e deveres dos demais trabalhadores. Até final deste ano, a protecção na doença será já equiparada para todos, pelo menos em termos de regulamentação, o que significa que os funcionários deixarão de receber 90% do salário, ficando com apenas 65%. Até Junho de 2006, a convergência ficará regulamentada em relação às pensões de velhice, invalidez e morte. E, até ao final de 2006, o Governo criará, pela primeira vez, um subsídio de desemprego para os funcionários. Uma medida que visa colmatar a actual ausência de protecção para os trabalhadores sem vínculo e permite enquadrar eventuais situações de rescisão.

POUPANÇA: 750 milhões até 2009

IMPACTO: Não determinado

ENTRADA EM VIGOR: 2006

Idade de reforma

Já a partir de 1 Janeiro de 2006, a idade de reforma dos funcionários, actualmente fixada em 60 anos, será adiada em seis meses por ano, de modo a que em 2015 esteja equiparada aos 65 anos que vigoram no sector privado e 40 anos de carreira. Quem até 31 de Dezembro deste ano reúna os necessários 36 anos de carreira e 60 de idade não sofrerá alterações. Mas os que tiveram 59 anos vão ter de esperar mais seis meses para se aposentarem e assim sucessivamente. O Governo não exclui a possibilidade de aumentar igualmente a idade de aposentação para o sector privado, mas essa opção só será tomada se os estudos

que está a realizar concluírem pela sua inevitabilidade para a sustentabilidade financeira da Segurança Social.

POUPANÇA: 230 milhões de euros

IMPACTO: Não determinado

ENTRADA EM VIGOR: 1 de Janeiro 2006

Cálculo da pensão

No espírito de convergência com a Segurança Social, o cálculo das pensões dos funcionários será alterado, mesmo para os que foram admitidos antes de 1993, data a partir da qual houve equiparação aos privados. Em vez da pensão corresponder a 90% do último salário, passa a ter em conta a média dos melhores dez anos dos últimos 15. Para proteger os direitos adquiridos de quem já está no sistema, até 31 de Dezembro deste ano a pensão será calculada segundo as regras actuais e a restante parte da carreira, até à idade de reforma, serão aplicadas as novas regras. O ministro Vieira da Silva estimou que quem tenha três quartos da pensão calculada no regime antigo e um quarto no novo sofrerá uma redução de 5%.

POUPANÇA: Não quantificado

IMPACTO: Não determinado

ENTRADA EM VIGOR: Janeiro de 2006

Carreiras

A progressão das carreiras, à excepção das promoções por mérito, ficarão congeladas até 31 de Dezembro de 2006, bem como o valor de todos os suplementos remuneratórios, até que seja negociado e aprovado um novo regime de carreiras, remuneração e avaliação de desempenho. A travagem da progressão nas carreiras tem um impacte significativo na contenção da massa salarial, que o Governo estima em 350 milhões de euros. O principal problema orçamental está no automatismo das progressões, nomeadamente no universo dos professores (150 mil), no qual há subidas automáticas de escalão ao fim de três ou quatro anos, em função do escalão.

POUPANÇA: 350 milhões de euros

IMPACTO: 730 mil funcionários

ENTRADA EM VIGOR: 2005

Supranumerários

Governo quer dinamizar a lei dos supranumerários, que está em vigor desde 2002, mas que não está a funcionar, porque nunca foi concluída a reestruturação dos ministérios. A ideia é identificar os serviços com funcionários excedentários, e que possam até vir a ser extintos, e colocá-los numa bolsa de supranumerários, com vista a serem transferidos para serviços com falta de pessoal. Mas alguns destes trabalhadores poderão ser incentivados a tirar licenças sem vencimento ou mesmo a sair do Estado, mediante rescisões. O Governo aprovou uma resolução que prevê a revisão dos direitos e deveres dos funcionários que forem deslocados para o quadro de excedentes, o que indicia maiores penalizações na sua remuneração. Actualmente, após um ano sem transferência os funcionários perdem um sexto do salário. No futuro, após três meses sem transferência, os funcionários deverão perder um sexto do salário. Estão previstas soluções de formação e reconversão profissional para estes trabalhadores.

POUPANÇA: Não quantificado

IMPACTO: Não determinado

ENTRADA EM VIGOR: 2006

Regalias

O Governo anunciou a intenção de acabar com os regimes especiais de aposentação dos titulares de cargos políticos, as chamadas pensões vitalícias, mediante proposta a apresentar à Assembleia da República. Ao que tudo indica, a medida será aplicada de forma progressiva, de modo a respeitar as expectativas adquiridas, nomeadamente as dos deputados. Haverá também limitações às regalias e remunerações dos gestores no sector público empresarial e nos institutos públicos e nas autarquias. A acumulação de activas públicas com privadas será também revista.

Pré-reformas

O último Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que suspende o regime de flexibilização da idade de reforma por antecipação (de 1993), que permite a aposentação aos 55 anos de idade com 30 anos de descontos para a Segurança Social, mediante uma penalização de 4,5% por ano. O regime deverá ser revisto até final do próximo ano, mantendo, todavia, a possibilidade de reformas antecipadas para algumas profissões de desgaste rápido. Na mesma ocasião, o Executivo revogou o regime, de autoria de Bagão Félix, que possibilita o acesso à pensão aos desempregados com 58 anos, após terem esgotado o período de subsídio de desemprego. Ontem, fonte do Ministério do Trabalho e Segurança Social garantiu ao DN que, apesar desta possibilidade deixar de existir no futuro, haverá um mecanismo transitório a aplicar às pessoas que já estão a esgotar o prazo do subsídio de desemprego e negociaram rescisões de contrato de trabalho na expectativa de passarem à reforma. "Esta situação será tratada de forma



socialmente justa em concertação social." A mesma fonte afirmou que a publicação da lei é considerada prioritária, desejando o Governo que aconteça no prazo máximo de três meses, ou seja, no início de Setembro. Isto quer dizer que neste período de tempo ainda é teoricamente possível negociar rescisões de contrato ao abrigo daquela legislação. Ao abrigo do PEPS, o regime que permitia a aposentação para os desempregados com 58 anos, estão 7760 pessoas.

POUPANÇA: Não quantificado

IMPACTO: 33 mil em 2004 (PEPS)

ENTRADA EM VIGOR: Setembro

Independentes

A fórmula de cálculo das pensões deverá passar a incidir progressivamente sobre toda a carreira, de acordo com a resolução aprovada no último Conselho de Ministros. O Governo pretende aumentar, com carácter prioritário, os anos de carreira de servem de cálculo às pensões dos trabalhadores independentes, uma vez que é neste grupo de trabalhadores que há mais possibilidades de manipulação dos descontos para a Segurança Social, aumentando-os na fase final da carreira. Desde 2002, tanto os independentes como os trabalhadores por conta de outrem, com mais de 15 anos de contribuições, podem escolher a mais favorável de entre três modalidades de cálculo da pensão (os melhores 10 anos dos últimos 15, um sistema misto ou a carreira completa). Em termos de IRS, o desconto mínimo dos independentes será agravado para um salário mínimo e meio, contra um salário mínimo actual .

POUPANÇA: Não quantificado

IMPACTO: Não determinado

ENTRADA EM VIGOR: Não divulgado

Salários

Os salários dos funcionários públicos só deverão ser aumentados em 2% ao ano até 2009, de acordo com as metas do Governo, inscritas no Programa de Estabilidade e Crescimento. A moderação salarial, aliada ao congelamento da progressão nas carreiras até final de 2006, e à aprovação de um novo sistema retributivo em 2007, deverá permitir uma poupança de 1,3 mil milhões de euros até 2009. Já para 2005, o Governo espera uma poupança de 100 milhões de euros, face ao que gastaria sem estas alterações. Nos anos seguintes a poupança deverá crescer a um ritmo anual de 300 milhões de euros. As poupanças estimadas pelo Executivo na evolução da massa salarial estão também relacionadas com a contenção de novas admissões para a Administração Pública.

POUPANÇA: 1,3 mil milhões de euros

IMPACTO: 730 mil funcionários

ENTRADA EM VIGOR: 2006

MEDIDAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REFORMA. No âmbito da convergência entre a Caixa Geral de Aposentações e a segurança social, a idade da reforma na função pública (60 anos) aumentará, a partir de 2006, seis meses por ano para, dentro de dez anos, ser igual à dos restantes trabalhadores (65 anos).

PENSÕES. Regime de cálculo das pensões dos funcionários admitidos antes de 1993 passa a ser igual ao dos que entraram posteriormente.

CARREIRAS. Progressões automáticas e actualizações de suplementos remuneratórios são congelados até 31 de Dezembro de 2006 para reapreciação.

BAIXAS. Sistemas público e privado serão idênticos. A baixa por doença é fixada em 65%.

SAÚDE. Os sete subsistemas públicos de saúde serão unificados a partir de 1 de Outubro. Preços dos medicamentos descem 6% e o Estado só os comparticipa até 95%.

SUPRANUMERÁRIOS. Lei dos supranumerários será revista, nomeadamente no que respeita aos direitos e deveres dos funcionários abrangidos. Hipótese se de uma maior redução do salário no quadro dos excedentes não está excluída. Formação e reconversão profissional poderá ser consagrada.

REGALIAS. Titulares de cargos públicos terão menos regalias.

SEGURANÇA SOCIAL

REFORMA ANTECIPADA. É suspenso o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão, que permite a aposentação aos 55 anos para os beneficiários com 30 anos de contribuições. Regime que permite aos desempregados com 58 anos ter acesso à pensão é revogado.

CONTAGEM DA CARREIRA. O Governo quer aumentar o período de contagem para toda a carreira contributiva, sobretudo no que respeita aos independentes, uma vez que estes podem mais facilmente manipular os seus descontos nos últimos anos de vida activa.

OS DIAS DIFICEIS DE JOSE SOCRATES

O Governo tem de apresentar este mês em Bruxelas o Programa de Estabilidade e Crescimento revisto e muitas das medidas para combater o défice já são conhecidas. As alterações nos impostos, na Segurança



Social e nos regimes especiais ou a tentativa de conter os gastos na saúde têm estado nas primeiras páginas dos jornais, mas são tantas as medidas que facilmente se lhes perde a conta. O Diário de Notícias recorda hoje todas as medidas anunciadas pelo Governo de José Sócrates e analisa as mais importantes. Este ano, o aumento de receitas e a tentativa de cortar nas despesas só vai permitir reduzir o défice para 6,2% do PIB porque a maioria das medidas só terá efeito a médio prazo. Muitas delas não estão sequer calendarizadas e não se conhece muito mais do que a intenção de as transformar em leis.

Legenda:

Rubrica: TEMA DO DIA

Temas: DÉFICE ORÇAMENTAL
POLÍTICA DE AUSTERIDADE
XVII GOVERNO CONSTITUCIONAL
FUNÇÃO PÚBLICA
SEGURANÇA SOCIAL

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

LISBOA

Secção: TEMA

Página: 6

7 - Só 16% dos portugueses acreditam em vida melhor

Data da Notícia: 01/02/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: BARÓMETRO DN/TSF

Título: Só 16% dos portugueses acreditam em vida melhor

Pós-Título: Os portugueses estão moderadamente pessimistas quanto à evolução da sua situação económica nos próximos doze meses. Enquanto 44% pensam que as suas finanças vão piorar, 33,7% não antecipam mudanças e apenas 16% acreditam num futuro mais risonho. Os pessimistas são maioritariamente mulheres, da classe média-baixa, vivem no interior norte e votam PSD

Autor: CARLA AGUIAR

Texto: Os portugueses estão "moderadamente pessimistas" sobre a evolução da sua situação económica pessoal ao longo dos próximos doze meses. Esta é a expressão técnica que traduz o estado de alma da sociedade, no que toca às suas finanças, medido pela Marktest. Quando questionados sobre as expectativas para si e para a sua família, 44% dos inquiridos consideram que as coisas vão piorar. Só 16% enfrentam o novo ano com algum optimismo, antecipando melhorias, enquanto que 33,7% dos inquiridos estão convencidos de que não haverá mudanças nem num sentido nem noutro.

O nível de pessimismo sobre a situação pessoal regista, no entanto, uma melhoria em relação a Novembro, se bem que muito ligeira. Numa escala de zero a cem, o índice de expectativa está agora nos 35,08 pontos. Para isso contribui o facto de ser maior o grupo dos que esperam que a situação ou melhore ou fique na mesma, que representa 49,7% dos inquiridos, contra os 44% que estimam piorar de vida. Os restantes 6% dizem não saber qual a previsível evolução da sua situação.

Qual é então o traço dominante dos portugueses que revelam mais optimismo ou pessimismo? A resposta não é simples, pois depende da idade, do sexo, da área de residência, da classe social e também da



intenção de voto. O grupo dos mais pessimistas é predominantemente composto por mulheres (47,5%), com mais de 55 anos de idade (52,9%) - embora se encontrem muitos entre os 35 e os 54 anos de idade -, que vivem no interior norte (48%), pertencem à classe média-baixa/baixa (47,2%) e quase metade são votantes do PSD. Interessante é registar que se encontram 30,7% de inquiridos pessimistas mesmo entre os que pertencem às classes alta e média-alta.

Já os que confiam num ano mais risonho, com mais dinheiro para gastar, são essencialmente do sexo masculino, jovens entre os 18 e os 34 anos (24%), vivem no interior norte (18,7%), pertencem à classe alta e média-alta (23%) e são votantes do PS.

As respostas são mais extremadas quando a pergunta incide sobre as expectativas para a situação económica do País. Há mais gente a pensar que vai piorar (47,1%) e também a acreditar em melhorias (20,7%), sendo menor a percentagem dos que pensam que tudo vai ficar na mesma, que se fica nos 26%. Os portugueses com simpatia social-democrata representam quase 60% dos que olham para o País com pessimismo, sendo que em termos etários são os do grupo entre os 35 e os 54 anos que mais duvidam de Portugal no curto prazo. Do outro lado, os optimistas são maioritariamente do PS, da classe alta, e do litoral norte. Em relação a Novembro regista-se uma subida de 0,85 pontos no índice de expectativa dos portugueses sobre o seu país. C

Ficha técnica

A sondagem foi realizada pela Markttest para o DN e a TSF com o objectivo de averiguar o sentimento dos portugueses quanto à situação económica do País. O universo é constituído por indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em Portugal continental, em lares com telefones. A amostra é constituída por 812 entrevistas: sexo masculino, 386; sexo feminino, 426; 18/34 anos, 258; 35/54 anos, 283; mais de 54 anos, 271; Grande Lisboa, 161; Grande Porto, 92; Litoral Centro, 130; Litoral Norte, 153; Interior Norte, 183; Sul, 93. O erro de amostragem deste estudo, para um intervalo de confiança de 95%, é de $\pm 3,45\%$. A selecção dos lares foi efectuada aleatoriamente, a partir da base de telefones residenciais disponíveis em Portugal continental. A selecção dos entrevistados, um em cada lar, foi efectuada através do método de quotas, tendo em consideração as seguintes variáveis: sexo, idade e região de residência. Foi utilizado um questionário estruturado contendo perguntas fechadas e abertas. A recolha da informação decorreu entre 16 e 19 de Janeiro de 2007 e foi realizada nos escritórios da Markttest, por 51 entrevistadores, a partir de 814 entrevistas telefónicas, tendo sido utilizados 9133 números de telefone.

Legenda:

Rubrica:

Temas: CONDIÇÃO SOCIOECONÓMICA

SONDAGEM

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS ECONOMIA

Edição: LISBOA

Secção: TEMA DO DIA

Página: 2

8 - DN.TEMA: Presidenciais americanas

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 12/10/2004

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:



Título: DN.TEMA: Presidenciais americanas
Notas de campanha
As sondagens descodificadas ao alcance de todos
Pós-Título:

Autor: MANUEL RICARDO FERREIRA

Texto: A Organização Gallup, uma das mais conceituadas empresas de sondagens do mundo, mantinha até agora na Internet, em www.gallup.com, um serviço pago que é religiosamente consultado pelos media, políticos e empresários americanos: por 95 dólares por ano, têm acesso às últimas sondagens, às análises de opinião e aos bancos de dados arquivados pela organização ao longo de mais de 60 anos.

Mas, desde o passado fim-de-semana, a Gallup apresenta um novo serviço, este completamente gratuito: um filme de oito minutos, em que Frank Newport, o director de sondagens da conhecida empresa, fala sobre as últimas pesquisas de opinião, o significado das modificações registadas e as tendências que prenunciam para cada candidatura. Jim Clifton, o presidente da Gallup, explica assim o que move a empresa: «A nossa missão é estarmos num lugar em que qualquer pessoa possa ir, depois de os repórteres nos terem dito o que está a acontecer, para sabermos o que as pessoas de facto pensam.»

Legenda:

Rubrica:

Temas: ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
SONDAGEM
Localidades: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: REPORTAGEM

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: DOSSIER

Página: 2

9 - BES abre linha de crédito para Angola

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 07/09/2005

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: APOIO ÀS EXPORTAÇÕES

Título: BES abre linha de crédito para Angola

Pós-Título:

Autor:

Texto: O Banco Espírito Santo (BES) disponibilizou uma linha de financiamento de 100 milhões de euros para apoiar empresas portuguesas exportadoras para Angola. O crédito "de médio/longo prazo apresenta condições preferenciais" e enquadra-se na Convenção de Cobertura de Riscos de Crédito à Exportação de bens e serviços. O BES está presente em Angola com oito agências e mais de 100 colaboradores.

Legenda:

Rubrica:



Temas: AJUDA ÀS EMPRESAS
Localidades: ANGOLA
Pessoas:
Empresas: BANCO ESPÍRITO SANTO
Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
Secção: ECONOMIA E NEGÓCIOS
Página: 25

10 - Preços baixam até 60% mas sem efeito na receita

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 09/02/2006
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: SIMPLIFICAÇÃO DE ACTOS EMPRESARIAIS

Título: Preços baixam até 60% mas sem efeito na receita

Pós-Título: Governo diz que apenas três medidas de simplificação permitem às empresas poupar 128 milhões de euros por ano. Mas ministro da Justiça garante ao DN que a reforma terá um impacte financeiro neutro para o Estado. Não só as conservatórias recuperam as autenticações dos notários como haverá novos serviços a cobrar. A certidão permanente é um deles

Autor: CARLA AGUIAR

Texto: O pacote de medidas para simplificação de actos empresariais baixará os preços entre 28% e 60%. Mas terá um efeito financeiro neutro na despesa pública, disse ao DN o ministro da Justiça, Alberto Costa. "Perde-se receita de um lado, mas ganha-se do outro."

Na apresentação em detalhe do conjunto de iniciativas, a uma audiência composta por advogados, conservadores, economistas e empresários, Alberto Costa divulgou ontem três novas medidas, além das já anunciadas: os registos online, a certidão permanente e a eliminação da competência territorial das conservatórias. No primeiro caso trata-se de permitir que as empresas façam os seus registos online, sem necessidade de deslocação física às conservatórias, através de um site gerido pelos serviços do Ministério da Justiça. Esta operacionalidade deverá estar disponível até ao final do ano.

Com a certidão permanente, que deverá estar em vigor no segundo semestre, o Governo pretende que, mediante pagamento, todas as informações relevantes de uma entidade constem de uma certidão permanentemente disponível num site, sendo que nenhuma entidade pública poderá exigir ao subscritor uma certidão em papel. Já a eliminação da competência territorial das conservatórias, prevista para o início de 2007, permitirá que uma empresa possa tratar de assuntos em qualquer uma das cerca de 307 conservatórias comerciais do País.

Paralelamente a esta simplificação, haverá um preço único nas conservatórias que inclui registos, publicações, certidões e emolumentos, numa tendência geral de redução dos preços. As autenticações de documentos e reconhecimentos presenciais de assinaturas, por exemplo, baixarão de preço entre 28% e 60%, enquanto os aumentos de capital social sofrem uma redução da ordem dos 60%. Estas são apenas algumas das razões pelas quais o secretário de Estado da Justiça, disse ao DN que "só com três medidas as empresas terão uma poupança de custos directos e indirectos de 128 milhões de euros, calculada com base em menos 815 mil actos obrigatórios e em menos 2,7 milhões de quilómetros/ano". João Tiago Silveira justifica o efeito financeiro nulo para o Estado: "ao mesmo tempo que abdicamos de actos que



não constituíam valor acrescentado, criamos outros serviços úteis que podemos cobrar, de que são exemplo a certidão permanente e a autenticação de documentos [que passa dos notários para as conservatórias]." Quanto à organização dos recursos humanos, o secretário de Estado disse ao DN que falta de pessoal não será um problema, pois "herdamos mais de 800 dos trabalhadores dos notários, que estão a dar boa resposta." "Se serão de mais, veremos. Neste momento não estou preocupado." *com IDB Empresa na hora salvou 'dossier' TAP/Varig

O caso da TAP na resolução do dossier Varig foi apontado pelo próprio presidente, Fernando Pinto, como um episódio que só teve desfecho positivo graças à existência da "empresa na hora". Fernando Pinto contou que, para se candidatar à compra da Varig, a TAP tinha de ter garantias, tendo para isso adquirido a VEM e a Varilog. Mas para formalizar aquela aquisição a TAP teve de constituir uma joint-venture em Portugal. "Por incrível que pareça, o que demorou mais tempo em todo o processo foi a viagem até à Moita, pois tudo se resolveu numa hora". E, numa semana, a TAP chegou a Nova Iorque com tudo pronto para a operação, surpreendendo o juiz americano, disse.

EXEMPLOS DE DESFORMALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

Certidão Permanente

A partir do segundo semestre deste ano, as empresas podem pagar para ter uma certidão permanente on-line, onde constarão todos os dados relevantes, para que nenhuma entidade peça certidões repetidas.

Registo 'online'

Empresas não necessitarão de deslocar-se às conservatórias para fazerem os seus registos. Deve estar operacional até final do ano.

Conservatórias

A partir de 2007, as empresas podem praticar qualquer acto em qualquer uma das conservatórias do País, independentemente da sua sede.

Escrituras facultativas Todas as escrituras notariais sobre actos da vida das empresas passarão a ser facultativas. Apenas se manterá a obrigação para transmissão de um imóvel.

Dissolução e liquidação

Há cerca de 200 mil empresas sem actividade, que nunca foram extintas porque o processo é moroso. Depois de dois anos sem depósito de contas e declaração fiscal, a cessação da actividade passará a ser automática, por via administrativa e não judicial.

Preço único

Os preços nas conservatórias passam a ser únicos, com tudo incluído: registos, publicações, certidões e emolumentos pessoais. Ficará mais fácil conhecer os preços dos actos.

Autenticação

As autenticações de documentos e os reconhecimentos presenciais

de assinaturas passam dos notários para as conservatórias do registo comercial. E os preços baixam entre 28% e 60%, segundo o Ministério da Justiça.

Informação unificada

A prestação de contas, a informação fiscal anual das empresas e as informações estatísticas que as empresas têm de prestar vão ser unificadas. O formulário será único, sem necessidade de repetições. Esta informação será prestada por via electrónica, permitindo que o Governo conheça melhor o estado da economia real. O sistema entrará em funcionamento em 2007.

Legenda: Desformalização | Alberto Costa diz que é possível fazer com que sistema da justiça, em vez de empatar, possa ajudar as empresas e a economia

Rubrica:

Temas: AJUDA ÀS EMPRESAS
SIMPLIFICAÇÃO LEGISLATIVA

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS ECONOMIA

Edição: LISBOA

Secção: POLÍTICAS E CONJUNTURA



Página: 9

11 - Aproveite o 'desespero' dos bancos por captar mais dinheiro em tempos de crise

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 28/12/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: Aproveite o 'desespero' dos bancos por captar mais dinheiro em tempos de crise

Pós-Título: Poupança. Capital garantido, depósitos com taxas altas e produtos de matérias-primas são solução

Autor: PEDRO FERREIRA ESTEVES

Texto: Os bancos estão sob intensa pressão para reforçar os seus balanços, num contexto em que o financiamento no mercado interbancário está cada vez mais difícil. A crise financeira, provocada pelo contágio dos problemas no crédito hipotecário de alto risco nos EUA (subprime), criou, assim, uma oportunidade para os clientes dos bancos: aproveitar a sua necessidade por captar a maior quantidade possível de liquidez junto dos seus clientes. O que faz com que 2008 possa ser marcado por um prolongamento da oferta de depósitos com altas taxas de remuneração.

"No próximo ano, os potenciais investidores ou aforradores podem procurar explorar o desespero dos bancos pela captação de dinheiro, com vista a reforçarem os seus balanços", explicou ao DN um responsável de um grande banco português, que pediu para não ser identificado.

A fuga que se registou, em 2007, nos fundos de investimento portugueses - que se cifrou em perto de três mil milhões de euros e que foi provocada pela crise de confiança e liquidez que assolou os mercados no final do Verão - originou um aumento da oferta de depósitos a prazo com taxas elevadas. Em alguns casos, as taxas aproximaram-se mesmo dos 10% em prazos curtos, normalmente de três ou seis meses. No próximo ano, essa oferta deverá manter-se e até alargar-se.

"Os clientes têm cada vez uma maior percepção do valor do seu dinheiro. 2007 foi, nesse aspecto, um ano de viragem. Os bancos terão de continuar a alimentar essa nova expectativa, com a oferta de depósitos de taxas altas", sublinha Diogo Cunha, do banco electrónico BIG Online.

Para além dos depósitos a prazo, existem outras alternativas para colocar as poupanças, numa altura de incertezas quanto à evolução das principais economias mundiais num cenário de forte inflação e taxas Euribor elevadas. Os produtos de capital garantido são uma opção que protege o dinheiro investido, embora com potencial perda real de valor se não conseguirem superar a factura da inflação e dos custos associados. Os fundos de matérias-primas ou com exposição aos mercados emergentes também constituem uma alternativa, tendo em conta as subidas previstas nestes mercados. As acções ainda podem oferecer retornos positivos em 2008. |- P.F.E.

Legenda:

Rubrica:

Temas: POUPANÇA

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DN BOLSA

Edição: LISBOA

Secção: DN BOLSA

Página: 5

12 - Certificados de aforro com juros acima da inflação

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 16/06/2006
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: POUPANÇA

Título: Certificados de aforro com juros acima da inflação

Pós-Título: A subida das taxas de juro na Zona Euro está a tornar mais atractivos os instrumentos de poupança mais seguros. Emitidos pelo Estado português, os certificados de aforro estão novamente com um rendimento-base superior à inflação e mantém a característica de distribuir um prémio de permanência generoso

Autor: SÉRGIO ANÍBAL

Texto: A aposta nos Certificados de Aforro, uma das opções de poupança tradicionais em Portugal, está novamente a reconquistar o poder de atracção que tinha perdido durante os últimos anos. O motivo é simples: a rentabilidade anual garantida pelos certificados de aforro voltou a estar situada acima da taxa de inflação média portuguesa, algo que já não acontecia desde o início de 2001.

De facto, se excluirmos da análise os prémios de permanência, o investidor que apostou nos certificados de aforro durante os últimos cinco anos, não conseguiu garantir, em termos reais, qualquer valorização do capital aplicado. No final de 2003, por exemplo, a taxa de juro base dos certificados de aforro situava-se nos 2%, enquanto a taxa de inflação média anual ascendia aos 3,3%. Mesmo para quem preza a segurança de um rendimento garantido, o resultado acaba por constituir uma desilusão.

Este cenário é a consequência das taxas de juro muito reduzidas registadas na Zona Euro, que retiram a este tipo de produto grande parte do seu interesse. Os aforradores portugueses reagiram de forma lógica a esta realidade, tendo-se verificado um abrandamento muito acentuado do ritmo de crescimento das poupanças realizadas, tanto nos certificados de aforro, como noutros produtos de lógica semelhante desenvolvidos pelo sector privado ou nos depósitos a prazo.

Agora, as coisas estão a mudar. O Banco Central Europeu começou no passado mês de Dezembro a tornar mais restritiva a sua política monetária. Desde aí, a principal taxa de juro de referência já subiu 0,75 pontos percentuais, situando-se em 2,75%. Até ao final do ano, a generalidade dos analistas espera que o BCE mantenha este movimento e coloque as taxas nos 3,25%, ou mesmo acima.

Acompanhando este ritmo, a taxa de juro base dos Certificados de Aforro tem vindo a subir, situando-se este mês nos 2,76%. A inflação média em Portugal ficou em 2,5% durante o mês de Maio.

Fidelidade bem remunerada

Mas o factor que sempre fez dos certificados de aforro um instrumento de poupança atraente é a forma como é premiada a permanência do investimento. Nos certificados de série B - aqueles que actualmente podem ser subscritos - o prémio de permanência é, a partir do segundo trimestre de subscrição, de 0,25% do capital investido. A partir desse momento, por cada semestre que passa, mais 0,25% são acrescentados ao prémio, até que se atinja um valor máximo de 2%. Esta regra começou a ser aplicada ainda antes de Portugal aderir ao euro, numa altura em que as taxas de juro (e de inflação) eram bastante mais elevadas. Agora, com as taxas mais baixas, o prémio de permanência constitui um acréscimo significativo em termos relativos ao rendimento do aforrador. A alteração desta regras generosas, já foi, no passado, ponderado pelo Estado, mas por enquanto mantém-se inalterada. C

CARACTERÍSTICAS

Juros

Indexados às taxas de mercado e capitalizados trimestralmente.

Prémio

Mais 0,25% no segundo trimestre, aumentando a esse ritmo em cada semestre até aos 2%

Resgate

A partir da primeira capitalização de juros.

IRS

Retenção de 20% do montante dos juros vencidos.



Limite

Valor máximo de 249 399 ? por titular.

Legenda:

Rubrica:

Temas: POUPANÇA

CERTIFICADO DE AFORRO

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS ECONOMIA

Edição: LISBOA

Secção: DINHEIRO

Página: 9

13 - Bolsa de Lisboa já desvalorizou 43 mil milhões desde Outubro

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 24/03/2008

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Pausa. Os quatro dias nas bolsas europeias para celebrar a Páscoa chegaram em boa altura. A agressiva intervenção da Reserva Federal norte-americana deu alguma confiança aos investidores, mas as dúvidas mantêm-se: será que as bolsas já bateram no fundo? E qual será a factura nas economias?

Título: Bolsa de Lisboa já desvalorizou 43 mil milhões desde Outubro

Pós-Título: Crise custou 1,5 biliões de euros aos mercados

Autor: PEDRO FERREIRA ESTEVES

Texto: A última sessão de bolsa, sexta-feira, deu alguma esperança aos investidores: os mercados norte-americanos subiram 2,5% e, mais importante, o preço das matérias-primas sofreu a maior queda em 50 anos. Um sinal de que pode estar perto do fim a crise financeira que já fez desaparecer 2,4 biliões de dólares (1,5 biliões de euros) das bolsas mundiais desde Outubro. A Bolsa de Lisboa perdeu, nesse período, 43 mil milhões de euros, um quarto da riqueza criada por ano em Portugal.

O problema é que continua a não haver certezas. A Reserva Federal norte-americana (Fed) - e outros bancos centrais - esforçaram-se para ajudar a pagar a factura que os bancos tiveram de suportar pela sua exposição ao crédito hipotecário de alto risco nos EUA (subprime) nos últimos meses (ver texto na página ao lado). Mas ninguém garante que seja suficiente para convencer os bancos a voltarem a emprestar dinheiro entre si. E também ninguém sabe muito bem que preço é que esta crise terá nas economias desenvolvidas.

Bateu-se no fundo?

A última semana foi rica em desenvolvimentos. Surgiram novas vítimas da crise do subprime (o Bear Sterns foi comprado pelo JP Morgan a preços de saldo e com ajuda do dinheiro da Fed). O petróleo, os metais e os bens agrícolas voltaram a atingir máximos, com os investidores a procurarem refúgio num contexto de dólar muito fraco e bolsas em forte queda. O banco central dos EUA, presidido por Ben Bernanke, voltou a descer os juros, fixando-os nos 2,25%. E injectou de novo liquidez no mercado, para que os bancos pudessem trocar os activos sem valor (associados ao subprime) por liquidez fresca que lhes permita manterem-se em actividade. As intervenções da Fed já totalizam perto dos 400 mil milhões de dólares (260 mil milhões de euros).



O risco da acção tão agressiva da Fed é que as taxas de juro baixem mais do que deviam, perante os sinais de uma inflação crescente, devido aos preços recorde das matérias-primas. O que a comprovar-se, conduziria a maior economia mundial a uma recessão grave (se os preços altos fossem alimentados pelo consumo facilitado, as consequências seriam incomportáveis para a economia).

Mas, depois dos recordes, o índice que reúne 19 matérias-primas desceu 8,3%, a maior correcção desde 1956. A percepção de que a acção da Fed ajudou a travar a crise financeira levou os investidores a regressarem às acções e a recomprarem dólares, perante o baixo preço de ambos. "Bernanke resolveu a 'bolha' das matérias-primas. As bolsas parecem estar melhor e Bernanke melhorou a sua imagem", explicou um analista norte-americano, citado pela Bloomberg.

Na Europa a situação é diferente. Não só a factura do subprime é menor, como a economia está mais sólida. Daí, as injeções do Banco Central Europeu terem sido menores. E as taxas de juro continuam inalteradas nos 4%, porque a inflação está mais alta.

Têm a palavra os bancos

Mas para os analistas, a Fed fez apenas a sua parte. Não resolveu o problema. Para que os investidores possam regressar às compras - numa altura em que todos reconhecem que há boas oportunidades nas bolsas, já que as acções estão bem abaixo do valor das respectivas empresas -, é preciso que o sistema financeiro normalize.

Os bancos não têm posto o dinheiro dos bancos centrais a circular. Continua parado, com os seus responsáveis receosos de que outro colapso no sector - como o Bear Sterns ou o Northern Rock - evapore mais dinheiro do sistema, e seja necessário usar a liquidez disponível para tapar outro buraco. Quando os primeiros bancos começarem a circular essa liquidez, talvez a crise financeira possa começar a ser ultrapassada.

Mas, depois virá a segunda parte da crise: a factura económica. Nos últimos meses, as empresas de outros sectores estiveram paradas, a perder valor em bolsa e sem poderem recorrer ao crédito para investir. O ciclo de abrandamento económico até já se tinha iniciado, antes do subprime. A dúvida é se a estagnação económica actual não conduzirá a uma abrandamento mais vincado do previsto. Uma dúvida, para já, sem resposta. |

Legenda: Bolsas mundiais estão a perder mais de 20% desde o início do ano

Rubrica:

Temas: RECESSÃO ECONOMICA

CRÉDITO DE ALTO RISCO

BOLSA DE VALORES

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações: CRONOLOGIA DO MÊS

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: ACTUAL 3

Página: 1

14 - Plano contra crise junta 80 fábricas

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 17/01/2009

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: DIFICULDADES NO SECTOR AUTOMÓVEL

Título: Plano contra crise junta 80 fábricas

Pós-Título: Faurécia, fornecedor da Autoeuropa, pode dispensar mais de 250 trabalhadores devido à quebra de vendas

Autor: JOÃO PAULO MADEIRA
CÉLIA MARQUES AZEVEDO

Texto: Empresas com paragens poderão dar formação a trabalhadores e Estado contribui para salários
A primeira apresentação do plano anticrise às empresas do sector automóvel reuniu 80 fábricas na iminência de dispensar trabalhadores. A Faurécia, o principal fornecedor da Autoeuropa, pode vir a prescindir de mais de 250.

O plano de apoio ao sector automóvel prevê que as empresas possam, durante paragens de produção, colocar trabalhadores em formação, cabendo ao Estado assegurar 80% dos vencimentos. A medida será aberta às empresas na próxima semana mas, até lá, estão a decorrer sessões de esclarecimento do programa.

Ontem, a Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel (AFIA), em conjunto com o Ministério do Trabalho e com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, organizou o primeiro encontro. Foi dirigido sobretudo às fábricas de componentes do Norte, tendo decorrido nas instalações do Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel, na Maia. A próxima reunião ocorre terça-feira mas já será da responsabilidade da Associação Automóvel de Portugal (ACAP).

De acordo com o presidente da AFIA, Pedro Valente de Almeida, estiveram presentes na sessão de ontem cerca de 80 fábricas do sector automóvel (mais do que as associadas da AFIA), cuja redução de encomendas deverá forçar a dispensa de trabalhadores. "As empresas vão agora avaliar se é mais vantajoso usar a figura do lay-off normal [suspensão temporária da actividade] ou o novo programa de qualificação profissional", disse, ao JN.

Na reunião estiveram quer unidades de menor dimensão quer grandes grupos fabris como a Renault de Cacia, a Simoldes e a Faurécia. No último caso, que fabrica assentos e outros componentes para interiores, a dispensa de trabalhadores é praticamente certa. O coordenador da Comissão de Trabalhadores da Faurécia, Daniel Bernardino, avançou, ao JN, que o grupo enfrenta uma quebra de vendas de 25%. "Estamos em negociações com a administração e a ser pressionados para reduzir postos de trabalho", confessou.

A multinacional tem fábricas em Bragança, Nelas, São João da Madeira, além da unidade no Parque Industrial de Palmela. Além da Autoeuropa, tem como clientes a Seat e a PSA em Espanha, bem como a Peugeot-Citroën de Mangualde. No total, são 3500 trabalhadores em Portugal. "Se a administração avançar para despedimentos, serão com certeza mais do que os 254 trabalhadores que a Autoeuropa vai dispensar", admite.

Reunião em Bruxelas

Numa reunião informal, em Bruxelas, convocada pelo comissário europeu da indústria, os ministros da economia da União Europeia defenderam que é necessário prestar apoio público "coordenado e eficiente" ao sector automóvel europeu. Sobre o plano colectivo, o Banco Europeu de Investimento vai prestar apoio financeiro aos fabricantes de automóveis com dificuldades em obter empréstimos. Por causa da crise financeira, as vendas de automóveis deverão cair entre "10 a 20%".

O comissário Gunter Verheugen alertou que qualquer ajuda prestada ao sector não poderá passar pelos subsídios à produção já que "introduzem distorções".

Correspondente em Bruxelas

Legenda: Trabalhadores contratados a prazo e temporários serão dispensados na fábrica de automóveis, em Mangualde há 46 anos, juntando-se assim aos 80 efectivos que já rescindiram

Rubrica:

Temas: INDÚSTRIA AUTOMÓVEL
RECESSÃO ECONOMICA

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS



Edição: PORTO
Secção: PRIMEIRO PLANO
ECONOMIA E TRABALHO
Página: 2

15 - Gigante do retalho despede mil

Proprietário: JN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 07/01/2009
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: REINO UNIDO
Título: Gigante do retalho despede mil
Pós-Título:

Autor:

Texto: O grupo de distribuição britânico Marks and Spencer vai suprimir mil postos de trabalho, revelou ontem o "The Times". Tal medida vai agravar a situação do comércio de retalho britânico, perante a crise económica mundial, atendendo a que o grupo em causa é visto como uma espécie de barómetro da confiança dos consumidores britânicos.

Os consumidores britânicos saíram à rua por ocasião dos tradicionais saldos pós-natalícios, que apresentaram esta época reduções significativas, mas os analistas preveniram que isso não chegará para colmatar as perdas registadas devido à crise.

O grupo Marks and Spencer anunciou no início de Novembro que o seu benefício líquido caiu 43% durante o primeiro semestre de 2008, devido à quebra das vendas, e o "The Times" sublinha que as vendas de Natal caíram consideravelmente em relação aos valores registados em 2007.

Legenda:
Rubrica:

Temas: RECESSÃO ECONOMICA
DESPEDIMENTO
Localidades: INGLATERRA
Pessoas:
Empresas:
Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS
Edição: PORTO
Secção: PRIMEIRO PLANO
ECONOMIA E TRABALHO
Página: 4

16 - Ministra garante contratação directa já no próximo ano lectivo

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 20/07/2006
Fonte:



Dossier: EXAMES NACIONAIS

Antetítulo:

Título: Ministra garante contratação directa já no próximo ano lectivo

Pós-Título:

Autor: DAVID MANDIM

ÂNGELA MARQUES

Texto: Numa altura em que a ministra da Educação está sob o fogo cerrado da oposição, dos sindicatos e dos encarregados de educação - por causa das falhas nos exames do secundário -, a divergência com as Finanças sobre o diploma de contratação de professores pelas escolas caiu como uma bomba. E obrigou os diversos governantes a um corrúpio de declarações e explicações ao longo de todo o dia de ontem. Teixeira dos Santos (Finanças) e Lurdes Rodrigues e Valter Lemos (ministra e secretário de Estado da Educação), esforçaram-se para esbater a polémica, garantindo que a rejeição do decreto-lei se reduz a uma mera questão legal e que no início do próximo ano lectivo a contratação de professores pelas escolas vai mesmo avançar.

No Parlamento, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afirmou que a proposta da Educação se encontra ainda "em aberto". À entrada para uma reunião com a bancada do PS, Teixeira dos Santos afirmou que o novo regime de contratação de professores "está ainda a ser discutido" e considerou tratar-se de "uma questão em aberto".

Terça-feira, as Finanças já tinham considerado que a forma legal escolhida pela Ministério da Educação para possibilitar às escolas a contratação directa de professores "não era a mais correcta", parecer que levou nesse mesmo dia à retirada daquele projecto de decreto-lei. Segundo o Ministério das Finanças, a proposta interfere com a lei de contrato individual de trabalho da administração pública, pelo que não pode assumir apenas a forma de decreto-lei, mas sim de lei.

À TSF, ontem, o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, reduziu o problema a uma questão técnica, considerando natural o facto de haver alguns problemas de compatibilização entre o actual projecto de contratação de professores e a legislação da função pública. "A contratação de professores em regime de substituição faz-se com prazos muito curtos ou então sem prazos definidos, o que não é habitual em relação ao que está definido no Regime Geral de Contratação de Trabalhadores da administração pública", explicou. "A partir de 1 de Janeiro do próximo ano, a contratação de professores deixa de ser feita através do Regime Geral que tem sido aplicado até agora, exigindo que o processo passe a ser feito directamente pelas escolas", acrescentou o secretário de Estado da Educação à TSF.

Já a ministra da Educação (que à noite voltaria a falar, à SIC) falou no Porto. Para dizer que se trata de "uma situação normal": "Estes diplomas necessitam sempre de acertos sectoriais e é isso que estamos a fazer. Faz parte da negociação deste tipo de documentos." "O novo decreto vai ser possível para este ano lectivo. Estamos muito a tempo de o fazer. Não há qualquer problema. Ainda não foi a Conselho de Ministros." * Com Lusa

Protesto frente ao ME

SPGL "A última ceia dos contratados" é a designação escolhida pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) para a acção de protesto que hoje leva a cabo frente ao Ministério da Educação, às 19 horas. O SPGL considera que a contratação deve ser integrada no processo negocial que se está a iniciar para efeitos da revisão do Estatuto da Carreira Docente.

FENPROFMário Nogueira, da Federação Nacional dos Professores, entende que a rejeição do diploma pelas Finanças significa que o Ministério da Educação apresentou "aos sindicatos um projecto de decreto-lei que o próprio Governo veio a considerar ilegal". Mais: o sindicalista considera que o documento "contém aspectos que colidem com disposições do Código do Trabalho."

FNE João Dias da Silva, secretário-geral da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), afirmou que o diploma foi retirado porque se considerou que "não estava em condições de ser discutido".

Legenda: Diploma | O decreto-lei do Governo pretende que as escolas possam contratar os professores

Rubrica: Tema

Temas: PROFESSOR

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

CONTRATO DE TRABALHO

SINDICATO DE FUNCIONARIOS PUBLICOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Localidades:



Pessoas: MARIA DE LURDES RODRIGUES

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: TEMA

Página: 3

17 - Vínculo Contrato híbrido para actuais funcionários

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 07/03/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: Vínculo Contrato híbrido para actuais funcionários

Pós-Título:

Autor: MANUEL ESTEVES

Texto: Está desvendado o mistério quanto ao futuro contratual dos actuais funcionários públicos. O Governo vai mesmo alterar o contrato destes trabalhadores. Mas nem vai alterar muito, nem em todo o universo.

O ministro anunciou ontem que os actuais funcionários que trabalhem nas áreas de soberania nacional - defesa, representação externa, administração directa da justiça, informações de segurança, investigação criminal, segurança pública e inspecções - manterão o actual vínculo vitalício. Porém, todos os outros (por exemplo, professores ou médicos) passam a estar sujeitos a um contrato híbrido. Mantêm as características do regime de nomeação definitiva "em matéria de cessação da vinculação, de mobilidade especial e de protecção social, passando a ser abrangidos pelo regime do contrato de trabalho da administração pública (CTAP) - contrato individual adaptado à AP - nas restantes matérias. Quanto aos funcionários que já estão actualmente no regime do contrato individual de trabalho (CIT), que se rege pelo código de trabalho, passa a aplicar-se o CTAP, que preverá algumas obrigações adicionais face às que estão sujeitos os trabalhadores do sector privado.

Actualmente, oito em cada dez funcionários públicos inserem-se no regime de nomeação definitiva. Os restantes são contratados ou avençados.

Legenda:

Rubrica:

Temas: CONTRATO DE TRABALHO

FUNÇÃO PÚBLICA

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS ECONOMIA

Edição: LISBOA



Secção: POLÍTICAS E CONJUNTURA
Página: 5

18 - Artistas lançam petição para obter direitos laborais

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 28/11/2006
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: ESTATUTO PROFISSIONAL
Título: Artistas lançam petição para obter direitos laborais
Pós-Título:

Autor: MARIANA CARVALHO

Texto: Sob o lema "unidos por direitos laborais", diversos profissionais do espectáculo e audiovisual lançaram ontem uma petição que visa recolher 4000 assinaturas e colocar as reivindicações laborais dos artistas na agenda política. A sessão teve lugar no Teatro da Comuna, Lisboa, onde estiveram presentes, em peso, artistas das mais variadas áreas.

A petição, que será apresentada em Fevereiro na Assembleia da República, reivindica a "criação de uma lei e de um regime específico", reconhecendo a "intermitência como característica principal do sector". O documento reclama, ainda, a constituição de "um modelo de contrato de trabalho que garanta direitos laborais" explicou Cláudia Andrade, do Movimento dos Intermitentes do Espectáculo e Audiovisual.

Para os artistas, a sua actual situação laboral [são trabalhadores independentes e passam recibos verdes] "não corresponde à realidade", uma vez que "existe uma subordinação a uma entidade patronal", que Cláudia Andrade considera injusta. Injusta porque "desresponsabiliza as entidades empregadoras das suas obrigações", "força os artistas a pagar à Segurança Social contribuições mensais, mesmo em meses em que não auferem qualquer rendimento", e porque "esses pagamentos nem sequer garantem o acesso a direitos mínimos, como subsídio de doença e desemprego", considerou a responsável.

O PCP foi o primeiro partido a avançar com um projecto de lei a ser discutido em plenário. Segundo António Feio, da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura do PCP, a questão nuclear é a "substituição dos falsos recibos verdes por contratos de trabalho", pois os artistas "inserir-se num processo produtivo e têm entidade patronal".

Também o Bloco de Esquerda está a trabalhar num projecto de lei referente ao estatuto do artista, que será lançado "brevemente", adiantou ao DN a deputada Cecília Osório. As principais questões são o "acesso à Segurança Social e subsídios", a "protecção na doença, maternidade, morte e velhice" e a "normalização dos contratos de trabalho", resumiu a responsável.

Legenda:

Rubrica:

Temas: CONTRATO DE TRABALHO

ARTES

Localidades: LISBOA

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: ARTES

Página: 30



19 - O que diz o Código do Trabalho sobre contratação a termo

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 14/04/2008
Fonte:
Dossier:

Antetítulo:
Título: O que diz o Código do Trabalho sobre contratação a termo
Pós-Título:

Autor:

Texto: O artigo 129.º do Código do Trabalho determina, no seu n.º 1, que "o contrato a termo só pode ser celebrado para a satisfação de necessidades temporárias da empresa e pelo período estritamente necessário à satisfação dessas necessidades". O artigo seguinte clarifica que cabe à entidade patronal "a prova dos factos que justificam a celebração" desse contrato.

A lei vai mais longe e explica o que entende ser necessidades temporárias de uma empresa ao fixar os limites à duração deste tipo de contrato: não pode "exceder três anos, incluindo renovações, nem ser renovado mais de duas vezes". Porém, a legislação laboral dá ainda a possibilidade ao empregador de, no final dos três anos ou esgotadas as duas renovações permitidas, de retomar o contrato "desde que a respectiva duração não seja inferior a um nem superior a três anos". Ou seja, no limite, um trabalhador pode ficar a prazo durante seis anos.

O Código do Trabalho esti pula ainda mecanismos que visam facilitar a passagem do trabalhador aos quadros da empresa. Assim, "até 30 dias após a cessação do contrato, o trabalhador tem, em igualdade de condições, preferência na celebração de contrato sem termo, sempre que o empregador proceda a recrutamento externo para o exercício de funções idênticas àquelas para que foi contratado", refere o n.º 1 do artigo 135.º. - M.E.

Legenda:
Rubrica:

Temas: CONTRATO DE TRABALHO

Localidades:
Pessoas:
Empresas:
Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
PORTO
Secção: ECONOMIA
Página: 35

20 - Administração do BCP com salário de director-geral

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 19/02/2008
Fonte:



Dossier:

Antetítulo: Remunerações no BCP. A nova administração do maior banco privado português, liderada por Santos Ferreira, decidiu esperar pela definição da futura política de remunerações da instituição e optou por reduzir o seu vencimento mensal. Berardo diz tratar-se de uma medida coerente

Título: Administração do BCP com salário de director-geral

Pós-Título: Gestão espera por nova política de remunerações

Autor: PAULA CORDEIRO

Texto: A nova administração do Banco Comercial Português (BCP) está a ser remunerada com vencimentos equiparados ao cargo de director-geral do banco, até ser indicado o novo conselho de remunerações e previdência.

O conselho de administração do BCP, liderado por Carlos Santos Ferreira, decidiu abdicar dos valores de vencimentos fixos pagos aos anteriores administradores, até que a nova política de remunerações dos órgãos sociais do banco seja definida, apurou o DN. Esta só ocorrerá após a eleição de um novo conselho de remunerações e previdência, prevista para a próxima assembleia geral ordinária do BCP, que deverá decorrer em Março.

Esta atitude, assumida pela nova administração, foi confirmada ao DN por Joe Berardo. "Julgo ser uma posição coerente por parte da equipa liderada por Santos Ferreira", referiu o accionista. "Não se pode criticar determinada prática e depois eleger uma administração que continua a segui-la", acrescentou.

Recorde-se que Berardo foi dos accionistas do BCP que mais se bateu pela alteração da política de remunerações do banco, tendo chegado a solicitar a divulgação pública dos vencimentos dos diversos administradores em, particular, de Jardim Gonçalves, pretensões sempre rejeitadas.

O DN contactou o BCP, sobre os vencimentos auferidos pelos actuais administradores, mas o banco não faz qualquer comentário.

Os vencimentos auferidos pelos diversos administradores do BCP ao longo dos anos tem sido um dos assuntos mais polémicos em torno da instituição.

Ao longo dos anos, o banco divulga apenas as remunerações fixas e variáveis totais do conselho de administração. De acordo com os últimos dados disponíveis, relativos a 2006, o conselho de administração executivo do BCP auferiu, como remunerações fixas, um total de 5,4 milhões de euros, enquanto a remuneração variável total dos nove administradores ascendeu a 21,4 milhões de euros.

De referir que a anterior administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD), presidida precisamente por Carlos Santos Ferreira, ganhou em 2006, uma remuneração total fixa de 2,2 milhões de euros, menos de metade da parte fixa do BCP. Segundo algumas fontes contactadas pelo DN, os 349,1 mil euros auferidos por Santos Ferreira, enquanto presidente da Caixa em 2006, são inferiores ao vencimento anual de um director-geral do BCP.

Os valores auferidos por cada membro do conselho de administração do BCP não são conhecidos, sabendo-se apenas que o conselho de remunerações e previdência fixa o vencimento do presidente, variando a dos vice-presidentes entre 85 e 60% do vencimento do presidente, enquanto os vogais auferem entre 40 e 60% da remuneração do presidente.

No que respeita à remuneração anual variável, esta pode chegar até 350% da remuneração anual fixa. Os administradores do BCP recebem ainda uma remuneração plurianual variável, até 250% da fixa. No seu cômputo total, a parte variável dos vencimentos dos administradores não pode exceder 10% dos lucros do exercício.]

5,4 milhões de euros

foi a remuneração fixa total auferida pela administração do BCP em 2006

2,2 milhões de euros

foi quanto receberam os administradores da CGD em 2006, de remuneração fixa

Legenda: Santos Ferreira espera pela eleição do novo conselho de remunerações

Rubrica:

Temas: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALÁRIO

Localidades:

Pessoas:

Empresas: BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Instituições:

Tipo de Notícia:



Observações: cronologia do mês
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
PORTO
Secção: ECONOMIA
Página: 1

21 - Governo paga 80% dos salários aos trabalhadores têxteis

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 25/03/2009
Fonte:
Dossier:

Antetítulo:

Título: GOVERNO PAGA 80% DOS SALÁRIOS AOS TRABALHADORES TÊXTEIS

Pós-Título: Incentivos. A fileira têxtil, vestuário e calçado pediu e o Estado acedeu. O pacote de ajudas para combater a crise está orçado em 850 milhões de euros e consta de 23 medidas distribuídas por quatro eixos de acção: financiamento, promoção das exportações, ajustamento ao perfil industrial e estímulo ao emprego. O tão reclamado regime de 'lay-off' foi estendido ao sector

Autor: MARIA JOÃO ESPADINHA

Texto: O Governo vai pagar 80% do salário dos trabalhadores dos sectores têxtil, vestuário e calçado, quando as empresas tiverem a sua produção parada, à semelhança do que já acontece no ramo automóvel, garantiu ao DN fonte oficial do Ministério da Economia. Esta medida faz parte do plano de apoio ao desenvolvimento das Indústrias da Moda (PADIM), protocolo que foi ontem assinado com as associações do sector, orçado em mais de 850 milhões de euros, e que vai garantir, em 60%, a cobertura dos seguros de crédito das empresas exportadoras.

Os trabalhadores que forem abrangidos por este apoio, tal como acontece no sector automóvel, vão ter de frequentar programas de formação. Este plano "permite às empresas que têm grandes variações na sua procura externa colocarem os trabalhadores durante o período em que não é necessário o seu contributo, a fazer formação", afirmou ontem Manuel Pinho, ministro da Economia, à margem da conferência de apresentação do plano. Outra das medidas previstas ao nível do emprego é o apoio à contratação de jovens, com dois mil euros, e a criação de 12 mil estágios profissionais. As empresas que contratarem trabalhadores com mais de 45 anos serão também beneficiadas, com o mesmo valor de apoio e ainda uma redução em 50% da contribuição para a segurança social na contratação, isto para as pessoas com mais de 55 anos.

Seguros de crédito

Uma das principais linhas deste plano, já anunciada mas que agora entra na prática, é a garantia que o Governo vai cobrir 60% do seguro de crédito das empresas exportadoras que ficaram sem essa cobertura, sendo os restantes 40% assegurados pelas empresas. As empresas do sector continuam a alertar para este problema, que pode afectar as exportações nacionais.

"Neste momento, os seguros de crédito são o tema mais premente. A nova linha começou agora a funcionar, mas o problema pode voltar. O Governo tem que reforçar o plafond, sob pena de vir a limitar fortemente a actividade das empresas", afirma João Costa, presidente da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP). Segundo o responsável, os mil milhões de euros desta medida são insuficientes, pois só "o têxtil e o calçado exportam mais de cinco mil milhões de euros". De acordo com João Costa, existem cerca de cinco a seis mil empresas exportadoras com seguro de crédito, tendo sido afectadas cerca de 30%.

Entre as 23 medidas deste plano, as companhias destes sectores vão ainda ter acesso a um fundo de fusões e aquisições, estimado em 30 milhões de euros, ao reforço da promoção externa e imagem, orçado em 20 milhões de euros. e a fundos de capital de risco estimado em 20 milhões de euros.



O acesso ao crédito bancário fica assegurado, através da PME Investe III, linha que tem um plafond específico de 180 milhões de euros. As empresas do têxtil, vestuário e calçado vão ter direito ainda a alguns benefícios, como a aceleração do reembolso do IVA, a flexibilização dos sistemas de incentivos do QREN ou a aceleração do pagamento de incentivos. C

Legenda: Manuel Pinho apresentou o plano anticrise ontem, no Porto

Rubrica:

Temas: INDÚSTRIA TÊXTIL

SALÁRIO

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: ACTUAL 1

PAÍS

Página: 2

22 - Trabalhar seis dias por semana a mil euros por mês

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 22/04/2006

Fonte:

Dossier: 'MORANGOS COM AÇÚCAR'

Antetítulo:

Título: Trabalhar seis dias por semana a mil euros por mês

Pós-Título: As novas vedetas da ficção nacional "andam de rastos", diz quem com elas trabalha. A popularidade dos 'Morangos com Açúcar' exige que o ritmo de gravações seja violento. Os jovens actores, cuja participação na novela é muitas vezes a primeira experiência em televisão, assinam de cruz os contratos que lhes apresentam. A culpa é da vontade de ser alguém

Autor: ÂNGELA MARQUES

Texto: É a rasgar. Seis dias por semana, de manhã à noite, sem intervalos, eles têm de estar perfeitos no ecrã. As jovens estrelas dos Morangos com Açúcar andam estoiradas, de gravação em gravação, a promover uma ideia de liberdade e energia que perderam quando assinaram de cruz o primeiro contrato como actores. Em dias, estão a dar milhões à casa. No fim do mês, recebem mil euros de ordenado.

Quem está dentro da máquina tem reservas quanto a identificar-se - por não se querer comprometer -, mas não tem dúvidas: "A série vive da rotatividade, as personagens têm uma vida muito limitada e os jovens actores são peças da indústria." Por isso, "vivem no estúdio, deixam de ter vida, andam de rastos". E porque, muitas vezes, se consideram mal pagos, "vão dar autógrafos para as discotecas, onde ganham melhor do que na novela" (ver texto em baixo).

A morte de Francisco Adam, o Dino na série em exibição, resultou de um acidente de viação ainda por explicar, no regresso de uma dessas sessões. Ninguém sabe se foi o cansaço que traiu o actor, mas sabe-se que a sua presença no ClubinCampo, perto de Alcochete, só fez sentido para centenas de pessoas porque o jovem representava uma personagem central da série. E porque o fenómeno desta novela vive dos autógrafos e da relação histórica dos espectadores com tudo o que tenha a marca "MCA".

Não se pode discutir cláusulas

À cabeça dos produtos vendáveis estão jovens aspirantes a actores que trocam os direitos de imagem pelo direito de serem alguém na representação. A maioria até vem de agências de modelos que têm departamentos de actores. Segundo fonte ligada a esta área, "quando são actores já com alguns anos disto, é uma coisa, mas quando são os mais novos que estão a fazer uma novela pela primeira vez, não se pode discutir cláusulas de contratos, assina-se de cruz".

Ordenados a rondar os mil euros são o habitual para quem representa pela primeira vez, garantiram fontes ligadas à série contactadas pelo DN. Os cachets sobem quando os actores conseguem manter-se na história, "criando um boneco de que o público gosta". Mas também é certo que, se o actor não corresponder ao esperado em entrevistas e acções de promoção da marca, a sua personagem desaparece da série.

Quem trabalha de perto com o elenco assegura, no entanto, que "a maior parte dos miúdos já tem noção de que isto é efémero". Alguns dirão mesmo "que não sabem se farão alguma coisa a seguir e que querem voltar a estudar". É que estudar é quase impossível quando se é um dos "morangos". Há quem consiga, mas a maioria não resiste ao cansaço das filmagens. "Seja nos MCA ou em qualquer outra produção de ficção, o ritmo televisivo é sempre muito violento".

Fora do estúdio, muitas destas jovens vedetas "querem aproveitar tudo o que a fama lhes proporciona". Com 20 anos, "têm energia para dar autógrafos três noites seguidas". E como "se divertem nas filmagens e nas discotecas e nos centros comerciais a dar autógrafos aos fãs", vivem "a mil à hora". De repente são reconhecidos em todo o lado, sistematicamente confundidos com as personagens que interpretam e obrigados a reestruturar o seu dia-a-dia. Ídolos nacionais, ganham o seu primeiro ordenado, de cerca de mil euros.

Quem recusaria?

Contactado pelo DN, o porta-voz da TVI, António Monteiro Coelho, afirmou desconhecer quais os valores de remuneração dos actores da série Morangos com Açúcar. Mas disse suspeitar que "são estabelecidos em função do trabalho do actor e das horas que trabalha". De resto, afirma, "há um grupo de actores com mais experiência, onde se enquadram a Paula Neves ou a Ana Zanatti, que não são pagos da mesma forma que os mais novos". O DN tentou contactar ainda a produtora responsável pela série, a NBP, mas, até à hora de fecho desta edição, não obteve qualquer resposta.

Os castings extraordinariamente concorridos são, para António Monteiro Coelho, a prova de que "esta é uma série de referência e que todos consideram um prémio, uma benesse, serem escolhidos para fazer parte do elenco". Para além disso, diz, "a novela funciona como uma escola, e, depois dela, estes jovens podem passar a um outro patamar". Nesse patamar, podem discutir cachets. E mais: "Muitos eram modelos e continuam a ser, o que faz com que sejam remunerados pelas agências."

Quando o trabalho como modelo atrapalha a série, porque o actor falta às gravações, chega atrasado ou não sabe as suas falas, a TVI pode intervir, avisando: "Andas estafado, falhas as cenas. Ou isto muda de figura ou a personagem tem de acabar."

Mas "há um cuidado muito grande para que se respeite os interesses dos actores, até porque alguns estão a estudar", diz o porta-voz da estação. No entanto, reconhece, "às vezes não é possível adiar gravações". António Monteiro Coelho sabe que "muitos querem aproveitar todos os minutos de fama". E confessa: "Tomara à TVI que às vezes tivessem uma vida mais regrada."

Contactado pelo DN, o produtor dos Morangos com Açúcar, Alexandre Hachmeister, afirmou que desconhece "a dimensão da vida dos actores fora do estúdio". E diz que "se trabalham muitas horas ou não é relativo" - fonte ligada ao agenciamento de actores afirmou ao DN que "não são respeitados os tempos de descanso, só a equipa técnica pára".

Mais de cem actores passaram já pela novela. Nem todos vingaram, mas "há bastantes a fazer outras coisas e alguns passaram directamente para a novela do horário nobre". Segundo a mesma fonte, "também nenhum jovem vai ao engano, são avisados de que a vida deles vai ser só aquilo durante um ano". Porque é que aceitam? "Sede de fama. Muita."

Fama ao que obrigas

Ao fim de alguns episódios, um actor que entre nos Morangos com Açúcar deixa de poder andar de transportes públicos. Uma vez reconhecido, não conseguiria terminar a viagem. É por isso que a maioria se vê obrigada a comprar um carro ou a andar de táxi. Não fica barato, mas é a única forma de conseguirem deslocar-se individualmente. Quando estão em trabalho, a produtora NBP garante-lhes o transporte para o estúdio. No contrato está bem explícito: é preciso chegar a horas.

Legenda:

Rubrica: Tema

Temas: PROGRAMA AUDIOVISUAL
PROFISSAO ARTISTICA



TRABALHO
SALÁRIO
Localidades:
Pessoas:
Empresas: TVI
Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
PORTO
Secção: TEMA
Página: 2

23 - A crise do quórum

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 21/04/2006
Fonte:
Dossier:

Antetítulo:
Título: A crise do quórum
Pós-Título:

Autor: PEDRO LOMBA

Texto: Em 1926, nos últimos dias da I República, o presidente do Câmara dos Deputados chamou os deputados para dar início à reunião do dia e, ao aperceber-se de que não havia quórum na sala, encerrou com tristeza a sessão. Tal era o desprestígio do Parlamento que os deputados já nem se dignavam comparecer ao trabalho. Não valia a pena. A República acabou assim: com balbúrdia nas ruas e sem quórum no Parlamento. Dias depois deu-se o 28 de Maio, o regime acabou e o resto da história é conhecido.

Na semana passada também não houve quórum no plenário da Assembleia da República por causa dos feriados da Páscoa. Isto podia ser um sinal de que a revolução estaria a caminho. Mas não. Os dias seguintes apenas trouxeram um pequeno escândalo e aquilo que pensamos da nossa instituição parlamentar veio ao de cima. Protestos, vergonha, acusações à preguiça. Alguns faltosos bem tentaram justificar as suas ausências. Um número apreciável de deputados alegou que estava em trabalho político, embora não tivesse explicado que trabalho foi esse. Não interessa se mentiram. A exceção do trabalho político como um dos motivos de justificação de faltas, prevista no Estatuto dos Deputados, é o típico caso de uma exceção que se converteu em regra. E um bom pretexto para a mentira.

Eu não gostaria, por princípio, de moralizar em excesso. Mas, num país que vê historicamente o Parlamento com desconfiança, a forma como os deputados exercem os seus mandatos, a noção que eles próprios fazem dos cargos que desempenham, são decisivas para o Parlamento cumprir satisfatoriamente as suas funções. Não só porque a imagem da Assembleia da República afecta a imagem do sistema político. Mas porque as funções dos parlamentos são hoje muito diferentes. Os parlamentos modernos já não legislam com expressão. Em contrapartida, as funções de legitimação do sistema, de debate com qualidade, de controlo e criação de elites políticas são cada vez mais importantes. Nisto o nosso Parlamento tem sido um desagradável fracasso.

Legenda:
Rubrica: Geração de 70

Temas: PARLAMENTAR
QUÓRUM
ABSENTISMO



Localidades: PORTUGAL
Pessoas:
Empresas:
Instituições:
Tipo de Notícia: OPINIÃO

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
PORTO
Secção: OPINIÃO
Página: 10

24 - Doença motiva metade das faltas ao trabalho

Proprietário: JN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 17/08/2009
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: ABSENTISMO LABORAL
Título: Doença motiva metade das faltas ao trabalho
Pós-Título: Taxa de absentismo de quase 7% é mais grave na agricultura e pescas, saúde e restauração

Autor: ALEXANDRA FIGUEIRA

Texto: A taxa de absentismo (horas de trabalho perdidas sobretudo por doença, maternidade ou paternidade e assistência a família) é de 6,8%. Patrões e sindicatos concordam que existe um problema, mas divergem nas causas e soluções.

Os últimos números disponíveis, constantes dos Quadros de Pessoal de 2007, da Segurança Social, são inequívocos. A doença é, de longe, a principal causa de ausência no trabalho em Portugal. Das cerca de cem milhões de horas de trabalho perdidas em 2007 por absentismo, quase 45 milhões foram justificadas com um atestado médico. Porque as condições de trabalho são más, o que propicia doenças profissionais, e o sistema de cuidados primários de saúde é tão deficiente que não existe uma prevenção eficaz da doença, diz a CGTP. Ou porque existe uma cultura de absentismo em Portugal, com a qual a classe médica é conivente, defende a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

O certo é que, voltando aos dados da Segurança Social, se vê que menos de 600 mil dessas horas foram classificadas como doença profissional. Joaquim Dionísio, da Inter-Sindical, lembra que o país sofre de um problema de classificação estatística, pelo que poderá haver ausências causadas por doenças profissionais mas contabilizadas de outra forma. É o caso, por exemplo, dos acidentes de trabalho que só são dados como mortais se a pessoa falecer no local; se morrer no hospital, por exemplo, já fica fora da estatística oficial.

A larga maioria das baixas médicas não são, assim, directamente reportadas às condições de trabalho, o que leva João Vieira Lopes, vice-presidente da CPP, a reforçar a tese da vertente cultural como justificação, além do envelhecimento da população, que dessa forma é mais propensa a problemas de saúde. "Há alguma tradição em Portugal, não de inventar pretextos, mas de usar o máximo possível de absentismo sem penalização, como recorrendo às baixas médicas", disse, o mais diplomaticamente possível.

João Vieira Lopes parou um degrau antes de dizer que as baixas por doença deviam ser secundadas pelos médicos do trabalho, porque está "fora da tradição e dos aspectos deontológicos da classe médica". Mas apelou a que se "acabe com o facilitismo das baixas" e se reforce o papel da medicina no trabalho.

Joaquim Dionísio, contudo, refuta a ideia de aproveitamento dos trabalhadores. "Acredito que haja absentismo fictício, mas é quando as empresas põem os trabalhadores de baixa para lhes pagarem menos dinheiro", acusou.



Sete milhões por acidente

A maternidade justifica um décimo do absentismo, mas a terceira maior causa são os acidentes de trabalho. Em 2007 (os números são semelhantes aos registados no ano anterior), perderam-se quase sete milhões de horas de trabalho devido a acidentes ocorridos no local de trabalho.

Um número apontado por Joaquim Dionísio como exemplar do muito que ainda há a fazer, em Portugal, em prol da segurança, saúde e higiene no trabalho. "Na prática, não existe, sobretudo nas pequenas e micro empresas". Por isso, acha que este género de ausências ao trabalho nem devia ser classificado como absentismo, cuja conotação negativa é, nestes casos, injusta, defende.

Acidentes e doenças de trabalho não deviam ser considerados absentismo, diz CGTP

afigueira@jn.pt

Legenda:

Rubrica:

Temas: ABSENTISMO

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: PORTO

Secção: PRIMEIRO PLANO

ECONOMIA E TRABALHO

Página: 2

25 - "Não peçam ao IEFP que fique com desempregados com emprego"

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 01/03/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: "Não peçam ao IEFP que fique com desempregados com emprego"

Pós-Título:

Autor: CARLA AGUIAR

Texto: O presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional atribui a redução do número de desempregados inscritos à maior eficiência dos serviços no combate ao falso desemprego e à activação das políticas de emprego. Francisco Madelino considera que a aproximação dos números aos do INE é desejável e diz que a economia foi capaz de gerar emprego em 2006.

Pela primeira vez, o número dos de-sempregados medido pelo IEFP é menor do que o do INE. A que se deve este desfazamento?

Não há nenhuma razão para que os dados do IEFP sejam superiores aos do INE, ou vice-versa. São diferentes. Os dados do INE resultam duma extrapolação através de uma amostra que foi inquirida, sendo os dados globais extrapolados. Os dados do IEFP são administrativos e resultam de inscrições de pessoas que procuram emprego, e, no caso dos subsidiados, da sua inscrição obrigatória. Quanto mais eficiente é a actuação do IEFP, mais o seu ficheiro se aproxima dos dados do INE. O que aumentou foi a eficiência do serviço público de emprego em manter o seu ficheiro actualizado. Importa notar que, em termos médios trimestrais, o número de desempregados é praticamente igual (454 469 contra 458 600), ou seja, uma diferença (0,9%) inferior ao erro da amostra do INE. Concluindo, é normal e desejável que os valores do desemprego sejam iguais ou próximos.

Em que medida a actualização de ficheiros, devida ao cruzamento de dados com a Segurança Social e à detecção de falsos desempregados, pode explicar?

A conjugação do cruzamento das bases de dados, da modernização dos centros, da activação das políticas activas permitiu detectar falsos de-sempregados e actualizar mais rapidamente os ficheiros. Realça-se, contudo, que não houve qualquer alteração de metodologia, antes utilização das mesmas, mas com tecnologias mais modernas.

Quantos desempregados passaram à categoria de empregados no último ano ou no último trimestre?

Os dados do último trimestre do IEFP referem que passaram 2261 pessoas da categoria de desempregados a empregados, neste trimestre relativamente ao anterior, em termos líquidos. Desde Março de 2006 não tem havido alterações significativas nestes valores.

Como vê os comentários de Pais Antunes e de Manuela Ferreira Leite, que levantam suspeitas sobre a verdade dos números divulgados pelo IEFP? A UGT também manifestou surpresa...

Não me compete comentar. Sempre afirmei que o desemprego é um grande problema e que, embora a situação estagnasse, está longe de estar ultrapassada. Sempre referi que é preciso ter cautela. O que lhe posso dizer é que o mês em que houve mais anulações no IEFP foi em Outubro de 2004 (49 513), longe de ser atingido desde então. Não há qualquer intervenção excepcional do IEFP nesta matéria. O que fez este conselho directivo foi continuar o trabalho da última década, talvez com maior rigor, sem pedir a ninguém que anule ou faça qualquer operação sem respeitar as regras. Não peçam é ao IEFP que fique com desempregados que estão empregados. Os dados do IEFP, em 2006, são compatíveis com os dados do Eurostat, com os subsidiados da Segurança Social e mesmo com a evolução dos valores do INE anualizados. Em 2006 criaram-se, em termos líquidos, postos de trabalho (36,9 mil pessoas). A população activa aumentou (42,4 mil pessoas). O desemprego estagnou o crescimento (subiu apenas 5,5 mil pessoas), abaixo da criação de emprego líquido, com a mais baixa evolução desde 2001.

Legenda:

Rubrica:

Temas: TAXA DE DESEMPREGO

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições: INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS ECONOMIA

Edição: LISBOA

Secção: TEMA DO DIA

Página: 2

26 - Portugal com 2.^a maior subida da taxa de desemprego

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 01/11/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Trabalho

Título: Portugal com 2.^a maior subida da taxa de desemprego

Pós-Título: Apenas a Irlanda viu desemprego aumentar mais, mas para os 4,8%

Em Setembro, taxa fixou-se em Portugal nos 8,3%, a 4.^a mais alta da UE

Autor: CÉLIA MARQUES AZEVEDO

Texto:



Portugal continua a divergir da União Europeia (UE) no que concerne os números do desemprego. A percentagem de desempregados no mês de Setembro subiu para 8,3%, face aos 7,6% no mesmo mês do ano passado, a segunda maior subida relativa da União, sendo já a quarta taxa mais alta entre os 27 estados-membros. Os números foram avançados ontem pelo Eurostat, o organismo de estatística da UE.

A Irlanda foi o país a registar a maior subida face a Setembro de 2006. Contudo, Dublin tem uma taxa de desemprego inferior a 5% - passou de 4,1% para 4,8%. A UE a 27 países viu o número de desempregados diminuir de 18,8 milhões para 16,7 milhões de pessoas, fixando-se em 7% em Setembro. A Zona Euro seguiu a tendência e passou de 12,2 milhões de pessoas em Setembro de 2006 para 11,2 milhões um ano depois, ficando em 7,3%.

Ao registar uma taxa de desemprego de 8,3%, Portugal coloca-se em quarto lugar entre os priores. Só a Eslováquia, a Polónia e a França têm taxas de desemprego superiores à portuguesa. Portugal conseguiu mesmo ultrapassar a vizinha Espanha cuja percentagem de pessoas sem emprego se fixou em 8% em Setembro, menos duas décimas do que no período homólogo.

O Eurostat anunciou também que a poupança doméstica da UE, no segundo trimestre, quase não sofreu alteração face aos primeiros três meses do ano - desceu uma décima para 11,1%. Na Zona Euro, a variação foi a mesma, mas em sentido contrário. A taxa subiu de 14,2% para 14,3%, do primeiro para o segundo trimestre do ano.

Legenda: Em Setembro, União Europeia tinha 16,7 milhões de desempregados, menos 2,1 milhões do que há um ano

Rubrica:

Temas: TAXA DE DESEMPREGO

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: PORTO

Secção: ECONOMIA E TRABALHO

Página: 19

27 - Queda de placa de betão em obra faz seis feridos

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 02/10/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Montemor-o-Velho

Título: Queda de placa de betão em obra faz seis feridos

Autor: CARINA FONSECA

Texto: Seis operários de construção civil ficaram feridos, ontem, na sequência da queda de uma placa de betão enquanto trabalhavam na construção de um armazém, na zona industrial de Montemor-o-Velho, junto à Estrada Nacional 111. "Os indivíduos, com idades a rondar os 40 anos, estavam em cima da placa, a enchê-la com betão. Provavelmente, o sistema de segurança não suportou o peso e eles caíram de uma altura de cerca de cinco metros", disse, ao JN, fonte da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Montemor-o-Velho.

Eram cerca de 12 horas quando a placa, com perto de 460 metros quadrados, cedeu. Celeste Campos, formanda em jardinagem que se encontrava a trabalhar em frente à obra, no momento em que se deu o acidente, foi uma das primeiras pessoas a alcançar as vítimas para tentar socorrê-las. "Estávamos aqui e



ouvimos o barulho da placa a cair. Foi um grande estrondo, parecia um camião a despejar brita! Entretanto o jardineiro da Câmara Municipal telefonou para os bombeiros, que chegaram logo, bem como as ambulâncias", conta.

Mesmo em frente à obra, vedada à altura em que o JN chegou ao local, há um pequeno altar preenchido com velas. Os curiosos também vão circulando.

Celeste Campos revela-se, ainda, abalada face ao que presenciou. "Acho que se nós não andássemos aqui...". Deixa a frase incompleta. "Alguns dos operários tinham cortes nas mãos, no nariz, nos cotovelos... Apesar de tudo, acho que os operários tiveram muita sorte por estarem em cima da placa e não debaixo dela. Podia ter sido muito pior", conclui Celeste.

Ao que o JN apurou, um dos feridos recusou-se a ser transportado para o Hospital Distrital da Figueira da Foz, que recebeu as vítimas. De acordo com fonte do Hospital, todos os indivíduos já tiveram alta. O estado de um deles, à partida, seria grave, por suspeita de traumatismo cervical, mas essa hipótese foi afastada, informou a mesma fonte. E sublinhou: "Foram para casa e estão todos bem".

Tanto as vítimas como a empresa de construção civil são do concelho, revelou fonte da GNR de Montemor-o-Velho, que esteve no local juntamente com os Bombeiros Voluntários da mesma localidade e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). As causas do acidente estão a ser investigadas pela Inspeção-Geral do Trabalho.

Operários trabalhavam sobre placa a uma altura de cerca de cinco metros

Legenda: Obra destinada a futuro armazém, na zona industrial de Montemor-o-Velho, ficou reduzida a escombros

Rubrica:

Temas: ACIDENTE DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Localidades: MONTEMOR-O-VELHO

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

Secção: PAÍS

Página: 23

28 - Deslizamento de barreira matou dois trabalhadores

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 15/06/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Leiria

Título: Deslizamento de barreira matou dois trabalhadores

Pós-Título:

Autor: HELENA SILVA

Texto: Vítimas ficaram soterradas quando construíam um muro numa obra. Trabalhos parados até que seja reposta segurança

Dois trabalhadores morreram, ontem, em Leiria, depois de terem ficado soterrados quando uma barreira, junto a uma obra de construção civil, cedeu e acabou por ruir. O risco de queda no local (onde em Fevereiro se tinha registado um outro deslizamento) mantém-se, o que levou a Protecção Civil a interditar a obra e a circulação numa estrada próxima do prédio em construção, até que seja reposta a segurança no local.



Cunha Lopes, delegado municipal da Protecção Civil, explicou que, já a partir de hoje, vão ser retiradas da barreira as infra-estruturas de electricidade, gás, telefones e televisão e o local vai ser alvo de uma intervenção que permita acabar com o risco de derrocada. Durante esse tempo, ainda sem data de conclusão prevista, os moradores da zona irão ficar privados, temporariamente, desses serviços. "Pedimos às pessoas um pouco de paciência. Vamos empenhar-nos para que esses cortes sejam breves", afirmou.

Para o responsável, a chuva que caiu na madrugada de ontem poderá ter originado o deslizamento das terras. Mas não só. Cunha Lopes considera que, dadas as características do terreno, aquele era um local de risco e o técnico responsável pelo projecto de construção "fez uma apreciação incorrecta sobre a segurança da barreira", de oito metros.

O acidente ocorreu cerca das 13 horas. Quatro trabalhadores estavam, nesse momento, a executar a cofragem de um muro. As terras deslizaram e apenas dois conseguiram escapar. Os outros ficaram soterrados e foram retirados já sem vida.

Os corpos de Júlio Oliveira, de 39 anos, e Alberto Silva, de 44 anos, residentes em Ortigosa e Carvide, foram transportados à morgue do Hospital de Leiria, onde serão autopsiados. Os dois operários deixam filhos, ainda menores.

Na sequência do acidente, o responsável da empresa de cofragens - que coordenava os trabalhos - sentiu-se mal e teve que ser conduzido ao Hospital.

No socorro ao sinistro estiveram envolvidos 14 bombeiros, com cinco viaturas. Responsáveis da Inspecção de Trabalho estiveram no local, assegurando que a obra não prossegue enquanto decorrer o inquérito ao acidente.

Durante mais de uma hora, o trânsito na rua que serve a obra (Rua Paulo VI) esteve interdito.

Legenda: Barreira cedeu e o deslizamento de terras deixou soterrados dois trabalhadores

Rubrica:

Temas: ACIDENTE DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Localidades: LEIRIA

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

Secção: PAÍS

Página: 27

29 - «Prisões podem ser geridas por privados»

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 15/11/2003

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Suzana Toscano, Secretária de Estado da Administração Pública. Idade: 49 anos. Formação: Jurista. 'Hobbies'. Leitura e jardinagem

Título: «Prisões podem ser geridas por privados»

Pós-Título: Se depender dela, Portugal não vai ter nunca directores-gerais de carreira, porque acredita nos méritos da nomeação política de missão. Mas não abdica da formação específica para dirigentes intermédios. Defende com unhas e dentes o contrato individual, porque, diz, liberta os funcionários de um estatuto «massificador». Apostada em reduzir o peso do Estado, admite que todos os ministérios têm serviços prestacionais que podem ser geridos por privados. Mas a extinção de institutos não será em 2004

Autor: CARLA AGUIAR

Texto: O responsável máximo da administração pública britânica disse numa visita recente a Portugal que o Governo tem de optar entre a competência técnica dos dirigentes públicos e a sintonia política, dando a entender que uma coisa não é compatível com a outra. É?

A preocupação desta reforma nunca foi a consonância política. É evidente que a administração pública só pode progredir com base na competência técnica.

Mas quando sir Turnbull faz essa observação refere-se ao facto de em Portugal a escolha dos dirigentes públicos ser muitas vezes mais orientada por critérios de confiança política do que por competência técnica para o lugar. Porque, ao contrário da Inglaterra, não há profissionalização dos cargos dirigentes. Não estou nada certa que o sistema inglês seja melhor do ponto de vista institucional. É preciso ver que até 1979 os lugares dirigentes também eram vitalícios em Portugal. Só depois passaram a ser cargos exercidos em comissão de serviço, sendo que os dirigentes intermédios continuam a ser escolhidos entre funcionários públicos de carreira.

Porque é que não é favorável à profissionalização dos cargos dirigentes?

Porque acho que os lugares dirigentes não devem ser lugares de carreira, mas cargos que devem ser exercidos enquanto as pessoas tem interesse e de acordo com a vontade de quem as nomeia, porque são lugares de missão, o que não quer dizer que defenda a politização dos cargos. Quem lhe garante que o dirigente profissionalizado não vai agir politicamente?

Então como é que se protege a administração não só das tentativas de partidização, mas também da instabilidade gerada pelos ciclos políticos? Com o modelo que o Governo aprovou?

Uma das grandes dificuldades de se fazer reformas na administração pública é o copiar modelos, e eu senti agora essa dificuldade. Quando olhamos para o sistema inglês ou americano não podemos olhar só para uma parte, mas para um todo, desde a história, estrutura organizativa e até à cultura jurídica e social. Basta dizer que sir Turnbull achou inacreditável que eu precise de um decreto-lei para introduzir a avaliação de desempenho, quando ele não precisa de leis. Mas esta é a nossa cultura...

Mas em algum modelo já testado se inspirou, ou a reforma portuguesa é uma inovação?

Em todas as reformas que estão a ser feitas nas administrações públicas europeias há traços comuns. O primeiro é que tem de ser feita com base em novos métodos de gestão: assumir-se como prestadora de serviços e importar para a administração métodos de trabalho que tem funcionado nas empresas, como a gestão por objectivos, a avaliação de desempenho, critérios de eficácia e eficiência. O outro traço fundamental é a responsabilização dos dirigentes, que só pode ser conseguida dando competências de gestão aos dirigentes. O terceiro tem a ver com a avaliação do desempenho, que passa por estabelecer critérios de avaliação que permitam garantir que se está a trabalhar bem e prestar contas aos cidadãos. O outro vector é a redução do peso do Estado. Todos estes vectores estão incluídos nesta reforma.

Acabam-se com os concursos públicos para a escolha dos dirigentes intermédios. Porquê?

Isso é uma falsa questão. Há cinco anos, quando houve o debate sobre o modo de recrutar dirigentes, entendeu-se, e bem, que o concurso era um modo provavelmente certo para impedir a politização. Decorridos estes anos, pergunto: acabou o debate, acabaram as suspeições? As suspeitas mantêm-se e, em contrapartida, a administração ficou bloqueada com concursos muitíssimo burocráticos que demoram dois ou três anos até escolher os dirigentes. E em muitos casos verifica-se que as pessoas escolhidas acabam por ser as mesmas que se não tivesse havido concurso. E com uma agravante, pois generalizou-se o regime de substituição, com pessoas precárias que não arriscam decisões menos populares.

Como garante a transparência?

As vagas para cargos intermédios serão publicitadas entre todos os funcionários e o dirigente máximo do serviço escolhe. Este tem o maior interesse em escolher alguém competente, porque vai ter de definir objectivos, avaliar as pessoas e ser ele próprio avaliado.

Quem vai fazer a avaliação dos directores-gerais? Só no final do mandato?

Esses são avaliados pela classificação que os serviços tiverem. Ainda não temos isso regulamentado, mas a avaliação pode ser feita pela Inspeção de Finanças, serviços próprios do ministério e também podemos recorrer a entidades externas. Numa experiência a nível europeu iniciámos um projecto de auto-avaliação dos serviços. É um sistema muito interessante que permite detectar ineficiências através de um questionário, onde fica patente o grau de cumprimento ou incumprimento dos objectivos.

O Governo quer emagrecer o Estado. Que áreas vão ficar no núcleo duro da gestão pública e o que será transferido para os privados?

As funções de soberania estão identificadas. As outras vão fazer-se pelo critério da eficiência, racionalidade e do tipo de função. Há funções em que o Estado concorre com os privados e é preciso ver se essa concorrência se justifica ou não. Mas há muitos outros que o Estado vai mantendo por inércia.

Pode dar exemplos?

Não gostaria de falar ainda.

É possível que a emissão de licenças de condução, a cargo da Direcção-Geral de Viação, passe a ser privada, como acontece noutros países?

Esse é um dos exemplos mais típicos, onde é discutível se deve ser o Estado a prestar esse serviço. O compromisso do Governo é que, até ao fim do ano, esse trabalho de reflexão esteja concluído. Em termos abstractos todos os serviços instrumentais do Estado podem ter uma gestão privada. Os serviços responsáveis por publicações dos diferentes ministérios não têm que ser assegurados por funcionários públicos, assim como serviços de informática.

E a gestão das prisões?

Esse é um exemplo onde pode justificar-se a gestão privada, o que acontece, aliás, em vários países, embora a função se mantenha pública, bem como a responsabilidade de financiamento. Mas nada está ainda decidido e tudo dependerá desse levantamento que estamos a fazer. Em quase todos os ministérios se podem detectar áreas onde a gestão pode ser alterada.

Já assumiu a intenção de eliminar serviços e fundir ou extinguir institutos. Dos cerca de 140 institutos tem ideia de quantos poderão deixar de existir?

Há serviços duplicados, onde há desperdícios e é nossa intenção acabar com esses desperdícios. Reorganizar serviços não significa necessariamente eliminá-los. Os desperdícios reduzem-se se os serviços souberem o seu objectivo e se poderem coordenar-se com outros. Trata-se, por exemplo, de juntar serviços que concorrem para os mesmos fins, apenas com um serviço de apoio ou um gabinete jurídico em vez de quatro.

Mas uma parte da reorganização passa pela extinção de serviços e institutos e, nalguns casos, a sua transferência para o sector privado...

Sim, mas isso só depois de se concluir que essas funções podem ser asseguradas fora do Estado.

Em Julho disse que iria criar uma comissão para fazer essa reavaliação. Quando haverá conclusões?

Ainda não está criada porque a Lei Quadro dos Institutos Públicos ainda não está aprovada. Todos os institutos terão de ser reavaliados em função da sua pertinência e da sua organização. Esse é um trabalho de fundo que não estará nunca concluído antes de um ano.

Já tem uma ideia geral de quantos institutos estão a mais?

O número não lhe dou. O que posso dizer é que seguramente há um número de organismos cuja existência não faz sentido. Pode acontecer que um instituto se pode justificar, mas com metade da dimensão que tem. O que é preciso é identificar os estabelecimentos dentro de cada instituto que possam ser desintegrados e entregues à gestão privada. Terá que ser reavaliada a proporção entre os meios financeiros e os resultados. Não faz sentido um instituto ter um orçamento de um milhão de contos e prestar um serviço de interesse muito reduzido.

O que acontece aos funcionários ou trabalhadores com contrato individual em serviços a extinguir ou privatizar? Os funcionários não podem ser despedidos, mas os outros podem...

A questão dos despedimentos é quase teórica ou marginal. No limite só se põe termo aos contratos quando a função desaparece. O estatuto do funcionário prevê a mobilidade funcional e o novo contrato individual também, pelo que as pessoas podem circular entre serviços. O próprio contrato de trabalho não facilita os despedimentos.

Mas já houve serviços, como na Administração Geral Tributária, em que se despediram trabalhadores com a justificação de que o seu posto de trabalho foi extinto....

Essa foi uma situação muito pontual e só envolveu meia dúzia de pessoas...

«Despedir continuará a ser difícil»

Contrato individual visa acabar com o regime de massificação de pessoas, em vigor desde os anos 30

O Governo prevê reduzir o número de funcionários em dez mil por ano até 2006. Isso acontecerá só por via das aposentações, ou também envolve despedimento de pessoas com contrato individual ?

É óbvio que essa redução será só devido às aposentações. Não queremos fazer poupanças com despedimentos, queremos é racionalizar e evitar desperdícios. Essa redução deve-se sobretudo ao facto de estarem a acontecer mais aposentações do que admissões.

Como é que se propõe dinamizar e mobilizar a administração com cada vez menos pessoal, mais velhos e com forte moderação salarial?

Não acho que os funcionários vivessem muito satisfeitos ao verem gente entrar pela porta dentro para fazer aquilo que eles também sabiam fazer. Há muito desperdício de recursos humanos.

A mobilidade já está a funcionar?

Agora está. Porque a ministra das Finanças não autoriza uma única contratação sem que se esgotem as possibilidades de mobilidade interna. Temos desde Outubro a bolsa de emprego pública on-line. Só no primeiro dia houve 30 inscrições para mobilidade.

Mas como se combate o envelhecimento da administração onde a média etária é elevada?



Por agora temos de nos socorrer da mobilidade, mas num futuro próximo temos de nos preocupar com o rejuvenescimento, pois a média etária é de 48 anos e em alguns serviços ainda é maior.

Porque introduziu o contrato individual no Estado? Os sindicatos dizem que é para facilitar despedimentos...

Os despedimentos no contrato individual são quase tão difíceis como na Função Pública. Não é seguramente por aí. A inflexibilidade e a dificuldade de gestão resulta da existência do regime estatutário que massifica os recursos humanos. É um regime dos anos 30. Não tem a sua razão de ser na protecção dos trabalhadores mas na garantia da autoridade do Estado. A partir do momento em que a actuação do Estado se expande para outros domínios e se passa de 25 mil funcionários para 700 mil, esse regime deixa de ter lógica.

Como será o acesso dos funcionários à formação? Nem tudo pode passar pelo INA...

A avaliação de desempenho será uma chave muito importante neste processo, pois é com base na avaliação que os dirigentes serão obrigados a dizer qual a formação e os funcionários que dela necessitam no ano seguinte. O INA será a base de formação, mas haverá também acordos com universidades e outras entidades.

Mas não há verbas do Fundo Social Europeu para financiar a formação em 2004 na região de Lisboa onde se concentra a grande maioria dos funcionários. Isto não põe em causa os seus objectivos?

É verdade que devido ao facto da região de Lisboa ter perdido tratamento prioritário do Fundo de Coesão vamos ter de reformular o programa. Mas estou confiante de que o vamos conseguir fazer.

Baixas habilitações

13% dos funcionários tem a 4.ª classe

Cerca de 13% dos funcionários públicos só têm a 4.ª classe como habilitação literária, de acordo com o último recenseamento, de 1999, que incluía neste grupo cerca de 74 200 trabalhadores. A percentagem de licenciados no total da administração directa e indirecta não chega aos 30%. Mas se excluirmos os ministérios da Educação e da Saúde (onde as habilitações são necessariamente mais elevadas), o grupo mais representativo na administração pública é dos trabalhadores com 9 anos de escolaridade, logo seguido pelos que não vão além da 4.ª classe, surgindo em terceiro lugar o grupo dos que têm o 12.º ano de escolaridade. Neste grupo, os funcionários licenciados só surgem em quarto lugar, não indo além dos 30 271 trabalhadores. A situação é mais dramática nas autarquias, onde quase 40% só tem a 4.ª classe.

Já há menos 4 mil funcionários

Desde Janeiro até 31 de Outubro, reformaram-se mais 4229 funcionários públicos do que os novos funcionários admitidos. A administração pública admitiu 10 885 funcionários naquele período, enquanto «reformou» 15 084, segundo dados da Caixa Geral de Aposentações. O número duplica se forem tidas em conta as contratações a termo e em contrato individual, registando-se um total da ordem das 20 mil contratações. O descongelamento de vagas para o quadro da Função Pública «só aconteceu praticamente para as áreas da Saúde, Educação e Justiça». Comparando com os dados de 2002, as aposentações estão a crescer, pois então cifraram-se em 13 mil, enquanto as admissões vão ficar abaixo das 15 782 efectuadas no ano passado.

Legenda:

Rubrica:

Temas: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FUNÇÃO PÚBLICA

POLÍTICA DE EMPREGO

Localidades:

Pessoas: SUSANA TOSCANO

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: ENTREVISTA

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DN NEGÓCIOS

Edição: LISBOA

Secção:

Página: 2



30 - "Era muito bom estar entre os mil colocados"

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 25/03/2005
Fonte:
Dossier: CHOQUE TECNOLÓGICO NO EMPREGO

Antetítulo:
Título: "Era muito bom estar entre os mil colocados"
Pós-Título:

Autor: HUGO BORDEIRA

Texto: As estatísticas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) dizem que, no final de Fevereiro, existiam em Portugal 38 612 pessoas com formação superior no desemprego. Se as contas fossem lineares, o programa que José Sócrates anunciou colocaria 38 licenciados a concorrer por cada uma das mil vagas. Mas como nem todos têm menos de 35 anos e licenciaturas em áreas adequadas, as contas não são assim tão simples - até porque o Inov-Jovem não se destina apenas a quem não tem trabalho.

Seja como for, os jovens ouvidos pelo DN aplaudem a iniciativa. "Era muito bom estar entre os mil colocados", confessa Pedro M. Este finalista de um bacharelato em Informática (ver caixa em baixo) pediu-nos para não ser identificado pelo apelido. "Estou a receber subsídio de desemprego e a trabalhar em part-time, o que se calhar não é legal", afirma. Pedro M. está determinado em ir mais além do bacharelato e fazer a licenciatura. "Acho que consigo no mínimo mais cem contos, porque há uma grande discriminação entre um licenciado e um bacharel", refere.

Se para alguns os estudos são vistos como um trampolim para o mercado de trabalho, para outros pode mesmo tornar-se um modo de vida - e não necessariamente por opção. João Matos está a terminar um mestrado em Química porque "é um escape para quando não se arranja nada". Acha que o programa lançado pelo Governo "pode ser uma boa ideia, mas é preciso haver resultados práticos".

Neste particular, João Matos relembra que "já houve programas semelhantes que não tiveram grandes benefícios", referindo-se ao plano para inserir mestres e doutorados nas empresas. No entanto, diz-se disposto a concorrer se concluir que "os projectos têm viabilidade e continuidade".

Ricardo Vilaça, 28 anos, ainda não começou a procurar emprego. Já trabalhou numa empresa de electrónica e diz que prefere terminar o curso de Engenharia Electrotécnica e de Computadores (Instituto Politécnico de Setúbal) antes de se lançar novamente no mercado de trabalho. Mas recebeu com agrado a ideia de colocar jovens licenciados nas PME, porque acha que é uma forma de "injectar sangue novo e ideias novas nas empresas". A sua única reserva é que "o Governo devia assumir o pagamento dos ordenados por inteiro", porque duvida que a maioria das PME tenha capacidade para pagar salários atractivos para licenciados.

Outra dúvida diferente assalta Torcato Paredes, de 28 anos. Este recém-licenciado em Informática questiona a vocação das PME para apostar na inovação e desenvolver projectos envolvendo tecnologia de ponta, condição que considera fundamental para atrair os jovens.

Legenda: ESTUDOS. Ter o 'canudo' nem sempre chega para encontrar trabalho

Rubrica: TEMA DO DIA

Temas: POLÍTICA DE EMPREGO

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

Secção: TEMA

Página: 2



31 - Função pública com 133 reformas por dia em Março

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 31/03/2008

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Pensões. As novas regras que facilitam a antecipação da reforma dos funcionários públicos já estão a produzir efeitos. Em Fevereiro e Março, os pedidos de aposentação aumentaram, invertendo a tendência que se registara em Janeiro. Uma nova corrida às reformas é um cenário possível

Título: Função pública com 133 reformas por dia em Março

Pós-Título: Anteriores pedidos vão ser reavaliados

Autor: MANUEL ESTEVES

Texto: As recentes alterações que o Governo fez ao estatuto de aposentação na função pública, facilitando a antecipação da reforma, já estão a produzir efeitos. Os números disponibilizados ao DN pelo Ministério das Finanças (ver gráfico), apontam para um aumento dos pedidos de aposentação na sequência da publicação a 20 de Fevereiro da Lei n.º 11/2008. Resta saber se esta é uma reacção passageira ou se estamos perante uma nova corrida às reformas, tais como as que ocorreram em Dezembro de 2002 e de 2005.

Todas as comparações apontam no sentido de um aumento dos requerimentos de pensões. Em termos homólogos, o número de pedidos que entraram na Caixa Geral de Aposentações (CGA) cresceu 16% em Fevereiro. No mês seguinte, até dia 26 o número de pedidos de reforma já ultrapassara em 7% o volume verificado em todo o mês de Março de 2007. Estas subidas contrastam com uma redução homóloga em Janeiro quando ainda não eram oficiais as alterações do Governo.

Outra forma de constatar o mesmo fenómeno é analisá-lo numa perspectiva diária. Em Março, por cada dia útil entraram 133 pedidos de reforma, mais 30% do que em cada um dos dois primeiros meses do ano. Não é a primeira vez que alterações no estatuto de aposentação geram corridas à reforma. Mas agora há duas grandes diferenças: em primeiro lugar, neste caso, a corrida é desejada pelo Governo, inserindo-se na estratégia de redução de 75 mil funcionários.

Em segundo lugar, nas actuais circunstâncias, os funcionários limitam-se a aproveitar uma alteração legal que propositadamente os beneficia, enquanto no passado as corridas foram desencadeadas por medidas que retiravam direitos aos trabalhadores e que estes procuravam contornar acelerando a passagem à aposentação.

Em 2002, Manuela Ferreira Leite, então ministra das Finanças, impôs como condição necessária para a aposentação o cumprimento em simultâneo de duas condições: 60 anos de idade e 36 anos de serviço. Antes bastava aos funcionários cumprir um desses requisitos. Três anos depois, foi o aumento da idade de reforma e tempo de serviço - para 65 e 40 anos, respectivamente - que motivou a corrida às reformas.

O que mudou desta vez?

Agora, o Governo veio flexibilizar a legislação num sentido favorável aos trabalhadores, tornando mais acessíveis as reformas antecipadas (ver P&R). Antes, os funcionários públicos apenas podiam aposentar-se antes da idade legal se tivessem 36 anos de serviço. A partir deste ano, podem fazê-lo apenas com 33 anos de serviço e a partir de 2009 terão as mesmas regras que são aplicadas aos trabalhadores do privado (mais favoráveis). Por outro lado, não tinham a possibilidade de se reformar com menos anos de serviço do que o estipulado por lei. Agora, já podem.

Embora tenha sido publicado a 20 de Fevereiro, o diploma produz efeitos desde Janeiro. Nessa medida, a CGA reapreciará todos os pedidos de reforma que entraram desde o início do ano à luz das novas regras.

Legenda: Os funcionários públicos estão de novo a correr às reformas antecipadas

Rubrica:

Temas: FUNÇÃO PÚBLICA
REFORMA ANTECIPADA

Localidades:

Pessoas:

Empresas:



Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações: cronologia do mês
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
PORTO
Secção: ECONOMIA
Página: 1

32 - Governo avança com pré-reformas no Estado

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 05/04/2008
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: Função pública. Depois da licença extraordinária para sair para o sector privado e da flexibilização da antecipação da aposentação, o Governo avança agora com as pré-reformas. É mais uma opção para os funcionários públicos com mais de 55 anos que não exerçam funções de soberania ou de autoridade

Título: Governo avança com pré-reformas no Estado
Pós-Título: Proposta discutida com sindicatos no dia 23 de Abril

Autor: MANUEL ESTEVES

Texto: Pré-reformas na função pública

O Governo vai abrir uma nova porta para os funcionários saírem do Estado: as pré-reformas. Esta figura, muito utilizada no sector privado, está prevista na proposta de Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a que o DN teve acesso, que o Governo se prepara para entregar aos sindicatos. Este diploma vem adaptar cerca de 150 normas do Código do Trabalho (CT) à realidade da administração pública, substituindo a Lei 23/2004. E ao contrário da lei em vigor, a proposta do Governo prevê o recurso dos organismos públicos à pré-reforma, figura jurídica que, até agora, era exclusivamente utilizada no sector privado, designadamente em multinacionais, grandes empresas nacionais (como a EDP e a PT) e no sector da banca.

Mas o que é uma pré-reforma? Antes de mais, não tem nada a ver com as reformas antecipadas, que foram recentemente agilizadas pelo Governo. A pré-reforma é um acordo assinado entre a entidade patronal (neste caso, o Estado) e o trabalhador (com mais de 55 anos) e consiste na redução ou suspensão da prestação do trabalho mediante o pagamento de uma prestação calculada "em proporção do período normal de trabalho semanal acordado", refere a proposta do Governo. Esta prestação é "actualizada anualmente em percentagem igual" à da actualização salarial, mas as suas regras de cálculo dependem de um decreto regulamentar a publicar mais tarde.

A Segurança Social ou a Caixa Geral de Aposentações não têm qualquer despesa com este tipo de acordo, mas perdem receitas na medida em que não só a taxa contributiva é inferior como a retribuição sobre a qual esta incide é menor.

Porém - ao contrário do que se passa nas reformas antecipadas -, o vínculo contratual mantém-se o que significa que o trabalhador pré-reformado pode ser chamado pelo Estado a qualquer momento. Apesar disso, o funcionário "pode desenvolver outra actividade profissional remunerada" dentro dos limites fixados pelo regime de vínculos e carreiras.

Saiam eles

A pré-reforma é mais uma via para reduzir funcionários públicos. Depois da criação da licença extraordinária - que permite que um funcionário cesse funções no Estado para trabalhar no sector privado - e da flexibilização das reformas antecipadas, o Governo introduz agora a pré-reforma no Estado. Esta já



existia, em teoria, para os funcionários com o regime de contrato individual de trabalho, mas não há registo da sua aplicação.

Agora, com a sua inscrição no diploma que adapta o CT à função pública e sobretudo com a transição da maioria dos funcionários nomeados (que não exerçam funções de soberania ou de autoridade) para o regime de contrato de trabalho de funções públicas, é expectável que o recurso à pré-reforma dispare a partir de Janeiro de 2009, data de entrada em vigor do diploma. |

Legenda: Nobre dos Santos, da Fesap, e o secretário de Estado João Figueiredo chegaram a um novo acordo

Rubrica:

Temas: FUNÇÃO PÚBLICA
REFORMA ANTECIPADA
REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações: cronologia do mês

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: ECONOMIA

Página: 1

33 - Perfil

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 22/07/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: Perfil

Pós-Título:

Autor:

Texto: B Nasceu em Ílhavo em 1948

B Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (actual ISEG)

B Casado, duas filhas

B ex-ministro das Finanças e da Segurança Social

Legenda:

Rubrica:

Temas:

Localidades:

Pessoas: BAGÃO FÉLIX

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: PERFIL

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS



Edição: LISBOA
PORTO
Secção: ACTUAL 1
Página: 3

34 - Ronaldo pode ser o mais bem pago

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 04/02/2008
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: Manchester United. Imprensa inglesa diz que os 'red devils' pretendem melhorar o contrato do jogador português. O avançado ganha agora 640 mil euros por mês, mas os novos números (754 mil) fazem dele o n.º1 mundial

Título: Ronaldo pode ser o mais bem pago
Pós-Título: No Sporting ganhava 1500 euros

Autor: GONÇALO LOPES

Texto: Cristiano Ronaldo está a realizar uma grande temporada e os interessados são muitos. O Manchester United, no entanto, não está disposto a perder o jogador português e, de acordo com notícias vindas de Inglaterra, estão dispostos a renegociar o seu contrato, isto poucos meses depois de o avançado ter renovado até 2012. Cristiano Ronaldo já é o jogador mais bem pago nos red devils, mas agora os actuais campeões ingleses parecem dispostos a fazer do jovem português o futebolista com o salário mais elevado no mundo do futebol: 754 mil euros por mês!

Conscientes do grande valor do internacional português de 22 anos e com receio de o perderem no final da temporada, os red devils pretendem agora, segundo revelou ontem o jornal News of The World, renegociar o seu contrato, que termina em 2012, e acrescentar mais dois anos a esse vínculo. Neste momento, o avançado das escolas do Sporting ganha 640 mil euros por mês e é o quinto jogador mais bem pago em Inglaterra, no que aos salários diz respeito [ver infografia]. E a proposta que o Manchester pretende oferecer, caso se confirmem as notícias ontem vindas a público, será de um aumento mensal na ordem dos 110 mil euros - o talentoso jogador poderá levar 9,1 milhões de euros por ano para casa.

Este "prémio" fará também de Cristiano Ronaldo o jogador com o salário mais alto do mundo, suplantando Ronaldinho Gaúcho, que aufer 8,5 milhões de euros por cada temporada no Barcelona.

Desde que chegou ao Manchester United, na época 2003/2004, proveniente do Sporting, a troco de 15 milhões de euros, Cristiano Ronaldo já viu o seu contrato ser renegociado em duas ocasiões. Quando chegou a Old Trafford, o futebolista começou a ganhar perto de 150 mil euros por mês (no Sporting auferia 1500 euros), sendo que o seu salário foi revisto logo na temporada seguinte, de acordo com o que estava previsto no seu contrato, passando para mais do dobro, qualquer coisa como 380 mil euros por mês.

Já na temporada passada, quando foi eleito o melhor jogador no campeonato inglês, Cristiano Ronaldo viu os seus desempenhos serem novamente premiados com uma renovação de contrato. Rubricou novo vínculo até 2012 e passou a ser o jogador mais bem pago dos red devils, com 640 mil euros por mês.

Esta época está a ser de sonho para o português, que já leva 27 golos em 28 jogos oficiais, pelo que nova revisão de contrato, embora ainda não seja oficial, parece uma justa recompensa.]

Legenda: Manchester United quer segurar Cristiano Ronaldo

Rubrica:

Temas: FUTEBOL

Localidades:

Pessoas: CRISTIANO RONALDO

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação



Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

Secção: DESPORTO

Página: 1

35 - Paris não ficou às escuras mas poupou-se um por cento de electricidade

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 03/02/2007

Fonte:

Dossier: AMBIENTE

Antetítulo: Parisienses não aderiram em massa à iniciativa e poucos se deslocaram à torre mais famoso do mundo para ver os seus 336 projectores apagarem-se. Mesmo assim, a iniciativa ultrapassou fronteiras e chamou a atenção para um mal do planeta

Título: Paris não ficou às escuras mas poupou-se um por cento de electricidade

Pós-Título:

Autor: TOMÁS CABRAL

Texto: Por volta das 19.30 de quinta- -feira, os turistas que faziam fila para subir à Torre Eiffel viram chegar pequenos grupos de jovens que não estavam ali para tirar fotografias. Alguns vinham de bicicleta, outros traziam bandeiras e faixas de manifestações, quase todos um emblema da Greenpeace, da WWF ou da associação Amigos da Terra. Este era o ponto de encontro dos militantes ecologistas que lançaram um apelo para que, entre as 19.55 e as 20.00, todas as luzes da cidade fossem apagadas. Um sinal da tomada de consciência perante o desperdício de energia eléctrica.

À hora marcada, Paris não ficou às escuras. Junto à Torre Eiffel, escassas dezenas de pessoas marcaram presença. Mas a iniciativa teve uma adesão que ultrapassou as fronteiras francesas. Só em França, segundo a Rede de Transporte de Electricidade, registou-se "uma queda brutal do consumo de electricidade de 800 MW, o equivalente à energia necessária para iluminar três milhões de lares". Poupou-se 1% de electricidade.

Quando os 336 projectores que iluminam a Torre Eiffel se apagaram, emergiram da penumbra gritos de alegria e palmas. Mas as luzes da maioria dos prédios circundantes mantiveram-se acesas e os automóveis continuaram a circular junto ao Sena. Esta era uma iniciativa "puramente simbólica", disse ao DN um membro da organização ambientalista WWF.

Diante das luzes acesas dos escritórios da imponente torre Montparnasse que despontava no horizonte, os ecologistas juntaram-se atrás de uma longa faixa em que se lia "pela natureza, pela vida: chega de discursos... queremos actos!" E sorriam para as câmaras de televisão.

Para desgosto dos que se juntaram ali para manifestar apoio à causa ecologista, o espectáculo foi fraco. Mas, para as associações ecologistas, o sucesso foi garantido pela repercussão que teve em muitos países do mundo graças à eficaz campanha na Internet. Mas sobretudo pela atenção que mereceu dos meios de comunicação social. Como confessava em voz baixa uma das organizadoras: pouco importa a cidade não ter parado, "o importante é falar-se de ambiente". Para garantir o impacto mediático da iniciativa, as 72 associações ambientalistas reunidas na Aliança para o Planeta, pediram apoio da Câmara Municipal de Paris, que concordou com a ideia de "apagar" a Torre Eiffel durante cinco minutos.

Legenda:

Rubrica: Tema

Temas: ALTERAÇÃO CLIMÁTICA

TORRE EIFFEL

Localidades: PARIS

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: REPORTAGEM



Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
PORTO
Secção: TEMA
Página: 4

36 - Dívidas podem vir a ditar extinção do Vilaverdense

Proprietário: JN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 23/09/2006
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: Vila Verde
Título: Dívidas podem vir a ditar extinção do Vilaverdense
Pós-Título: Clube de futebol vai reunir em Assembleia Geral na próxima sexta-feira

Autor: PEDRO ANTUNES PEREIRA

Texto: O Vilaverdense Futebol Clube está em "estado de coma", corre o risco de fechar as portas e encerrar todas as suas actividades. A comissão administrativa veio a terreiro esclarecer algumas situações pendentes no clube, começando por marcar uma Assembleia Geral Extraordinária para a próxima sexta-feira, onde poderá sair a decisão de suspender todas as actividades do clube. Ao mesmo tempo, o presidente do Vilaverdense anunciou a realização de uma auditoria às contas para apurar o verdadeiro passivo, que se julga rondar os 500 mil euros.

"A maior parte do plantel do ano passado já entrou com acções no tribunal. Neste momento, temos nove acções de jogadores e, ao todo, 16 processos", refere Manuel Martins, que revela ainda que a situação ficou pior quando se conheceu uma acção de despejo sumária pelo facto da anterior Direcção não ter pago a renda de dois jogadores. O tribunal prepara-se para mandar penhorar todos os bens do clube, desde os equipamentos às cadeiras, estando a actual Direcção a tentar negociar com os senhorios a solução para o problema.

Aliás, são muitas as críticas feitas à anterior Direcção liderada por Paulina Silva, a começar por um empréstimo de 250 mil euros feito numa instituição bancária que os actuais dirigentes não sabem onde foi parar. Dinheiro que foi pedido para saldar o passivo que rondava os 350 mil euros. O campo da Cruz do Reguengo está, também, hipotecado.

Manuel Martins sente-se "enganado" pelos anteriores dirigentes "porque não mostraram a verdadeira realidade do clube", afirmando desconhecer as dívidas existentes à Federação Portuguesa de Futebol e à Associação de Futebol de Braga, bem como muitos processos de antigos jogadores. Agora, caberá aos sócios do clube decidir pela extinção ou não do Vilaverdense: "Deviam ter dito aquilo que se passava e não andar com rabos escondidos. Sinto-me enganado".

Tribunal vai penhorar todos os bens, desde equipamento a cadeiras. Até o campo de futebol está hipotecado

Legenda: Vila Verde pode vir a perder, definitivamente, o clube de futebol da terra

Rubrica:
Temas:

Localidades: VILA VERDE

Pessoas:
Empresas:
Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações:



Dados de Publicação
Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS
Edição: MINHO
Secção: MINHO
DESPORTO
Página: 1

37 - Há esperança de ver escola reaberta

Proprietário: JN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 13/10/2010
Fonte:
Dossier:
Antetítulo: BALANÇO DO PRIMEIRO MÊS DE AULAS REPORTAGEM
Título: Há esperança de ver escola reaberta
Pós-Título: Escola de Coucieiro, em Vila Verde, encerrou há um mês e os 24 alunos estão na de Pico de Regalados

Autor: NUNO CERQUEIRA

Texto: A Escola de Ensino Básico (EB) 1 de Coucieiro em Vila Verde já não tem a alegria de outros tempos. "Eu, na minha casa ouvia as crianças no recreio a brincar e era uma alegria. Agora já não está aqui ninguém. É um silêncio que incomoda. A aldeia ficou um bocado morta e triste", referiu Armanda Araújo, mãe de uma criança que estudava na escola que foi encerrada após o início do ano lectivo e viu os alunos transferidos para Aboim da Nóbrega.

A decisão esteve longe de ser pacífica. Os pais e a comunidade local lançaram-se numa luta que ainda mantêm. "Nós mantemos uma acção em tribunal, pois queremos que a escola reabra. Na altura avançamos para uma Providência Cautelar e o juiz deu-nos razão", disse Armanda Araújo, que mantém ainda a esperança de voltar a ver a Escola EB1 de Coucieiro com "vida".

Actualmente existe um vazio que preenche, não só a alma dos pais, mas também o recreio da escola, apenas salpicado pelas seis crianças que ali frequentam o ensino pré-escolar. No interior da escola o pó vai-se acumulando pelas carteiras e no quadro está escrito: "15 de Julho. Escola Fechada". "É pena porque esta escola até tinha excelentes condições. A alimentação era muito boa, o pessoal que trabalhava aqui também era excelente e preparava-os muito bem para o futuro. Eles tinham espaço para brincar e estavam em contacto com a natureza, as quintas e os bichinhos daqui. Tinham um acompanhamento diferente do que têm agora na nova escola", explicou Armanda Araújo.

No entanto, esta mãe faz questão de referir que os alunos já se adaptaram à Escola de Aboim da Nóbrega, uma escola que admite também ter boas condições. "Eles têm transporte que os vem buscar e o 3º ano até mantém o mesmo professor que tinha aqui. Também nos garantiram que os alunos mais velhos não iam cruzar-se com os nossos. Até agora está tudo bem".

Legenda: No interior, o material escolar acumula-se em caixotes à espera de um destino

Rubrica:

Temas:
Localidades: VILA VERDE
Pessoas:
Empresas:
Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS
Edição: PORTO
Secção: PRIMEIRO PLANO
NACIONAL



Página: 3

38 - Portugal vencedor de 20 dos 47 europeus

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 19/07/2008
Fonte:
Dossier:
Antetítulo:

Título: Portugal vencedor de 20 dos 47 europeus
Pós-Título: Destaque. Selecção nacional lidera 'ranking' seguida por Espanha e Inglaterra

Autor:

Texto: Portugal lidera a lista de vencedores dos europeus de hóquei em patins, com vinte títulos, o primeiro dos quais conquistado em 1947, ano em que o campeonato decorreu, também pela primeira vez, no nosso país (Lisboa). Seguem-se Espanha, com 13 vitórias, e a Inglaterra, com 12 (alcançadas, curiosamente, nas primeiras 12 edições da competição, realizadas entre 1926 e 1939). Itália só foi campeã duas vezes, em 1952 e 1955.

Idêntico é o palmarés relativo aos mundiais, cujo ranking é igualmente liderado por Portugal (15 vitórias), seguido por Espanha (13 títulos) e Itália e a Argentina (quatro vitórias cada). Inglaterra tem dois. |

Legenda:
Rubrica:

Temas: HÓQUEI EM PATINS
Localidades:
Pessoas:
Empresas:
Instituições:
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DN SPORT
Edição: SUBPLANO LX
SUBPLANO PRT
Secção: DN SPORT
Página: 14

39 - Um homem de palavra

Proprietário: JN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 09/07/2003
Fonte:
Dossier:
Antetítulo:

Título: Um homem de palavra
Pós-Título:



Autor: LÍLIA BERNARDES

Texto: Vêm-no partir para Madrid. Orgulhosos. Mas já com saudades do Zé. Adeptos e dirigentes do Nacional da Madeira aprenderam a gostar do jovem técnico, extremamente ambicioso em termos profissionais, e que durante cinco anos liderou a equipa dos alvi-negros com sucesso. Sem contrato escrito porque com o Zé a palavra basta. O compromisso com o Nacional e o seu presidente, Rui Alves, foi verbal o que retrata bem a relação de confiança entre os dois e define personalidades. Todos dizem que ele não precisava de assinar papéis para mostrar aquilo que valia como pessoa e treinador. E não fosse o Real de Madrid, com certeza, que treinaria o Nacional até querer.

José Peseiro e família chegaram à ilha incógnitos, humildes, sem mediatismos nem vaidades. De fácil trato, criaram, de imediato, empatia com os madeirenses.

O salto para primeira montra do futebol mundial em nada alterou as características deste homem, garante o seu amigo Rui Sardinha, director-geral do Nacional, que o olha como uma pessoa discreta, pouco materialista, simples, um homem de consensos mas com «mau génio». Entre aspas, faz questão de reiterar. Entenda-se por «mau génio» a capacidade de gerir pessoas de várias culturas aliada ao cumprimento de regras, de disciplina, e de princípios de bom relacionamento. Ou seja, pressupostos base para atingir objectivos traçados. Querer para vencer. Com trabalho. Dizem que conseguiu tudo isso e muito mais.

Na região autónoma, desde a primeira hora, a adaptação foi imediata. Criando um círculo de amizade que promete durar para além da distância, ficam as recordações. E se houvesse teste gastronómico oficial para seleccionar os bons ilhéus, a rendição ao peixe do Jacquet, na zona antiga do Funchal, e da Doca do Cavacas, nos Piornais, ou a tradicional espetada do Estreito de Câmara de Lobos, retiravam qualquer dúvida.

Mas se a partida custa a todos, é bem verdade que nenhum nacionalista perdoaria que os seus dirigentes lhe amputassem esta oportunidade. Seria uma injustiça e que os adeptos não compreenderiam. Por outro lado, a vaidade de saber que no seu currículo consta a passagem pelo Nacional não deixa ninguém indiferente. Os laços de afectividade entre Peseiro e alguns sócios do clube são profundos e vão, com certeza, provocar ondas de sentimento pelo Real de Madrid. A ideia é que ninguém se irá arrepende pela escolha.

Do lado menos conhecido, contam-nos que, apesar da aparência séria no contacto com os media, «uma defesa dele», há um homem bem disposto, com muita graça e humor que gosta de bons convívios e, acima de tudo, da família.

Pegando nas palavras de Rui Sardinha, «o Zé é o amigo que não se gosta de ver partir, embora saibamos que nunca vamos perder a sua amizade». Todos acham que também para ele, não será fácil deixar a ilha. «Há-de voltar, pelo menos de férias» é a esperança dos que ficam. Sexta-feira é o dia do adeus. Definitivo. Peseiro chega à Madeira e parte no fim.

Temas: FUTEBOL

Localidades:

Pessoas: JOSE PESEIRO

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: PERFIL

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição:

Secção: DESPORTO

40 - "Este não é o tempo das promessas fáceis"

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 26/04/2009

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Comemorações do 25 de Abril. Presidente da República centrou ontem o discurso do 25 de Abril no ciclo eleitoral que se avizinha, solicitando a participação dos portugueses nos vários actos eleitorais e realismo e autenticidade no discurso dos partidos. Cavaco Silva pede menos crispação e volta a apelar a consensos "dos partidos estruturantes da democracia"

Título: "ESTE NÃO É O TEMPO DAS PROMESSAS FÁCEIS"

Pós-Título:

Autor: SUSETE FRANCISCO

Texto: Cavaco Silva baixou ontem o tom de crispação com o Governo, centrando o discurso de comemoração dos 35 anos do 25 de Abril num apelo aos partidos para que se aproximem das preocupações dos portugueses. "Este não é o tempo das propostas ilusórias, das promessas fáceis", afirmou o Presidente da República, pedindo realismo e esclarecimento, em vez de confrontação partidária.

O Chefe do Estado quer uma campanha em que os "adversários políticos se respeitem, sem linguagem excessiva nem crispações". O que, a verificar-se, "abrirá espaço para o aprofundamento do diálogo interpartidário que tão necessário é para a resolução dos problemas nacionais". Uma frase que Cavaco Silva ligou às próximas eleições legislativas, ao acrescentar: "As forças políticas devem ter presente que sobre elas recai a grande responsabilidade de encontrar soluções de governo." Uma "responsabilidade particularmente acentuada nos tempos difíceis que o País atravessa". E no cenário que apontam actualmente as sondagens, de vitória sem maioria absoluta do PS.

Falando na Assembleia da República, perante um hemiciclo com muitas ausências nas bancadas, Cavaco Silva optou ontem por um discurso institucional, longe das duras críticas endereçadas ao Executivo, há pouco mais de uma semana. Reparos que foram então seguidos por declarações de José Sócrates a afirmar que o País "não precisa da política do recado". Na última terça-feira, em entrevista à RTP, o primeiro-ministro disse acreditar que o Presidente da República não se deixará instrumentalizar pela oposição, uma mensagem com destino a Belém.

Ontem, Cavaco Silva - sem cravo na lapela - iniciou o discurso precisamente pelo tema da crise, mas longe do tom crítico da intervenção de há uma semana. "Vivemos tempos difíceis, muito difíceis", afirmou, para acrescentar que Portugal se encontra hoje "dominado pelas notícias de encerramento de fábricas e empresas, centenas de trabalhadores são lançados no desemprego, pessoas que viviam com algum desafio pertencem agora ao grupo dos novos pobres". "As previsões económicas divulgadas por organizações nacionais e internacionais estão à vista de todos e não podem ser ignoradas", alertou Cavaco, referindo ainda que "não há a certeza de que este seja um momento meramente transitório de recessão".

Realismo e autenticidade

Mas foi o ciclo eleitoral que se aproxima que dominou o discurso presidencial. Cavaco Silva começou por deixar um apelo aos portugueses para que não deixem de ir votar. "A abstenção não é a solução" e a ocorrência de níveis muito elevados de "abstenção eleitoral será um indício de que a nossa República pode enfrentar um sério problema de legitimação democrática", defendeu. Para logo de seguida se dirigir aos partidos: "Os portugueses esperam que os agentes políticos saibam dar o exemplo." Cavaco explicou como: "Que sejam discutidos os problemas reais. Que não se perca tempo com questões artificiais, que haja sobriedade nas despesas, que não se gaste o dinheiro dos contribuintes em acções de propaganda demasiado dispendiosas."

E que haja realismo e autenticidade: "Dizer que a realidade será fácil será faltar à verdade aos portugueses. Quem prometer aquilo que objectivamente não poderá cumprir estará a iludir os cidadãos." O Presidente da República elencou os temas que devem dominar o debate eleitoral - "O emprego, a segurança, a justiça, a saúde, a educação, a protecção social, o combate à corrupção são questões básicas que devem marcar a agenda política". Neste ponto, Cavaco Silva voltou a defender entendimentos entre as forças partidárias, sublinhando que "deve ser possível esta- belecer consensos entre os partidos estruturantes da nossa democracia" em torno daquelas áreas. "Se todos no mobilizarmos, se forem tomadas as decisões certas, a crise será vencida", concluiu.

A direita aplaudiu de pé, no PS foram-se levantando alguns deputados e, na fila da frente, a direcção da bancada acabou por juntar-se ao aplauso. No final, José Sócrates afirmou que "não podia estar mais de acordo com o discurso" do Presidente da República.

Estabilidade é um imperativo



Depois de um ano com atritos entre Belém e o Parlamento (o maior dos quais o Estatuto dos Açores), o presidente da AR, Jaime Gama, evocou a necessidade de cooperação: "A estabilidade no relacionamento institucional é um imperativo de Estado." Gama pediu também "prudência para decidir com serenidade as questões relevantes - inclusive no plano legislativo", evitando correrias a contra-relógio".

Legenda: Cavaco Silva evocou os 35 anos do 25 de Abril. Sem cravo na lapela

Rubrica:

Temas: COMEMORAÇÃO

25 DE ABRIL DE 1974

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: ACTUAL

POLÍTICA

Página: 2

41 - Arquivado inquérito interno à Polícia Municipal

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 15/06/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Braga

Título: Arquivado inquérito interno à Polícia Municipal

Pós-Título: A anotação "sem efeito" sobre uma verba levou a PJ a avançar com inquérito

Autor: PEDRO ANTUNES PEREIRA

Texto: O inquérito interno que a Câmara de Braga desenrolou, por sugestão da Polícia Judiciária (PJ), a propósito das alegadas ilegalidades cometidas na Polícia Municipal foi arquivado. No entanto, o relatório final foi enviado para a PJ pela Autarquia porque "pode ter elementos que interessam à Polícia na investigação que está a fazer". O presidente da Câmara não se quis alongar muito sobre a questão e rematou dizendo que "não se detectou nada, mas ainda assim foi remetido para a PJ".

O arquivamento do inquérito interno foi revelado aos jornalistas pela coligação "Juntos Por Braga" (PSD/PP/PPM), no final de mais uma reunião do Executivo. Ricardo Rio disse que "a dica da Polícia Judiciária para o inquérito foi uma anotação em cima de uma verba com as palavras "sem efeito" e foi com base nisso que a investigação camarária foi feita". Para o líder da Oposição, ficou por saber "quem escreveu, porque escreveu e o que aconteceu à verba".

Ricardo Rio estranhou ainda o facto de o "Tribunal de Contas não ter dado qualquer resposta sobre os vencimentos dos administradores das empresas municipais. Se houve erro, o Tribunal deve assumi-lo, se não houve, a Câmara tem de mudar as suas práticas". No encontro com os jornalistas, a coligação ainda abordou a questão da valorização ambiental dos cursos de água: "o rio Cávado, a ribeira de Panóias e o rio Este são exemplos de falta de estratégia, tendo alguns deles focos elevados de poluição".

Mesquita Machado respondeu: "O PSD, quando não tem temas, inventa-os", revelando que "vai ser efectuado um projecto para a ribeira de Panóias, integrado no QREN".

Outra novidade prende-se com o "Bragadigital". Uma diminuição das verbas provenientes do FEDER obrigaram o Governo a renegociar todo o projecto, o que poderá vir a implicar a perda de algumas das



ideias lá explanadas. Mesquita Machado apenas disse que "a Câmara não dá mais dinheiro para além daquele que já está estipulado".

"Renaturalização do rio Este é um mata-borrão, pois quem desnaturalizou o rio foram os vários executivos PS"

Legenda: Mesquita Machado não se alongou a comentar inquérito à PM

Rubrica:

Temas: POLÍCIA LOCAL

INQUÉRITO

CÂMARA MUNICIPAL

Localidades: BRAGA

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: M-NORTE

Secção: NORTE

Página: 27

42 - Inquérito: O que de melhor pode acontecer ao país em 2004?

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 01/01/2004

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: Inquérito: O que de melhor pode acontecer ao país em 2004?

Pós-Título:

Autor:

Texto: Palmira Correia

Visu, Professora 1º ciclo

Marisa Oliveira

Aveiro, Estudante

José Neves

Porto, 71 anos

Paulo Maciel

Lisboa, 18 anos

"O poder de compra dos portugueses está muito em baixo"

O melhor que podia acontecer ao país em 2004 era ver substancialmente melhorados os sistemas de saúde, educação e finanças. Nos dois primeiros, precisamos de mais investimento. Economicamente, o poder de compra dos portugueses está muito em baixo.

"Gostava de ver resolvido o processo da Casa Pia"

O melhor que podia acontecer, em 2004, era resolverem, de uma vez por todas, os casos de pedofilia para que as crianças envolvidas parem de sofrer. Espero que neste novo ano a Justiça avance, e que os pedófilos sejam punidos por todos os males que fizeram.

É preciso que o país saia da crise muito profunda em que está



"O melhor que podia acontecer ao país, durante este ano, era conseguir sair da crise profunda em que está mergulhado, nomeadamente em termos económicos. Há muito desemprego. E para quem tem filhos, a preocupação ainda é maior."

"A atenuação da miséria em que alguns ainda vivem"

O melhor que podia acontecer era a diminuição da crise, principalmente no que diz respeito à atenuação da miséria em que algumas pessoas ainda vivem. Gostava ainda que os jovens que pretendem entrar na universidade tivessem mais oportunidades.

Legenda:

Rubrica:

Temas:

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: INQUÉRITO

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: PORTO

Secção: PRETO NO BRANCO

Página: 4

43 - Jornais: espécie em vias de extinção

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 24/02/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: Jornais: espécie em vias de extinção

Pós-Título:

Autor: JOÃO MIGUEL TAVARES

Texto: O jornalismo de referência, segundo dizem, está cada vez mais parecido com o lince-da-malcata. É uma espécie em vias de extinção. Aguardo por um documentário da National Geographic na redacção do DN. Uma acção aparatosa da Greenpeace na Avenida da Liberdade. Cartazes escritos a letras gordas "parem a matança". Nos últimos três anos, entre efectivos e interinos, o Diário de Notícias teve seis directores. O Público reestruturou-se de cima a baixo e cremou o velho logótipo. O Expresso reestruturou-se de baixo a cima e expulsou o velho guru. Os leitores, esses, continuam a acenar com a mão: adeusinho. A maneira fácil de encarar o problema é falar na iliteracia ou nos novos media - dois extremos, o mesmo argumento: não há espaço para os jornais. A maneira mais difícil é admitir que a qualidade do que se imprime é, no mínimo, duvidosa. Porquê? Porque jornais e jornalistas funcionam em circuito fechado. Escrevem para as fontes e para os colegas, como se os leitores não fossem aqueles para os quais trabalham, mas aqueles que têm o dever moral de os ler. Porque são superficiais. Confundem a construção das notícias com o relato do que dizem as partes em confronto, recusando a análise e comprometendo um jornalismo adulto e sofisticado. Porque têm demasiados preconceitos. Deixam de lado dezenas de boas histórias, etiquetadas como "popularuchas", esquecendo que a grande distinção entre um jornal de referência e um popular não está na escolha das notícias mas no seu tratamento. Porque lhes falta agressividade. O jornalismo português não está a cumprir o seu dever de vigilância sobre os poderes - não irrita ninguém, não incomoda, é bem comportado, pouco curioso, insofista. Porque há um défice de criatividade. Existem canais de televisão com 24 horas de notícias, informação online, diários gratuitos, mas os jornais continuam a encher páginas com noticiário morto na véspera em vez de



centrarem os seus recursos nas histórias que são só suas. Os leitores não são estúpidos. Os jornais de referência é que se estão a transformar nos dodós do século XXI. Extintos por incapacidade de adaptação.

Legenda:

Rubrica: Geração de 70

Temas: IMPRENSA

JORNAL

Localidades:

Pessoas:

Empresas: PÚBLICO

EXPRESSO

Instituições:

Tipo de Notícia: OPINIÃO

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: OPINIÃO

Página: 13

44 - Jornais

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 16/02/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: CRÓNICA

Título: Jornais

Pós-Título:

Autor: JACINTO LUCAS PIRES

Texto: Saudades desses jornais ao mesmo tempo clássicos e modernos onde a realidade parecia, talvez, menos "real" mas também, certamente, mais "possível".

Jornais onde uma primeira página podia ser composta só de texto e onde o preto e branco bastavam para conseguir a gama completa das cores imagináveis.

Jornais onde uma fotografia era um acontecimento, uma obra de arte fazendo- -se desentendida. Jornais simples, bonitos. Grandes e portáteis, belos objectos não solenes, desenho limpo em papel barato.

Jornais com menos palha e mais palavra.

Jornais abertos ao mundo mas com uma específica, única, forma de abrir o mundo.

Diz quem sabe que há uma crise da imprensa.

Os jornais tradicionais estão em quebra, é cada vez mais difícil conquistar novos leitores, há a Internet, o aparecimento dos jornais gratuitos, uma "aceleração digital do tempo" que não se coaduna com o ritmo do papel impresso, uma tendência de "especialização do gosto" difícil de conseguir com as velhas lógicas generalistas, etc.

O fenómeno não é deste exacto momento mas parece, por estas alturas, ganhar contornos um pouco mais nítidos.

No essencial, o acesso à informação tornou-se - no nosso mundo que a "globalização" fez, simultaneamente, aumentar e diminuir - mais fácil e mais rápido, por vezes criando a ilusão do mundo como permanente notícia em "tempo real" e espécie de jogo "interactivo".

Neste cenário, parece-me que a resposta dos jornais não pode ser apenas "gráfica" nem no sentido de se tornarem meras "plataformas" pretensamente neutras, paternalisticamente explicativas.



Se o mundo está assim e a informação está em todo o lado, os jornais têm de ser - de novo! - afirmativos. Com a seriedade jornalística sempre exigível mas tornando claro de onde é que se vê o mundo quando se olha através daquele título concreto (a imagem de um jornal enrolado pelo qual se espreita uma terra-à-vista). Um carácter afirmativo nos conteúdos - jornais mais "pensamento" - e também nos "contentores" - jornais mais "imaginação".

Saudades desses jornais que nunca existiram onde, um dia, poderia acontecer a graça da canção de Rufus Wainwright: uma manchete anunciando A Vida É Bela.

Legenda:

Rubrica:

Temas: JORNAL

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia: CRÓNICA

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: ÚLTIMA

Página: 48

45 - 'Jornal de Notícias' mantém liderança nas audiências

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 17/04/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Bareme Markttest

Título: 'Jornal de Notícias' mantém liderança nas audiências

Pós-Título: Tendência de subida na captação de leitores por parte da Informação geral diária é contrariada pelos jornais semanais

Autor: DINA MARGATO

Texto: Nos primeiros meses deste ano, o 'Jornal de Notícias' regista uma subida de 3% em relação ao período homólogo de 2006, mantendo assim a liderança nas audiências, com uma média de 953 mil leitores diários.

O relatório do Bareme Imprensa, da Markttest, ontem divulgado, revela, uma tendência positiva na captação de leitores pela imprensa diária nos jornais de informação geral, que, curiosamente, não se estende aos jornais semanais. O 'Expresso' e o 'Sol' apresentam quedas de 11% em relação ao último trimestre de 2006 e, no caso do semanário do grupo Imprensa, regista-se uma quebra de 3% na comparação com período homólogo.

No quadro dos jornais diários, o 'Correio da Manhã' aproximou-se do 'Jornal de Notícias', que continua a apresentar uma evolução de audiência bastante estável, ao registar uma média de 11.5%. O diário do grupo Cofina subiu de 9.5% para 11.3%, do último trimestre 2006 para a primeira vaga de 2007, respectivamente. Em leitores, situou-se em 939 mil de média diária.

O '24 Horas' e o jornal 'Público' deram um salto nas audiências deste trimestre, na comparação com período homólogo. O jornal do Grupo Controlinveste, que detém, entre outros, o 'Jornal de Notícias' e o 'Diário de Notícias', cresceu 25% e o diário da Sonae, 14%. O 'Diário de Notícias' registou mais 6%. Em média de leitores, o 'Público' soma 409 mil, contra os 299 do 'Diário de Notícias' e os 289 do '24 Horas'.



No ranking das revistas semanais, a 'Sábado' teve uma quebra de 12% em relação ao último trimestre de 2006, embora em relação a igual período do ano passado a audiência não tenha conhecido qualquer flutuação. Já a 'Visão' subiu agora 15% em relação a Janeiro/Março 2006.

Os dados da Marktest baseiam-se numa amostra de cerca de 5100 entrevistas, realizadas por telefone a indivíduos que residem em várias regiões do país.

Legenda:

Rubrica:

Temas: JORNAL

AUDIÊNCIA

Localidades:

Pessoas:

Empresas: JORNAL DE NOTÍCIAS

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações: cronologia do mês

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: PORTO

Secção: TELEVISAO

Página: 61

46 - Especialistas mundiais debatem jornalismo digital

Proprietário: DN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 02/06/2005

Fonte:

Dossier:

Antetítulo:

Título: Especialistas mundiais debatem jornalismo digital

Pós-Título:

Autor: SUSANA PINHEIRO

Texto: Especialistas portugueses e estrangeiros reúnem-se hoje e amanhã, na Universidade do Minho (UM), em Braga, em torno dos dez anos do JornalismoDigitalPortugal: Estado da Arte e Cenários Futuros. O encontro é organizado pelo grupo de investigação Ciberlab (formação e pesquisa em meio digital) e pelo projecto Mediascópio, que integram o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da UM.

Entre os convidados consta Rosental Calmon Alves, professor de jornalismo na Universidade do Texas (EUA), que hoje apresenta uma perspectiva norte-americana do jornalismo digital num mundo em constante mudança. O debate prossegue com António Granado, da Universidade de Coimbra, Hélder Bastos, da Universidade do Porto, João Canavilhas, da Universidade da Beira Interior, e Xosé Lopez, da Universidade de Santiago (Espanha), sobre o "Jornalismo digital - desafios e constrangimentos na formação".

Amanhã está em cima da mesa o "Jornalismo digital - desafios para a profissão e para o modelo de negócio" por Alfredo Leite, do Jornal de Notícias, Filipe Rodrigues da Silva, do Diário Digital, José Vítor Malheiros, do Público, e Mário Carvalho, do Expresso.

O director do Laboratório de Comunicação Multimédia da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra (Espanha), Ramón Salaverriá, encerra as jornadas com "O jornalismo digital num mundo em constante mudança - exemplos europeus".

A ideia da organização é, de acordo com Luís António Santos, docente do Departamento de Ciências da Comunicação da UM, "contrariar a ideia feita de uma academia teórica e sem aproximação com o real".



Legenda:
Rubrica:

Temas: JORNALISMO
INTERNET

Localidades: BRAGA
Pessoas:
Empresas:
Instituições: UNIVERSIDADE DO MINHO
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
Secção: MEDIA E TELEVISÃO
Página: 43

47 - Há espaço aberto para jornalismo especializado

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 19/03/2005
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: CIÊNCIA E SAÚDE
Título: Há espaço aberto para jornalismo especializado
Pós-Título: Relacionamento entre os media e a ciência e saúde exige melhor interacção

Autor: ALFREDO MENDES

Texto: A vulnerabilidade dos profissionais de comunicação social relativamente às fontes profissionalizadas foi um dos temas centrais do II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos, em simultâneo com o IV Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos. Ambas as iniciativas, da Universidade Fernando Pessoa, Porto, incidiram sobre "Jornalismo, Ciências e Saúde". Mais de 300 inscritos seguiram os diversos painéis que reuniram jornalistas, profissionais da saúde, cientistas e investigadores em jornalismo.

Em causa esteve o papel mediador do jornalismo no campo da saúde, das ciências naturais e exactas e das ciências sociais e humanas. No diálogo abrangente questionou-se a forma como o cientista deve comunicar com o jornalista e o inverso. Conclusão: há um espaço aberto para um jornalismo especializado que descodifique as mensagens. Por outro lado, precisou-se, o jornalismo está a viver uma crise devido à crescente especialização institucional das fontes.

A jornalista Helena Mendonça, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, chamou a atenção para os numerosos estudos sociológicos que têm analisado a relação media-ciência. Todavia, a maioria incide, sobretudo, na forma como os media cobrem a incerteza (riscos). Revelou serem escassas as pesquisas desenvolvidas sobre o interior da relação cientista-jornalista. O vazio, acentuou, tem sido justificado pela dificuldade em obter material empírico para efeitos comparativos.

Legenda: TENDÊNCIA. Há uma crise devido à crescente especialização das fontes

Rubrica:

Temas: JORNALISMO
SAÚDE
Localidades: PORTO
Pessoas:



Empresas:
Instituições: UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
Tipo de Notícia:

Observações:
Dados de Publicação
Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Edição: LISBOA
LISBOA
Secção: MEDIA E TELEVISÃO
Página: 45

48 - Jornais aumentam as vendas no Brasil

Proprietário: DN
Estado: Arquivado
Data da Notícia: 04/03/2007
Fonte:
Dossier:

Antetítulo: IMPRENSA ESCRITA

Título: Jornais aumentam as vendas no Brasil

Pós-Título: Dados oficiais recém-divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) referem que a venda de jornais brasileiros aumentou 2,36% no país. Números da entidade, celebrados por todos, devem-se sobretudo ao aumento das rendas e à emergência de jornais muito baratos

Autor: SÉRGIO BARRETO MOTA

Texto: Dados oficiais, recém-divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) - única entidade privada a pesquisar os números dos jornais - indicam que, em 2006, a venda de jornais no Brasil aumentou 2,36%. Devido à concorrência da Net e de outros meios de divulgação (incluindo notícias por telemóvel), a novidade é digna de comemoração.

Os analistas apontam três razões para o facto: primeiro, a subida da renda dos brasileiros com projectos do Governo do Presidente Lula, como a bolsa-família, que dá 66 euros mensais a 13 milhões de famílias pobres; segundo, o surgimento de jornais muito baratos, como o Super Notícia, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e o Meia Hora e Expresso, no Rio (dez vezes mais caro que qualquer um destes é o Jornal do Comércio, especializado em economia, e custa apenas 90 cêntimos).

Em terceiro vem o facto de, na lista de países com mais leitores por habitantes (encabeçada pelo Japão, com 600 leitores de jornais em cada mil habitantes), o Brasil ocupar o modesto 50.º lugar, com apenas 45,3 leitores por mil habitantes. Qualquer alteração para cima na renda da população tem, assim, condições de agregar novos leitores.

Qualquer que seja a razão, a notícia está a ser comemorada pelos jornais. De tanto se falar em novos media, o aumento de circulação paga é motivo de alegria. Para os estudiosos, no entanto, a questão não está longe do fim. Teme-se que os jovens se contentem com resumos na Webe não tenham o hábito de ler jornais de manhã. Os mais vendidos são o Folha de São Paulo, do grupo Frias, e duas publicações da família Marinho: o popular Extra e O Globo, destinado à classe média.

Globo 'versus' Chávez

Um facto raro acaba de ocorrer. O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou, durante uma entrevista colectiva, que O Globo era uma cadeia que representava "a pior espécie de extrema-direita". A um jornalista do grupo Globo, o polémico Presidente afirmou ainda: "Espero que você não seja indigno ao ponto de sabotar a minha integração no Brasil. Caso contrário, não será digno de ser brasileiro."

O repórter em questão pertencia ao site G1, ligado ao grupo Globo. Em discurso na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Chávez já havia criticado o sistema do grupo. Depois de responder ao repórter, Pablo Guelli, sobre temas indigestos, como a "cassação" de uma rede de TV pelo Governo de Caracas, o Presidente acrescentou que o repórter estivera lá para "cumprir instruções dos seus chefes".

"Não vou opinar mais sobre este assunto, que tem a ver com a soberania dos poderes na Venezuela. Você está a entrar em algo que é sagrado: a soberania deste país", afirmou Chávez. "Experimente escrever algo



de que os seus chefes não gostem, a ver se eles não o demitem imediatamente", reiterou o Presidente. "Uma ditadura é o que há em meios de comunicação como O Globo. "

O grupo Globo, líder em TV aberta e em toda a comunicação no Brasil, cresceu durante o regime militar brasileiro, mas a partir daí procurou adoptar uma posição isenta. Actualmente, critica abertamente o regime militar, ao qual se refere como "os anos de chumbo".

Grandes jornais começam o ano em queda

Apesar do crescimento do ano passado - um resultado considerado excelente face à concorrência da Internet -, os jornais iniciaram o ano com queda nas vendas. Dados de Janeiro relativos a Dezembro indicam que o líder de tiragem é o Folha de São Paulo, com média diária de 296 mil exemplares, seguindo-se O Globo, com 276 mil exemplares, e o Extra (265 mil).

Entre Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007 as vendas do Folha caíram 1,4%, as d'O Globo 1% e o Extra apresentou redução de 11,9%, possivelmente devido ao fim de alguma promoção para os leitores. Importa ainda salientar que, no início do ano, muita gente tira férias no Brasil e há um retrocesso geral no consumo.

Outros jornais, contudo, tiveram bom desempenho. O quarto mais vendido do país, O Estado de São Paulo, teve tiragem média de 240 mil exemplares, subindo 0,6%. O jornal popular do Rio de Janeiro O Dia, do grupo independente dos herdeiros de Ary Carvalho, teve venda média de 114 mil exemplares em Janeiro, com alta de 13,2%. O Jornal do Brasil - que sempre foi um dos líderes nacionais, passou por grave crise e inicia a fase de recuperação - teve alta de 1,2% e sua tiragem média foi de 94 mil exemplares.

Na área de jornais desportivos, destaque para o Lance, com tiragem média de 124 mil exemplares e subida de 8,5% nas vendas face a Dezembro. Já nos jornais económicos a liderança ainda é da Gazeta Mercantil (do investidor Nelson Tanure, tal como o Jornal do Brasil), apesar de a Valor (dos poderosos grupos Marinho/Globo e Frias/Folha de São Paulo) procurar o topo. A Gazeta Mercantil teve vendas médias de 70,7 mil exemplares (mais 0,2%), enquanto a Valor vendeu 50 mil exemplares diários, subindo 2,9%.

Sedeado no Rio de Janeiro, o grupo Globo comprou há alguns anos o Diário Popular, transformando-o no Diário de São Paulo. Em Janeiro, essa publicação conseguiu aumentar as vendas em 17% - excelente índice. Ainda assim, a sua média diária de 66 mil exemplares fica abaixo dos concorrentes Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

*RIO DE JANEIRO

Legenda:

Rubrica:

Temas: IMPRENSA

Localidades: BRASIL

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Edição: LISBOA

PORTO

Secção: MEDIA

Página: 49

49 - Estatuto dos Jornalistas publicado

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 07/11/2007

Fonte:

Dossier:



Antetítulo: Legislação
Título: Estatuto dos Jornalistas publicado
Pós-Título:

Autor:

Texto: Foi publicado, ontem, no "Diário da República", o novo Estatuto dos Jornalistas, o que significa que o presidente da República, Cavaco Silva, deu-se por satisfeito com as correcções efectuadas, entretanto, pela bancada parlamentar do Partido Socialista, depois de o diploma ter sido vetado em Agosto. As alterações foram aprovadas a 20 de Setembro, tendo sido agora publicada a Lei n.º 64/2007.

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) mantém os protestos, "repudiando" a promulgação presidencial, e anunciou que vai pedir a fiscalização sucessiva da constitucionalidade da lei. A tónica da contestação centra-se nas questões da "liberdade de Imprensa e o pluralismo informativo", onde se inclui, entre outras matérias, os direitos de autor. As empresas podem, durante um certo período, utilizar o mesmo trabalho de um jornalista nos vários meios de publicação que detenham. Esta posição do SJ suporta-se num parecer negativo do constitucionalista Jorge Miranda àquele ponto do diploma.

A discórdia presidencial (que provocou o segundo veto de Cavaco) residia em três pontos: sigilo profissional, acesso à profissão e sanções pecuniárias.

No primeiro caso, o PS remeteu a questão do sigilo profissional para o Código de Processo Penal; no segundo, recuou quanto à obrigatoriedade do título de habilitação académica superior para aceder à profissão de jornalista; finalmente, o estatuto (aprovado apenas pela maioria parlamentar) deixou cair as multas por prevaricação, que poderiam chegar aos 10 mil euros. R P B

Legenda: Estatuto continua a não agradar aos jornalistas

Rubrica:

Temas: ESTATUTO DO JORNALISTA

Localidades:

Pessoas:

Empresas:

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: PORTO

Secção: TELEVISAO

Página: 62

50 - Freeport

Proprietário: JN

Estado: Arquivado

Data da Notícia: 15/07/2007

Fonte:

Dossier:

Antetítulo: Casos que o público não conheceria se o novo quadro legal estivesse em vigor

Título: Freeport

Pós-Título:

Autor:

Texto: Se já vigorasse o novo regime do segredo de justiça, que vincula os jornalistas à obrigação de nada divulgar enquanto decorra uma investigação judicial ou enquanto o processo não for aberto, dificilmente teriam sido publicadas notícias sobre o caso Freeport. Uma investigação que partiu de uma denúncia anónima, em 2004, sobre alegada corrupção no licenciamento do espaço comercial de



Alcochete, quando o actual primeiro-ministro era secretário de Estado do Ambiente e a Zona de Protecção Especial do estuário do Tejo foi alterada. A divulgação destas notícias, em 2005, resultaram, aliás, num processo por violação do segredo de justiça sobre dois jornalistas do Independente e um ex-inspector da Polícia Judiciária, cuja sentença será conhecida no próximo dia 19. Como ainda vigora o actual regime, a expectativa de que sejam absolvidos mantém-se. À luz do novo código, a condenação seria inevitável. CV

Legenda:

Rubrica:

Temas: ESTATUTO DO JORNALISTA

SEGREDO DE JUSTIÇA

Localidades: ALCOCHETE

Pessoas:

Empresas: FREEPORT

Instituições:

Tipo de Notícia:

Observações:

Dados de Publicação

Publicação: JORNAL DE NOTÍCIAS

Edição: PORTO

Secção: TEMA DE DOMINGO

Página:4

[em branco]